



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SILVANO FERREIRA DE ARAÚJO

**A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1968-1984):
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
DURANTE A DITADURA MILITAR**

**DOURADOS – MS
2016**

SILVANO FERREIRA DE ARAÚJO

**A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1968-1984):
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
DURANTE A DITADURA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Alessandra Cristina Furtado

**DOURADOS – MS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A663r Araújo, Silvano Ferreira De

A revista brasileira de educação física e desportos (1968-1984): um estudo sobre a educação física escolar durante a ditadura militar / Silvano Ferreira De Araújo -- Dourados: UFGD, 2016.

127f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Alessandra Cristina Furtado

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Imprensa periódica. 2. Revista brasileira de educação física e desportos. 3. Representações. 4. Educação física escolar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

SILVANO FERREIRA DE ARAÚJO

**A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1968-1984):
UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
DURANTE A DITADURA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado - UFGD
Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Tony Honorato – UEL
Membro Externo

Prof^a Dr^a Maria do Carmo Brazil - UFGD
Membro Interno

Prof. Dr. Ademir Gebara - UFGD
Suplente

Dourados-MS, 13 de maio de 2016.

*Para Francisca, Dercilene e Lídia.
Antes daqui até a eternidade.*

AGRADECIMENTOS

Para a escrita desta história tive a grata satisfação de contar com a colaboração de pessoas que me possibilitaram condições para sua conclusão. Dentre estas, destaco a contribuição da Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado. Sinto-me honrado em ter sido seu orientando e agradecido pela competência e profissionalismo que conduziu a orientação desta Dissertação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) pelos ensinamentos e diálogos proporcionados.

Aos professores: Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Dr. Ademir Gebara, Dr^a Maria do Carmo Brazil e Dr. Tony Honorato pela participação nas bancas de qualificação/defesa e pelas sugestões que delinearam uma melhor reflexão acerca do tema proposto.

Aos colegas do Mestrado, em especial aos da linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade: Alessandra, Aline Cavalcante, Thierry e Vivian pelo convívio nesse período; e a Maria Ivanete pela demonstração de amizade e carinho.

Ao Prof. Dr. Manuel Pacheco Neto pelo incentivo à pesquisa ainda no curso de graduação em Educação Física.

À Fernanda Santos Lima, secretária do PPGEdu/UFGD e à Markley Florentino, técnica administrativa do Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME), pela atenção a mim dispensada.

Aos colegas do 3º Batalhão de Polícia Militar de Dourados-MS, em especial ao Tenente-Coronel Carlos da Silva pelo apoio proporcionado para a realização deste empreendimento pessoal.

E por fim, agradeço aos meus familiares e aos amigos Wesley, Aline Holanda, Fabíola, Lusmária, Josemar, Sibeli, Bárbara, Revanildo, Walkíria, Gleice e Eduardo Garcia por terem, cada um ao seu modo, contribuído para a consolidação deste trabalho.

*Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria*

*Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucado brutalmente*

*Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda fome e inocência dessa gente*

*Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente*

*Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganando
Pra viver uma cultura diferente*

(Leon Gieco e Raul Elwanger)

RESUMO

Esta Dissertação tem como objetivo analisar como a Educação Física Escolar foi representada por editores e autores de artigos da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* (RBEFD) durante os anos de 1968 a 1984. O recorte temporal entre 1968 a 1984 refere-se ao início e término da publicação e circulação da RBEFD. A utilização dos impressos pedagógicos, como é o caso da RBEFD, com um direcionamento de caráter pedagógico, tem acentuado interesse dos pesquisadores, pois, expõe, por exemplo, várias características do modo como ocorreram os processos educativos e a difusão de ideologias, o que acaba tendo um valor significativo para a História da Educação, permitindo ao historiador a análise do discurso que circulou para os professores de Educação Física em relação ao ensino dessa disciplina. A pesquisa tem como referência o pensamento de Chartier (2002), sobretudo, com base no seu conceito de representações. A análise apoia-se ainda, no campo da história do currículo e da história das disciplinas escolares, tendo como referências Goodson (1995; 1997; 2007) e Chervel (1990). A investigação é de caráter documental, pois têm como fonte de estudo as 53 edições da RBEFD que circularam no período mencionado, o que permite compreender a trajetória que a Educação Física teve no Brasil para se legitimar como disciplina escolar. Ao recorrer à análise da RBEFD, é possível identificar nos editoriais e artigos, conteúdos que foram utilizados como um dispositivo para difundir o ideário político do período, permitindo, ainda, constatar que esse discurso privilegiava as práticas esportivas em detrimento a outros fatores educacionais e sociais que podem ser favorecidos pela Educação Física. Desse modo, evidencia-se que os discursos referentes à Educação Física Escolar que circularam na RBEFD contribuíram para ampliar a compreensão da vida escolar e das práticas pedagógicas durante a Ditadura Militar no Brasil.

Palavras-chave: Imprensa Periódica. Revista Brasileira de Educação Física de Desportos. Representações. Educação Física Escolar.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the Physical Education was represented by editors and authors of articles of the Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD) during the years 1968 to 1984. The period between 1968-1984 refers to the beginning and ending of the publication and circulation of RBEFD. The use of educational forms, such is the case of the RBEFD, with a pedagogical steering, has heightened interest of researchers, therefore, exposes, for example, various features of how occurred the educational processes and the dissemination of ideologies, which end up having a significant value for the History of Education, allowing the historian the analysis of the discourse that circulated to the teachers of Physical Education in respect to the teaching of this discipline. The research has as reference the thought of Chartier (2002), above all, based on his concept of representations. The analysis relies also in the field of the history of the curriculum and the history of school subjects, having as references Goodson (1995; 1997; 2007) and Chervel (1990). The research is of documentary character, because it has as source of study the 53 editions of RBEFD that circulated in the mentioned period, which allows understanding the course that Physical Education had in Brazil to legitimize itself as school discipline. By falling back upon the analysis of RBEFD, it's possible to identify in the editorials and articles, contents that have been used as a device to spread political ideas of the period, allowing, also, to find out that this discourse privileged sports practices into detriment of other educational and social factors that can be favored by Physical Education. Thus, it is evident that the discourses related to Scholar Physical Education that circulated in RBEFD contributed to broaden the understanding of the school life and of the pedagogical practices during the Military Dictatorship in Brazil.

Keywords: Periodic Press. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Representations. Scholar Physical Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dirigentes do Órgão (durante o ciclo da RBEFD)	42
Quadro 2 – Denominações do Periódico	67
Quadro 3 – Autores dos Editoriais	67
Quadro 4 – Periodicidade da RBEFD (1968-1984).....	70
Quadro 5 – Seções da RBEFD (1968-1984)	77
Quadro 6 – Editoriais de autoria dos dirigentes da DEF/DED/SEED.....	87
Quadro 7 – Artigos sobre Educação Física Escolar	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Piramidal.....	40
Figura 2 – Capas da revista Dedinho e sua turma (n. 5 e 6).....	44
Figura 3 – Capas dos Cadernos Didáticos n. 2 e 6....	45
Figura 4 – Capas dos Cadernos Técnicos n. 3 e 5.....	46
Figura 5 – Foldêres <i>Desporters</i> n. 1 e 11..	47
Figura 6 – Trifólio n. 4	48
Figura 7 – Capa do Boletim de Educação Física n. 14.....	64
Figura 8 – Capa e quarta capa do BTI n. 4	65
Figura 9 – Capa da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva n. 10	74
Figura 10 – Capa da RBEFD n. 47.....	79
Figura 11 – Capa da RBEFD n. 51	80
Figura 12 – Capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 18.....	82
Figura 13 – Capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 19.....	82
Figura 14 – Quarta capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 13.....	83
Figura 15 – Quarta capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 14.....	84
Figura 16 – Tendências Internacionais da Educação Física.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temática abordadas na RBEFD (1968-1984).....	76
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Orientação dos trabalhos publicados na RBEFD (1968-1984).....	109
--	-----

LISTA DE SIGLAS

AI	Atos Institucionais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM-RS	Brigada Militar do Rio Grande do Sul
BTI	Boletim Técnico Informativo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFD	Centro de Educação Física e Desportos
CIEPS	Conseil International pour L'Éducation Physique et lê Sport
CND	Conselho Nacional do Desporto
CNED	Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
DED	Departamento de Educação Física e Desportos
DEF	Divisão de Educação Física
EAR	Esporte de Alto Rendimento
EB	Exército Brasileiro
EPT	Esporte para Todos
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
ETP	Escola Técnica Federal de Pelotas
EUA	Estados Unidos da América
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FIEP	Federação Internacional de Educação Física
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade
GT	Grupo de Trabalho
IMEC	Instituto Metodista de Educação e Cultura
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JEBs	Jogos Escolares Brasileiros
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MOBRAL	Movimento Brasileiro em Prol da Alfabetização
MS	Mato Grosso do Sul
PED	Política Nacional de Educação Física e Desportos
PCNEF	Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física
PIDIC	Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural
PMMS	Polícia Militar do Mato Grosso do Sul
PNED	Plano Nacional de Educação Física e Desportos
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	Paraná
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBEFD	Revista Brasileira de Educação Física e Desportos
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RJ	Rio de Janeiro

SEC-RS	Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul
SEED	Secretaria de Educação Física e Desportos
TFM	Treinamento Físico Militar
UCB	Universidade Castelo Branco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UGF	Universidade Gama Filho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..	15
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESPORTO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL.	24
1.1 Do Golpe em 1964 à abertura política em 1985.....	24
1.2 As políticas educacionais para a Educação Física e o Desporto... ..	29
1.3 Estratégias para divulgação da Educação Física e dos esportes	43
CAPÍTULO 2 - A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS COMO FONTE PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	55
2.1 A Imprensa Periódica como fonte de pesquisa.....	55
2.2 (Re) Surgimento da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos	62
2.3 Produção e circulação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.....	69
CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS.....	85
3.1 As representações sobre Educação Física Escolar nos Editoriais da RBEFD.....	85
3.2 As representações sobre Educação Física Escolar nos artigos da RBEFD.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	117
LEGISLAÇÃO	117
FONTES	118
BIBLIOGRAFIA	121

INTRODUÇÃO

O fato de a particularidade do lugar onde o discurso é produzido ser relevante ficará naturalmente mais evidente quando o discurso historiográfico tratar das questões que focalizam o sujeito-produtor da história [...]. Mas esta discussão requer o que tem sido dissimulado por uma epistemologia, a saber, o impacto das relações sujeito-a-sujeito, sobre a utilização de técnicas aparentemente neutras e na organização de discurso que são, talvez, igualmente científicos. (CERTEAU, 1986, p. 217-218 *apud* SCOTT, 1992, p. 79).

Joan Scott (1998) diz que a experiência não pode ser prescindida, “ela serve como uma forma de se falar sobre o acontecido, de estabelecer diferença e similaridade, de postular conhecimento que é ‘inatacável’” (p. 324), e completa que não se pode garantir a neutralidade, pois

[...] está necessariamente ligado ao reconhecimento do lugar do historiador na produção do conhecimento [...]. Esse tipo de enfoque não debilita a política negando a existência de sujeitos; em vez disso, interroga os processos de sua criação e, ao fazê-lo, repensa a história e o papel do historiador, e abre novos caminhos para se pensar a mudança (SCOTT, 1998, 324-325).

De tal modo, apresento minha experiência como aluno de Educação Física no período de abertura política e início da redemocratização no País, após *o fim do período militar*. Comecei meus estudos numa escola pública na cidade de Rio Brillhante, Mato Grosso do Sul, em 1984, onde permaneci até a conclusão do 4º ano do Ensino Fundamental (então 1º grau), em 1987.

A “recreação”, como era então chamada a aula de Educação Física naquele nível escolar, era ministrada uma vez por semana, sempre após o “recreio”. A aula ocorria numa área gramada do outro lado da rua da escola, sem nenhuma infraestrutura ou materiais necessários para as práticas (bolas, petecas, cordas etc.), e era ministrada pela professora regente, que talvez por falta de conhecimento na área, quase sempre nos deixava a vontade para realizar brincadeiras com os outros colegas, quando não, realizávamos brincadeiras de roda ou ficávamos sentados no gramado ouvindo-a contar estórias infantis.

Quando ingressei no 5º ano, fui transferido para outra escola estadual, na qual permaneci por quatro anos. No entanto, as aulas de Educação Física eram ministradas da seguinte forma: estudando no período vespertino, tinha como obrigação ir para a escola três vezes por semana no período matutino, a fim de participar das aulas, que eram ministradas

numa quadra de esportes por um professor específico, no entanto, não sei precisar se ele era formado em Educação Física. Eram dois tempos de aula que começavam às seis horas da manhã e contava com meninos que cursavam o mesmo nível escolar (anos finais do ensino fundamental). As aulas de Educação Física das meninas ocorriam separadamente, logo após o término das aulas dos meninos.

Essas aulas eram ministradas quase sempre da mesma forma, do início ao fim do ano letivo: quando o professor chegava, já tínhamos que estar todos, o aguardando no portão da escola, sempre trajando roupas apropriadas para a prática de atividades físicas, caso contrário, a entrada na escola era vetada. No início da aula, o professor nos organizava em fileiras e, na frente da turma, iniciava sua demonstração de exercícios a serem por nós repetidos. Após isso, o professor formava as equipes, para, quase sempre, jogar futebol de salão; no entanto, os escolhidos para compor os times eram sempre os mesmos: aqueles que representavam a escola nos jogos escolares. Os demais, considerados “de poucas habilidades” para competir na modalidade, deveriam correr em volta da quadra de esportes ou deveriam realizar flexões de braços e polichinelos. De fato, foram raras às vezes, em que o professor permitiu que os meninos jogassem voleibol ou basquetebol. As meninas, por sua vez, sempre jogavam voleibol.

Anos mais tarde, em 1992, quando ingressei no Curso Profissionalizante Técnico em Contabilidade (nível médio - então 2º grau) numa escola municipal na mesma cidade, as aulas de Educação Física eram ministradas no mesmo período das demais disciplinas duas vezes por semana, sem a exigência de roupas apropriadas para executar as atividades. Não havia separação por gênero e a presença do professor se dava somente para o registro da presença dos alunos. Era nítido o desinteresse da maioria dos alunos para realizar qualquer atividade física, mas era claro, também, que isso ocorria justamente pela indiferença do professor em incentivar tais práticas. Quando ocorria alguma atividade nesse turno, era organizada por pequenos grupos de alunos, que sempre jogavam voleibol.

Quando incorporei no Exército Brasileiro em 1995, nas instruções de Treinamento Físico Militar (TFM) senti a sensação que outrora tinha passado por aquela experiência. Então percebi que aqueles exercícios físicos que o professor de Educação Física ministrava quando eu estava na escola eram os mesmos exercícios calistênicos da ginástica básica executados no programa físico do Exército. Soma-se a isso, por exemplo, a disposição dos alunos em relação ao professor que pode ser comparada à forma como nós militares deveríamos nos portar em frente ao *instrutor físico*. Após minha saída do Exército, empreendi minha carreira profissional na Polícia Militar do Mato Grosso do Sul (PMMS), onde, mesmo sem uma

devida e necessária formação acadêmica, fui encarregado de ministrar aulas de Educação Física nos cursos de formação de Policiais Militares na cidade de Dourados.

Motivado, principalmente, pela necessidade de uma formação específica para atuar nessa função, ingressei no curso de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dentre os conteúdos das disciplinas ofertadas durante o curso, interessei-me principalmente pelos estudos das Tendências Pedagógicas da Educação Física¹ ministrado na disciplina *Fundamentos históricos da motricidade humana*, quando pude ter uma melhor compreensão do que foi a Tendência Competitivista² (também conhecida como tendência Esportivista, Mecanicista ou Tecnicista), tendência que fez parte da minha formação escolar.

Assim, iniciei estudos relacionados à participação dos militares na sistematização da Educação Física no contexto escolar por meio dos Métodos Ginásticos³ e sobre a Tendência Competitivista, resultando na elaboração de questões mais amplas que foram contextualizados no Trabalho de Graduação intitulado *A concepção de Educação Física Escolar na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984)*.

A investigação realizada no Trabalho de Graduação foi o ponto de partida para a pesquisa de mestrado. Desse modo, me propus a escrever uma interpretação da história recente da Educação Física no Brasil, mais precisamente da história da Educação Física brasileira no período militar. Sendo assim, esta pesquisa de mestrado buscou analisar como a Educação Física Escolar foi representada nos editoriais de autoria dos militares dirigentes do setor do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que era responsável pela Educação Física, bem como em artigos da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD)*⁴ durante os anos de 1968 a 1984.

¹ Para Darido (2004 *apud* DARIDO; BROUCO, 2010, p. 2) “as Tendências Pedagógicas podem ser entendidas como pressupostos pedagógicos que caracterizam uma determinada linha pedagógica adotada pelo professor em sua prática, ou seja, são criadas em função dos objetivos, propostas educacionais, prática e postura do professor, metodologia, papel do aluno, dentre outros aspectos”.

² Para Ghiraldelli Júnior (1998) essa tendência ganhou força durante o Governo Militar e chegou a subjugar a Educação Física ao colocá-la como mero apêndice de um projeto que privilegiava o treinamento desportivo.

³ No ano de 1860 foi nomeado o militar alemão Pedro Guilhermino Meyer para a função de contramestre na Academia Real Militar, criada pela Carta Régia de 04 de dezembro de 1810, tornando a Ginástica Alemã o método oficial do Exército Brasileiro. Em 1870, o então Ministro do Império, Joaquim Otávio Nébias determinou a tradução e publicação do “Novo Guia para o Ensino de Ginástica nas Escolas Públicas da Prússia”, para que fossem distribuídos às escolas. A partir de 1919, o Exército passou a receber influência efetiva dos franceses e em 1921, o Método Francês foi oficialmente implantado através do Decreto 14.784, aprovado pelo Presidente da República Epitácio Pessoa e pelo Ministro de Estado da Guerra João Pandiá Calógeras. Para Betti (1991, p. 75) o Método Francês baseia-se em “um conjunto de exercícios, com o objetivo de fazer o homem atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico, através das propostas: jogos, flexionamentos, exercícios educativos, aplicações, esportes individuais e esportes coletivos”.

⁴ Utilizaremos a nomenclatura do periódico referente ao seu período de circulação. Não utilizaremos abreviaturas quando nos referirmos especificamente as *Revista Brasileira de Educação Física Desportiva* e *Revista Brasileira de Educação Física*. No entanto, quando nos dirigirmos ao impresso de maneira geral utilizaremos a sigla RBEFD ou termos como revista, impresso e periódico.

O recorte temporal entre 1968 a 1984 refere-se ao início e término da publicação e circulação da RBEFD, bem como a um período marcado pela presença dos militares no governo brasileiro. A RBEFD foi concebida com o intuito de divulgar as políticas educacionais para o desenvolvimento da Educação Física em diversos setores da sociedade brasileira (escolas, clubes, espaços coletivos, etc).

Neste estudo, pretende-se responder a seguinte indagação: Como a Educação Física Escolar foi representada pelos editores (militares) e autores dos artigos da RBEFD?

Essa questão será respondida a partir da análise dos conteúdos da RBEFD, que circularam entre os anos de 1968 e 1984, e ainda por meio de produções da área de Educação Física, com os trabalhos de autores como: Mauro Betti (1988; 1991); Castellani Filho (2000; 2010); Carmen Lucia Soares (2001); Paulo Ghiraldelli Júnior (1988); Valter Bracht (1999); Suraya Cristina Darido (2003; 2010) e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2001a; 2001b; 2002; 2003a; 2003b; 2012).

Cabe destacar que Taborda de Oliveira (2001a) tece críticas aos trabalhos de alguns dos autores acima elencados, por tratarem a história da Educação Física nesse período como uma forma vertical básica de “conceber a relação entre os sujeitos históricos e as estruturas sociais, políticas e econômicas” (p. 55). Nessa perspectiva, o autor pontua que “a análise da história pela sua configuração estrutural pouco espaço deixa para a configuração de formas particulares de correlações de forças, permeadas pelas características próprias da cultura brasileira” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2002, p. 65).

Para situar esta pesquisa no campo de estudo da História da Educação, foi realizado um mapeamento de trabalhos publicados nos sites do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e ainda foram consultados os sites de diversos programas de pós-graduação de diferentes universidades empregando os termos/palavras-chave: História da Educação, Representações e Educação Física, Educação Física e Ditadura Militar, Imprensa Periódica, Imprensa Pedagógica e Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Durante as buscas foi possível identificar diversas teses e dissertações com as temáticas pesquisadas, demonstrando que a utilização da imprensa periódica com direcionamento pedagógico e até mesmo as de circulação geral, tem suscitado o interesse dos pesquisadores, seja como fonte e/ou objeto na elaboração de trabalhos relacionados à história da educação brasileira.

No levantamento realizado acerca da produção acadêmica que utilizou a imprensa periódica, mais precisamente, as revistas educacionais como fonte e/ou objeto na historiografia educacional brasileira foram localizadas várias teses e dissertações, evidenciando as diversas possibilidades que esse material proporciona para o desenvolvimento de pesquisas nesta área.

Dentre as teses que adotaram o *impresso* como fonte, neste caso, as revistas, foi encontrado o trabalho intitulado *Educadores à Meia-Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*, de autoria de Denice Barbara Catani, defendida em 1989 na Universidade de São Paulo (USP), que é reconhecidamente um dos primeiros estudos realizados no Brasil sobre a imprensa periódica educacional. Essa tese teve como objetivo reconstruir o ciclo de vida da *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, com a finalidade de contribuir para uma compreensão, dentre as possíveis, da história dos investimentos dos professores paulistas enquanto profissionais, no trabalho de delimitação e organização do espaço destinado ao debate de questões relativas ao ensino, nas duas primeiras décadas no século passado.

Destaca-se, ainda, a Tese de autoria de Maurilane de Souza Biccias, intitulada *O impresso como estratégia de formação de professores (as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)*, defendida em 2001 na USP. Nessa pesquisa, a autora objetiva compreender e analisar o impresso pedagógico oficial *Revista do Ensino* como estratégia de formação de professores (as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais, no período de 1925 a 1940.

No que se refere aos trabalhos que utilizaram a RBEFD para a ampliação da historiografia brasileira, seja como fonte e/ou objeto de estudo, vale a pena destacar três trabalhos. Um deles é a Tese de Doutorado intitulada *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*, defendida por Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, no ano de 2001, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na qual o autor investiga o processo de desenvolvimento da história da Educação Física naquele período e a apropriação da RBEFD pelos professores da cidade de Curitiba-PR.

Dentre as dissertações encontradas, tem-se a de autoria de Sérgio Teixeira, defendida no ano de 2008 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), intitulada *O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como dispositivos*

educacionais (1968-1984), que objetivou identificar as prescrições do lazer e da recreação no período militar.

A outra dissertação encontrada, intitulada *O corpo administrado: biopolítica e disciplinarização na Revista Brasileira de Educação Física (1972-1980)*, de autoria de Washington Luiz de Carvalho, foi defendida na UFU em 2009, que investigou por meio da análise da RBEFD os discursos biopolíticos e dos processos de disciplinarização que permeiam a Educação Física e Esportiva.

Diante do mapeamento de teses e dissertações para o desenvolvimento deste trabalho, pode-se constatar que na produção acadêmica brasileira, a utilização dos impressos, principalmente de revistas educacionais, vem se tornando uma tradição na historiografia educacional brasileira, pois desde o final dos anos de 1980, com o estudo, por exemplo, de Denice Barbara Catani, as pesquisas que tomam as revistas como fonte e/ou objeto vem se ampliando cada vez mais nesse campo. No caso da produção acadêmica que toma a RBEFD como fonte e/ou objeto ainda são poucos os estudos realizados pela historiografia educacional brasileira, o que acaba por revelar ainda mais a relevância do estudo proposto nesta dissertação, sobretudo, porque nenhuma das pesquisas realizadas até o presente momento analisou as representações da Educação Física Escolar contida nesse periódico.

Esta pesquisa tem como referência o pensamento de Roger Chartier (2002), para quem os “atores sociais [...] descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse” (16-19), o que possibilita compreender os “processos com os quais os sujeitos constroem sentidos para as suas ações” (BICCAS, 2012, p. 284), além de tornar possível entender os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos em relação as suas ações.

Nessa perspectiva, é possível analisar como a Educação Física Escolar estava representada nos editoriais e artigos da RBEFD, pois, conforme aponta Chartier (2002, p. 17), as “representações são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la”, desta forma, as representações do mundo social, são sempre produzidas a partir dos interesses de determinados grupos. E, essas percepções,

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 2002, p. 17).

Biccas (2012) corrobora com Chartier (2002) ao avaliar que a representação está sempre “relacionada à posição que os indivíduos ocupam num determinado momento histórico, e em constante luta com outras representações sociais: cada classe elabora o real ao seu modo e entra na disputa a partir de uma determinada posição social” com diferentes formas de “conceber uma determinada realidade, a representação se torna inseparável da prática: a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social” (BICCAS, 2012, p. 286). Igualmente, as percepções que determinados grupos tem de si mesmos, fazem com que esses movimentos sejam analisados a partir do contato com outras realidades, permitindo que a sua história e dos outros com os quais manteve contato estejam sempre voltadas ao processo de construção de suas representações.

Há, ainda, que se considerar que o sentido de representações presentes nos discursos produzidos “dependem das maneiras pelas quais os textos podem ser lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito” (CHARTIER, 1991, p. 179).

Esta pesquisa que tem a RBEFD como fonte adota as perspectivas teórico-metodológicas da Nova História Cultural para analisar as representações sobre Educação Física Escolar que circularam nesse impresso periódico, levando em consideração o uso de *novos objetos* para a construção da história da educação, neste caso, demonstrar o percurso da Educação Física durante o Governo Militar.

Por ser uma publicação produzida e dirigida pelos próprios militares, a RBEFD deve ser investigada de modo que em suas páginas sejam procurados os “sinais” e os “indícios” que possam demonstrar o que a Educação Física Escolar realmente representava aos seus editores e autores. Assim sendo, ao tomar a RBEFD como fonte, deve-se atentar a observação para o “pormenor revelador” do que a “simples dedução”, pois, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

Para melhor compreender como a Educação Física Escolar estava representada na RBEFD foi necessário recorrer a autores como Ivor F. Goodson (1995; 1997; 2007) para entender as questões relacionadas ao currículo e André Chervel (1990) sobre as “finalidades da disciplina”. O primeiro autor referenciado aponta que a História das Disciplinas Escolares busca aprofundar-se em um campo pouco explorado pelos historiadores, tais como: os conteúdos escolares, os métodos de ensino e os percursos de estudo, buscando nos processos internos da escola pistas para analisar as complexas relações entre escola e sociedade. Esse quadro passa a constituir um novo paradigma, buscando aproximar os estudos educacionais dos estudos da história do conhecimento (GOODSON, 1995).

Goodson (1997) defende que “o currículo escolar é um artefato social concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (p. 17), e que “longe de ser um produto tecnicamente racional, que resume imparcialmente o conhecimento tal como ele existe num dado momento histórico, o currículo escolar pode ser visto como veículo portador de prioridades sociais” (p. 79). Nesse caso, por exemplo, “a elaboração do currículo pode ser considerada um processo pelo qual se inventa tradição” (GOODSON, 1995, p. 78), fornecendo uma estrutura para a ação, podendo permanecer por muito tempo sem ser questionada, muitas vezes beneficiando determinados grupos. O autor esclarece ainda, que o currículo é o centro de muitos debates, pois,

Em certo sentido, a promoção do conceito de “currículo como fato” responde pela priorização do “estabelecimento” intelectual e político do passado, tal como está inserido no currículo escrito. Já o “currículo como prática” dá preferência à ação contemporânea e faz concessões à ação contraditória, anômala ou transcendente em relação à definição pré-ativa (GOODSON, 1995, p. 19).

Goodson (1995) complementa que “o que está prescrito não é necessariamente o que foi aprendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece” (p. 78). Por isso, a construção social do currículo deve ser estudada tanto no nível da prescrição como no plano da interação.

Por outro lado, podemos perceber a preocupação de Chervel (1990) quanto a construção social do currículo ao dizer que: “não pode, pois, de forma alguma, abstrair os ensinamentos reais. Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos [...] a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica” (p. 191) e propõe um estudo das práticas escolares, em busca da compreensão dos objetivos declarados e não declarados de uma disciplina, já que, “uma disciplina é, [...] em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (p. 180).

Desta forma, a busca pela história da disciplina Educação Física no período proposto por meio da RBEFD nos leva a seguir o percurso delineado pela pesquisa em História da Educação que toma os impressos pedagógicos para compreender o campo educacional, principalmente por esse impresso ter sido considerado como um dispositivo com motivações políticas, sociais e econômicas, com concepções educacionais de informação e de orientação com o objetivo de propagar os ideais propostos pelos governos militares.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *A Educação Física e o Desporto durante a Ditadura Militar no Brasil*, apresentamos o cenário político que engloba o recorte temporal (1968-1984), a história da Educação Física nesse período e as políticas elaboradas visando estabelecer a Educação Física como disciplina escolar obrigatória, bem como as campanhas empreendidas pelo governo para fortalecer a prática esportiva em todos os setores da sociedade.

No segundo capítulo, intitulado *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como fonte de pesquisa para a história da Educação Física*, discutimos a imprensa periódica como fonte de pesquisa para a história da Educação Física, e ainda, apresentamos a trajetória histórica da RBEFD e as estratégias referentes à distribuição e circulação desse impresso.

Por fim, no terceiro capítulo, *As representações sobre Educação Física Escolar na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, analisamos as representações sobre Educação Física Escolar contidas na RBEFD. Para isso, intentamos verificar quais as concepções do referido tema para os editores da fonte analisada (que na maior parte de seu ciclo de publicação e circulação ficou sob responsabilidade de militares do Exército Brasileiro) e dos outros profissionais que publicavam nesse periódico.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESPORTO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Neste capítulo, aborda-se, num primeiro momento, da instalação do regime militar no Brasil em 1964 à abertura política em 1985, período histórico esse que engloba o recorte temporal desta pesquisa (1968 a 1984). Após isso, são discutidas as políticas implantadas pelos governos militares em torno da Educação Física e do Desporto, bem como a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina escolar, e por fim, são apresentados os projetos e as campanhas empreendidas pelos governos para fortalecer a Educação Física e prática esportiva em todos os setores da sociedade.

1.1 Do Golpe em 1964 à abertura política em 1985

O processo que deu origem ao período ditatorial militar no Brasil se iniciou após a ascensão de João Goulart (popularmente conhecido por Jango) à presidência da República depois da renúncia de Jânio Quadros em 1961, quando vários grupos políticos conservadores que o associavam à ameaçadora hipótese de instalação do comunismo no Brasil se recusaram a aceitar o fim da política nacional-populista implantada durante a *Era Vargas* (1930-1945).

Após a tentativa fracassada de impedir a posse de Jango, a derrota da oposição no plebiscito realizado em 1963 para a escolha do regime de governo e as reformas de base com a intenção de dar voz a setores populares, os militares, empresários, latifundiários e representantes diplomáticos de países com investimentos no Brasil se uniram para evitar a *bolchevização* brasileira (MATTOS; SWENSSON JR, 2003). Essa união favoreceu o golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964, que teve como desdobramento o início do período ditatorial, instaurando um regime autoritário, centralizador e burocrático, resultado da “coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango” (NAPOLITANO, 2014, p. 11).

Com a tomada do poder pelos militares, o governo foi inicialmente formado por uma junta autodenominada Comando Supremo da Revolução, composta por militares das Forças Armadas: o Exército representado pelo General Artur da Costa e Silva; a Marinha pelo

Almirante Augusto Rademaker Grünewald; e a Aeronáutica pelo Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Entretanto, com a intenção de que esse fosse um mandato temporário, necessário para o reestabelecimento da ordem, a estabilidade e a democracia no país, essa junta entregou o cargo de Presidente da República ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em 15 de abril de 1964. Ferreira Filho (1979) afirma que houve uma contradição entre o que foi proposto e o que realmente aconteceu:

O comando revolucionário militar age unilateralmente contra os adversários: prende, cassa mandatos eleitorais e suspende direitos políticos, como os do próprio João Goulart e membros do seu governo. Legisla como quer, fixa datas e regras para a eleição do novo presidente [...]. Mas Castelo Branco, não. É preservado. Assume depois da severa cirurgia político-ideológica patrocinada pela direita militar encarapitada no Comando Revolucionário. E assume com discurso e compromissos democráticos. Para ele, a intervenção tem caráter corretivo. Deve ser temporária e saneadora, devolvendo-se rapidamente o poder aos civis e assegurando a democracia. Seu próprio mandato corresponde ao que restava ao presidente Goulart. Um mandato-tampão. Mas essa visão não é unânime nas Forças Armadas. Pelo contrário. Líderes importantes sustentam posição oposta. Como o próprio ministro da Guerra Costa e Silva. Eles não querem apenas o papel de mero moderador do passado recente, o ciclo intervenção militar - substituição dos governantes volta aos quartéis. Como na crise da renúncia de Jânio Quadros em parlamentarismo e Goulart presidente. Agora querem o poder político e a permanência do movimento. Querem governar. Governo forte, autoritário. É a “linha dura”, da direita da ditadura militar, cuja disputa com os moderados vai permear todo o longo ciclo autoritário (FERREIRA FILHO, 1979, p. 127).

Desse modo, o período foi marcado pela implantação de um modelo econômico a partir de políticas salarial, tributária, fundiária, investimentos e, ainda, de desnacionalização, o que implicou na abertura para o capital estrangeiro e estímulo de crédito e fiscal para o estabelecimento de multinacionais no país. Hilsdorf (2003, p. 122) entende que com a “política dos militares e empresários em favor do monopólio econômico, ocorreria o desenvolvimento do país, mas com base no crescimento das taxas de concentração de renda e na contenção dos movimentos sociais populares que haviam marcado a década anterior”.

O governo ditatorial passou a se legitimar com mais intensidade com a posse do segundo militar na presidência, General Artur da Costa e Silva em março de 1967, quando o país ganhou uma nova Constituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa. A Lei de Imprensa foi implantada como um instrumento necessário para aparelhar o Estado, fortalecendo o Judiciário, pelo seu fundamental processo contra a repressão (FERREIRA FILHO, 1979) e assegurava ao Ministro da Justiça o direito de apreender

edições de jornais e revistas que eram considerados subversivos. Com isso, a maioria dos crimes de imprensa foram processados e julgados pela Lei de Segurança Nacional ou pelo Código Penal Militar.

Nesse período, os movimentos contrários ao regime foram adquirindo força, aumentando o enfrentamento e as denúncias contra o governo considerado de *linha dura*. Para garantir a aplicação desse modelo foi preciso alterar a estrutura jurídica do país, principalmente nas relações entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Destaca-se que durante a maior parte desse período o país foi governado por meio dos Atos Institucionais (AI), utilizados pelos militares como táticas para garantir a ordem.

Em 13 de dezembro de 1968, o Presidente da República decretou o AI-5, considerado como *um golpe dentro do golpe*. Esse AI estabeleceu um governo baseado no controle sobre os outros poderes, julgando de acordo com sua conveniência, criando possibilidades para reprimir os grupos contrários às suas ordens, especialmente aqueles que tinham a intenção de destituir o governo por meio de confrontos armados. A esse respeito, Fico (2004) aponta que o AI-5 é o que pode se chamar de “‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (p. 34).

O AI-5 de autoria do então Ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva, foi considerado o AI mais rigoroso de todos, pois surpreendeu os meios de comunicação pelos rigorosos mecanismos de repressão do governo, já que essa lei outorgava ao Presidente da República a iniciativa de impor a censura prévia à imprensa. Assim, no período compreendido entre 1969 e 1978, a imprensa foi controlada pelo governo.

Aos poucos a censura política aos meios de comunicação foi se concretizando e, de acordo com Marconi (1980), inicialmente as proibições chegavam às redações, identificando, muitas vezes, a autoridade de quem partia a ordem para censurar determinada notícia. Com o tempo, a censura se fortaleceu e tornou-se arrogante e as proibições passaram a ser emitidas sem que a autoridade que determinava o veto não assumia a sua ordem, utilizando-se de termos como: “‘Por ordem superior’, ‘Por determinação superior’, ‘Fica proibido’”. Se no princípio um agente federal levava os bilhetinhos pessoalmente, depois, um simples telefonema [...] era o bastante para manter amordaçada a quase totalidade da imprensa brasileira” (MARCONI, 1980, p. 49).

Devido à intervenção dos militares no setor da imprensa, houve o aumento da chamada *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*, criada para se opor à “pretensão hegemônica da imprensa de espírito oligarca e ideologia liberal” (AGUIAR, 2015, p. 235).

Considerada como exemplo da característica cultural brasileira, essa imprensa foi marcada pela sua efemeridade, ganhando espaço a partir das marcas deixadas pelo Golpe de 1964 em todas as regiões do país, deixando de circular com a aproximação da abertura política iniciada no governo do General Ernesto Geisel.

O afastamento de Costa e Silva em 1969, decorrente de sua enfermidade, e o impedimento da posse do vice-presidente civil Pedro Aleixo, fizeram com que o Congresso Nacional que se encontrava de recesso após o discurso proferido pelo Deputado Federal Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas, fosse reaberto para referendar o General Emílio Garrastazu Médici como Presidente da República.

A nova ordem política estabelecida pelo novo governo com o lema *Segurança e Desenvolvimento*, acelerou a modernização do capitalismo, consolidando a sociedade urbano-industrial brasileira depois do fenômeno chamado *milagre econômico*, o que influenciou, também, na organização social, e nesse contexto ganharam importância os grupos que defendiam o capitalismo internacional.

O *milagre* ocorreu entre 1970 e 1973, quando a economia brasileira cresceu cerca de 10% ao ano devido à política adotada pelo economista Antônio Delfim Netto no comando do Ministério da Fazenda. Esse fato foi propiciado pela estrutura do *tripé econômico*, consolidado no governo de Costa e Silva, que consistia em: 1) as empresas estatais encarregavam-se da infraestrutura, energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas-ferramenta); 2) as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos); e 3) o capital privado nacional voltava-se para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo popular. A indústria automobilística tornou-se o setor mais dinâmico da economia (VALÉRIO, 2012; VIZENTINI, 1998).

Os setores das Forças Armadas e da tecnocracia também ganharam o poder de influir na ordem econômica. De tal modo, líderes sindicais e políticos que apoiavam o regime estabelecido no governo de Jango perderam sua importância com a nova política implantada.

A centralização do poder e as estratégias de repressão utilizadas pelos militares compreenderam o fortalecimento do poder do Executivo, mas sem submetê-lo ao seu controle direto. Foi criado, subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informação, que estabelecia Setores de Segurança Nacional nos Ministérios e Autarquias, aproximando os órgãos de planejamento e do executivo ao das Forças Armadas, o que lhes facilitou o domínio e a centralização administrativa, buscando tornar o aparelho estatal eficaz (CARDOSO, 1979).

Ao consolidar a ordem social por meio da repressão, esse modelo de administração favoreceu a burguesia internacional, os militares e a classe média, principalmente os segmentos profissionais e tecnocráticos. A política baseada na necessidade de fazer do *Brasil um Estado forte* na segurança nacional e no modo de desenvolvimento, alastrou a ideia de uma relação direta entre autoritarismo e desenvolvimento econômico. Baseado nisso, o sistema centralizador, burocrático, empresarial e repressivo foi capaz de mobilizar a população apoiando-se no patriotismo e no êxito econômico, implantando um regime burocrático militar de acentuada característica tecnocrática (CARDOSO, 1979).

Nessa direção, Ferreira Jr e Bittar (2008, p. 335) assinalam que os militares adotaram um movimento político de duplo sentido, pois ao suprimirem “as liberdades democráticas, instituía instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional, no sentido de acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro”.

Em 1974 assumiu a presidência da República o General Ernesto Geisel, que prometia uma abertura política *lenta, gradual e segura*. Coincidentemente, seu governo iniciou com a crise do petróleo e a recessão mundial que gerou o fim do *milagre econômico* provocando a insatisfação da população. Com a abertura política, a oposição começou a ganhar espaço, principalmente após as eleições de 1974, o que deixou os militares conservadores descontentes com a política adotada por Geisel, na qual a redemocratização iniciava-se como um processo sem volta, principalmente após a revogação do AI-5 em 1978.

Os últimos anos do regime militar, já com o General João Baptista Figueiredo na presidência, foram marcados pelo surgimento de vários problemas sociais e econômicos, o que propiciou a promulgação da Lei de Anistia⁵ e o reestabelecimento do pluripartidarismo, dando início ao movimento *Diretas Já* em 1984, exigindo que a escolha do presidente da República fosse feita pela população.

No campo educacional, destaca-se que durante esse regime de governo foram realizadas as reformas de 1968 (Lei n. 5.540/68) que normatizou o funcionamento do ensino superior e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei n. 5.692/71), que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham como finalidade constituir uma ligação orgânica

⁵ A Lei da Anistia foi promulgada em 28 de agosto de 1979 com a seguinte redação: “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais” (BRASIL, 1979).

entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção.

1.2 As políticas educacionais para a Educação Física e o Desporto

A organização oficial da Educação Física no Brasil iniciou-se a partir da Lei n. 378 de 13 de março de 1937, quando foi criada a Divisão de Educação Física (DEF), vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública (posteriormente, em 1953 esse ministério foi dividido em dois: um ficou responsável pela Educação e Cultura e outro pela Saúde).

Com o início da Ditadura Militar, a DEF continuou a aproximar o esporte da Educação Física, sobretudo no sistema escolar, como ficou expresso na Portaria n. 148 publicada em 1967, especialmente ao reconhecer as contribuições das atividades físico-desportivas e ao admitir as competições esportivas como atividades regulares das sessões de Educação Física. A Portaria também fez sugestões para o Esporte de Alto Rendimento (EAR) nas escolas, objetivando a melhora do desempenho do país nas competições internacionais que participaria.

Essa pretensão também pode ser vista nas conclusões da *VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física*, realizada em Vitória, Espírito Santo, no período de 1 a 7 de junho de 1967, publicadas no Boletim Técnico Informativo (BTI) n.1. Além de contribuir com o plano de Segurança Nacional, a Educação Física praticada nos estabelecimentos de ensino secundário deveria possibilitar o surgimento de atletas, destacando aí também um papel para as Forças Armadas, que seria aperfeiçoar as condições físicas e aprimorar, nas suas possibilidades, os atletas já iniciados na escola.

Em 1970, o Decreto-Lei n. 66.967 criou o Departamento de Educação Física e Desportos (DED) em substituição a DEF, extinta por ter um sistema estrutural considerado precário, que impedia as ações no planejamento, coordenação e no controle para o desenvolvimento da Educação Física e dos Desportos. Linhales (1996) aponta que a criação do DED tinha dois sentidos: “primeiro, o de conter a autonomia que começava a ganhar força no sistema esportivo [e] o segundo sentido refere-se ao projeto de subordinação da Educação Física Escolar ao sistema esportivo” (p. 139).

Após a criação do DED, assumiu como diretor geral o Coronel Eric Tinoco Marques. O novo órgão teve ainda um diretor adjunto, o Coronel Octávio Teixeira, e outros três coordenadores: os professores de Educação Física Ari Façanha de Sá e Jorge Marsao

Takarashi, e o Capitão Roberto Jenkins de Lemos, responsável pela área de Comunicação. O DED atuou em duas linhas de ação:

- a) assistência técnica e cooperação financeira com os três níveis de governo, órgãos federais e instituições envolvidas com o setor;
- b) relacionamento com os diferentes órgãos da administração educacional e cultural. Também estabeleceu objetivos para elevar o nível do desporto estudantil e da recreação, melhorar a qualidade do ensino e das pesquisas nas escolas de Educação Física, criar cursos de especialização, construir instalações esportivas (VERONEZ, 2005, p. 239).

Ressalta-se que a mudança não se tratava apenas da nomenclatura do órgão, já que a implantação do DED seguia uma das conclusões do *Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil*⁶ (Diagnóstico), possibilitando ao governo mostrar as vantagens que as práticas da Educação Física para o crescimento do País.

Embora não haja aqui o interesse de analisar com todos os detalhes esse Diagnóstico, é necessário considerar alguns de seus aspectos, sobretudo, porque nortearam as ações de um plano de Educação Física e Desportos, elaborado a partir dele e apresentado em 1971.

Após a Reforma Universitária de 1968, mais precisamente três meses depois, o MEC instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para examinar e propor medidas para a expansão da Educação Física e dos Desportos em todo o País, gerando ao final desses estudos o Diagnóstico. A decisão em realizar esse trabalho decorreu das preocupações do governo com a política nacional de recursos humanos, com o intuito de aperfeiçoar a população em todos os seus aspectos e na busca de melhorar sua qualidade de vida por meio das atividades de Educação Física e dos Desportos, principalmente por estarem ligadas às políticas de saúde e de educação, bem como estarem vinculadas com a política de bem-estar, na área do lazer e recreação (DACOSTA, 1971, p. 7).

A elaboração do Diagnóstico foi supervisionada pelo diretor da DEF e coordenada pelo Professor de Educação Física Lamartine Pereira DaCosta (editor-chefe da DEF), acompanhado da equipe técnica formada pelos professores José Garcez Ballariny e George Massao Takahashi, e pelo Inspetor de Educação Física do MEC Ovídio Silveira Souza, tendo

⁶ Foi articulado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral por meio de um convênio entre Centro Nacional de Recursos Humanos - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CNRH-IPEA) e a DEF/MEC instituído pela Portaria Ministerial n. 94-A, de 28 de fevereiro de 1969, visando estudar e propor medidas para a expansão da Educação Física e do esporte no país. A elaboração do Diagnóstico foi supervisionada pelo Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, então diretor da DEF, e coordenado pelo professor de Educação Física Lamartine Pereira DaCosta.

como estagiária Lúcia Maria Jorge Lopes. Esse documento baseou-se principalmente em três pretensões:

A primeira delas relacionava-se com as “preocupações do Governo Revolucionário com a Política Nacional de Recursos Humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida” (DaCosta, 1971). A segunda pretensão assentava-se na importância “das manifestações psicossociais ligadas à Educação Física e ao esporte, que também projeta sua influência no plano da política internacional”. E a terceira consistia em disciplinar os recursos financeiros da Loteria Esportiva destinados aos programas de Educação Física e Desporto, como previa o Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969. (PINTO, 2003, p. 13, sic).

DaCosta (1971) aponta que o Diagnóstico, foi estruturado em 13 tópicos, a saber:

- 1) As Escolas de EF;
- 2) A Indústria de material, construção e instalações para a EF e dos Desportos;
- 3) Ensino Primário;
- 4) Ensino Médio;
- 5) Ensino Superior;
- 6) Instalações urbanas de EF/Desportos;
- 7) Saunas e Academias;
- 8) Clubes;
- 9) Federações;
- 10) Confederações;
- 11) Nível de aptidão física;
- 12) Administração Pública de EF/Desportos e
- 13) Unidade Funcional do Sistema (DACOSTA, 1971, p. 7).

Dentre esses tópicos que estruturaram o Diagnóstico, DaCosta (1971) destacou que os dois primeiros foram considerados os de maior importância na posição hierárquica, pois o GT que os elaborou entendeu que eles exerciam influência sobre os demais.

A elaboração do Diagnóstico foi baseada no documento *Manifeste Sur Le Sport* (Manifesto) produzido em 1964 pelo *Conseil International pour L'Éducation Physique et le Sport* (CIEPS) da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Em consonância com o entendimento desse Manifesto, considerado documento básico para os objetivos de planejamento, são indicados no Diagnóstico três princípios gerais para uma organização desportiva no País:

- 1) A organização da EF/Desportos é assentada sobre a prática de atividades físicas no âmbito do sistema educacional, abrangendo todos os níveis com ênfase no ensino fundamental; Encontra-se no *Diagnóstico* uma referência

bibliográfica do *Manifeste Sur Le Sport* como documento do Conselho Internacional de Educação Física e de Esporte (CIEPS) da Unesco, publicado em 1968, em Paris. Já na *Revista Brasileira de Educação Física* n.14, existe uma tradução de um documento do mesmo Conselho, cujo título é *Manifesto sobre o Desporto*, porém datado de 1964. A primeira vista pode-se entender que o segundo é a tradução do primeiro, mas devido ao desencontro de datas e à mensagem presente no documento de 1964, do Presidente do CIEPS, Philip Noel-Baker que propõe uma discussão do que ele chamou de “um projeto de Manifesto”, desconfia-se que o texto presente na revista seja uma tradução de um texto preparatório para o de 1968, *Manifeste Sur Le Sport*.

2) O objetivo prioritário da EF/Desporto é o da *melhoria da aptidão física* da população com um todo. Assim sendo, as instalações para a atividade física fazem parte do equipamento básico urbano, da mesma forma as destinadas à recreação passiva. A tendência prospectiva, localizada diante das crescentes possibilidades econômicas e do tempo livre disponível, é a de deslocar progressivamente a recreação – tanto passiva quanto ativa – para posição de realce na sociedade. Portanto a Educação Física, Desportiva e Recreativa deve regular o enfoque de lazer, a fim de preparar as populações urbanizadas no que se refere às necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais advindas da vida sedentária.

3) A organização desportiva comunitária – associações desportivas (clubes), ligas, federações, comitês olímpicos, etc. – para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa. Considerada um setor de gênero *labor intensive*, no qual a rentabilidade depende de multiplicidade de decisões e comunicações individuais, a intervenção por administração direta estatal mostra-se pertinente (DACOSTA, 1971, p.19-20, grifos do autor).

DaCosta (1971) demonstrava-se orgulhoso ao dizer que “O Brasil é, talvez, o único país do mundo que dispõe agora de um Diagnóstico de Educação Física e Desportos, elaborado com um *approach* de análise de sistemas, última palavra na técnica das ciências sociais” (p. 8). Esse documento apresentou três grupos de conclusões:

a) crescimento da importância do setor esportivo entre 1964 e 1970, principalmente nos estados e municípios mais adiantados, onde também é maior a destinação de recursos. b) distorções regionais e setoriais que privilegiam o quantitativo ao qualitativo, tanto em termos da formação de mão de obra técnica quanto da produção de equipamentos e material esportivo. c) deficiências qualitativas no setor educacional, na função de transmissão de conhecimento, no relacionamento dos diferentes elementos organizacionais (DACOSTA, 1971, p. 353-359).

O Diagnóstico, segundo Carvalho e Guido (2011), foi uma estratégia que objetivava reunir o maior número de dados, tanto de ordem física (espaço para a prática de atividades físicas e a capacidade da indústria em suprir as demandas por esses espaços), quanto humana (quantidade de pessoas aptas para ensinar as atividades previstas, nível de conhecimento, interesse dos agrupamentos humanos em aderir aos programas de saúde etc.). Os autores

ressaltam que ao redigir o Diagnóstico, foi seguido o modelo implantado em outros países, inclusive os de origem socialistas, fato que demonstrava a preocupação do governo em se abastecer de dados em todas as atividades da vida econômica e social para melhor administrá-la.

O parecer do Diagnóstico sugeria a modificação de uma legislação ultrapassada, considerada o impeditivo para o desenvolvimento desse setor. Embora os resultados do Diagnóstico tenham sido divulgados em 1971, muitas das medidas constantes no documento já haviam sido realizadas antes de sua conclusão, o que indica que o relatório veio apenas para validar as ações políticas já em andamento (LINHALES, 1996).

É oportuno registrar que o ano de 1969 foi marcado por diversas iniciativas federais nas áreas da Educação Física (como componente curricular) e dos esportes, pois, além da produção do Diagnóstico, destacam-se também: a instituição dos Jogos Estudantis Brasileiros (Portaria n. 29, da DEF, de 22 de maio 1969); a instituição da Loteria Esportiva Federal (Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969); a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os equipamentos destinados à prática de desportos (Decreto-Lei n. 608, de 4 de junho de 1969); a alteração da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estendendo obrigatoriedade da prática da educação física a todos os níveis e ramos de ensino (Decreto-Lei n.705, de 25 de julho de 1969); e a autorização para o MEC constituir um GT para elaborar um Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação, que, por convênio, seria realizado com recursos provenientes da Loteria Esportiva Federal (Decreto-Lei n.64.905, de 29 de julho de 1969).

Ao tratar das mudanças propostas pelo governo, Taborda de Oliveira (2001a) pontua que no final dos anos de 1960 difundiu-se uma preocupação com a “renovação” da Educação Física, culminando, então, em mudanças no âmbito político-educacional:

A reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) expande a oferta de vagas nos cursos superiores, o que incrementaria a formação de profissionais de Educação Física; paralelamente o governo investia na formação de quadro em caráter de emergência, definia uma política setorial para a área de Educação Física e Esportes, legislava exclusivamente sobre a matéria, de forma a dotá-la de um aparato legal diferenciado (Lei 5.692/71, art. 7º; Decreto 69.450/71), incrementava uma política de publicação e circulação de ideias sobre a área [...] fomentava a pesquisa e a pós-graduação em Educação Física no Brasil (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 19).

Por outro lado, essas mudanças foram capazes de proporcionar que outras esferas contribuíssem com a concretização das intenções do governo:

a corporação dos especialistas organizava-se; emergiam os programas municipais e estaduais para a área; consolidava-se a influência do esporte sobre as práticas escolares; a Educação Física ganhava uma certa autonomia no interior da instituição escolar; debatia-se sobre o seu estatuto científico e sobre as suas implicações pedagógicas; expandiam-se as competições com um caráter pretensamente “formativo” – competições intraescolares, Jogos Escolares, Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Ou seja, em um período entre aproximadamente dez e 15 anos a Educação Física brasileira conheceria uma expansão jamais vista na história brasileira (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 19).

A obrigatoriedade da Educação Física em “todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior” (BRASIL, 1969), estabelecida pelo Decreto-Lei n. 705/69, ao alterar o preconizado no artigo 22 da LDB de 1961, fizeram com que os objetivos da Educação Física ficassem caracterizados da seguinte forma:

art. 3º - A Educação Física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I- No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade;

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento da aptidão física, para o aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, aliados à conservação da saúde, fortalecimento da vontade, aquisição de novas habilidades, estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios, que lhe possibilitem o emprego útil do tempo de lazer;

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente, as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º - A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º - A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades, a iniciação desportiva.

§ 3º - Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga à do ensino superior (BRASIL, 1969).

Esses objetivos mostram que dentre as pretensões do governo estava a valorização da aptidão física em todos os níveis escolares. Apesar disso, baseado no depoimento da Professora Maria Lenk, ex-diretora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que participou da comissão que realizou os estudos para a inclusão da Educação Física em todos os níveis, a preocupação do governo com a Universidade visava

acabar com as células - assim chamavam os centros comunistas - que estavam mais ou menos veladas em forma de diretório acadêmicos, e que não se preocupavam com o ensino, mas sim com assuntos políticos, revolucionários ou contrarrevolucionários [...] muitas vezes as Universidades, inclusive, a Escola de Educação Física, eram obrigadas, por questões políticas, a fecharem os Centros Acadêmicos, mas não a fechar a seção esportiva (Depoimento da Professora Maria Lenk em entrevista concedida a CASTELLANI FILHO, 2010, p. 134-135).

No entendimento de Castellani Filho (2010), essa lei foi usada como instrumento pelos militares para esvaziar o movimento estudantil nas universidades, “uma vez que os alunos tinham suas atenções desviadas para o esporte [e assim,] não tinham mais aquele impulso de se reunirem nos Centros Acadêmicos. Eles tiveram no Esporte outra forma de se reunirem” (Depoimento da Professora Maria Lenk em entrevista concedida a CASTELLANI FILHO, 2010, p. 135), ao substituir os diretórios acadêmicos pelas associações atléticas, objetivando que a participação esportiva sobrepusesse a política. Contrariando essa questão, Linhales (1996, p. 138) diz que “a intenção de desarticular os estudantes falhou por dois motivos: primeiro, os alunos não fizeram a troca; segundo, o plano reavivado de espelhar o modelo dos Estados Unidos para o esporte universitário não prosperou”.

Um dos objetivos da Reforma Universitária era ampliar a formação dos professores de Educação Física. Nesse caso, o Conselho Federal de Educação aprovou a reformulação do Curso de Educação Física, mantendo os três anos de duração e estabelecendo que, para a obtenção do título de Técnico Desportivo, bastaria que no currículo mínimo do Curso de Licenciatura em Educação Física fossem acrescentadas, como opção, duas matérias, isto é, dois desportos. Deste modo, o concluinte passou a, opcionalmente, receber ao fim do curso único, os títulos de Licenciado e Técnico Desportivo, o que possibilitava uma maior atuação desses profissionais.

Essa reformulação do Curso de Educação Física, permite perceber que nesse momento até mesmo para ser professor de Educação Física, os candidatos deveriam ter habilidades físicas e técnicas para exercerem a profissão.

Um bom exemplo a esse respeito da formação dos professores foi encontrado dentre os depoimentos de professores de Educação Física formados em 1970, na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em entrevista concedida para a pesquisa da Professora Silvana Vilodre Goellner *et al.* (2010), que buscou analisar o processo de federalização dessa escola, com base no discurso desses discentes, mostrando como se dava o ingresso nessa Universidade pública:

[...] era dividido em duas partes: uma teórica, eu tenho até o boletim, com provas de física, química, matemática, etc... E provas práticas dentro da ESEF. Então o vestibular era especificamente dentro da faculdade não se concorria com ninguém a não ser os próprios inscritos daquele vestibular [...] para os alunos que queriam aprender ou se preparar para ir ao vestibular, na questão prática. Os colegas davam aulas como natação, atletismo, voleibol, basquete, tudo aquilo que caía nas provas práticas nós fizemos. Se cobrava uma mensalidade e ia pra caixinha [do Diretório Acadêmico]. (Entrevista concedida à GOELLNER *et al.*, 2010, sic).

A autora aponta que a aplicação de testes práticos para o ingresso no Curso de Educação Física possibilitava demonstrar o perfil que estava em construção e a preocupação com a aptidão física, focalizando o esporte como seu principal conteúdo, legitimava um profissional dotado de aptidões esportivas.

A respeito da formação esportiva de professores de Educação Física, Taborda de Oliveira (2001a) apresentou, em sua tese de doutoramento, as entrevistas realizadas com professores de Educação Física da Rede Municipal de Educação de Curitiba (Paraná). Dos doze professores por ele entrevistados, sete disseram que não tiveram essa formação e nem mesmo foram atletas, portanto, pode-se considerar que esse argumento se torna generalizado e impreciso pelos dados levantados pelo autor. No entanto, essa diferenciação na formação, presente nos depoimentos podia ocorrer por conta da particularidade do modo de ingresso de cada escola/universidade. No entanto, percebe-se que em todas as etapas desse processo as mudanças ocorridas na Educação Física têm como base principal a formação de professores, porém o currículo reflete mais na formação de um *técnico* que iria atuar em diferentes campos de intervenção.

Seguindo, de certo modo, a mesma linha da Reforma Universitária de 1968 e considerada como a maior das ações para ajustar o ensino dos 1º e 2º graus aos ideais socioeconômicos do governo, a LDB de 1971 tornou a obrigatoriedade escolar para jovens com idade entre 7 e 14 anos. O ensino de 2º grau passou a ter um caráter profissionalizante com habilitação técnica e profissional, buscando, assim, suprir a demanda de mão de obra especializada. Consequentemente, essas alterações fizeram com que houvesse a supressão de disciplinas da área de ciências humanas nesse nível de ensino, dando lugar às disciplinas técnicas.

O artigo 7º da LDB/71 tornou a Educação Física como um dos componentes obrigatórios no ensino escolar, fixado pelas Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus: “Será obrigatória a inclusão [da] Educação Física [...] nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971a). No entanto, a Educação Física Escolar

recebeu uma regulamentação específica, o Decreto 69.450, de 01 de novembro de 1971, que atribuiu um enfoque desportivo e recreativo, devendo integrar como atividade escolar regular o currículo dos cursos de todos os graus de ensino:

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino (BRASIL, 1971b, grifo nosso).

Nota-se que foi dado ênfase à aptidão física e à iniciação esportiva na Educação Física Escolar, sendo necessário, para isso, investir na formação esportiva da criança, e a base para isso foi a escola e as aulas de Educação Física. No que se refere à aptidão física dos estudantes, os objetivos básicos da Educação Física deveriam privilegiar

[os] hábitos higiênicos; o desenvolvimento corporal e mental harmônico; melhoria da aptidão física; o despertar do espírito comunitário, da criatividade e do senso moral e cívico; a formação integral da personalidade; o aprimoramento e aproveitamento integrado e toda a potencialidade física, moral e psíquica do indivíduo; o emprego útil do tempo de lazer; a perfeita sociabilidade; a conservação da saúde; a aquisição de novas habilidades; o estímulo às tendências de lideranças; a implantação de hábitos sadios (BRASIL, 1971b).

O referido decreto previa, ainda, que a iniciação desportiva deveria ocorrer a partir da 5ª série do 1º grau, também regulado pela Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975, que determinava que o desporto escolar envolvesse as atividades praticadas no ensino de 1º e 2º graus, a partir dos 11 anos de idade, com orientação para as atividades de desporto de massa ou para competições de alto nível, sob a supervisão normativa da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). O desporto escolar seria ensinado e praticado nos estabelecimentos de ensino, estimulado por meio de atividades extraclasse e de competições interescolares.

Taborda de Oliveira (2001a) aponta que essas mudanças ocorreram por ser a Educação Física uma prática cultural ligada a outras práticas culturais que também mudavam:

Ela [a Educação Física] não mudou apenas para atender os interesses de sistemas, governos ou grupos. Ela mudou porque a cultura mudou. O debate entre a sua dimensão científica ou humana, técnica ou integral, é indicativo de novas conformações culturais. Reduzi-las à sua dimensão estrutural econômica, como tem feito parte da historiografia, não dá conta de entendê-

la em toda a sua complexidade. Mas essa compreensão não implica, por outro lado, abrir mão de um entendimento da cultura como campo de disputa hegemônica, de relações de poder, de conflito e de dominação (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 121).

Ainda que contestado por Taborda de Oliveira (2001a), por ter uma “visão da gestão *conspiratória* de políticas públicas nos interesses *escusos* do capitalismo dependente” (p. 43, grifo do autor), Castellani Filho (2010) afirma que tanto a Lei 5.540/68 quanto a LDB/71 possuíam um tendência tecnicista incorporada a um sistema educativo associado à qualificação profissional “pautado em parâmetros fixados por uma formação técnico-profissionalizante respaldada na concepção analítica de Educação” (p. 81), destacando ainda que a Educação Física enquanto

“matéria curricular” incorporada aos currículos escolares sob a forma de atividade - ação não expressiva de uma reflexão teórica, caracterizando-se, dessa forma, no “fazer pelo fazer” voltada ao aperfeiçoamento da aptidão física com foco nas habilidades esportivas e sem uma reflexão teórico-pedagógica se configurava como atividade e não como disciplina, uma mera experiência limitada em si mesma, destituída do exercício da sistematização, e compreensão do conhecimento, existente apenas empiricamente (CASTELLANI FILHO, 2010, p. 84).

Taborda de Oliveira (2001a) tece críticas também a Ghiraldelli Jr ao julgar como “autoconfirmadora” às análises feitas da RBEFD, impresso que, assim como o fazemos nesta pesquisa, foi utilizado por ambos como fonte:

Guiraldelli Jr não faz alusão ao rico debate que estava posto nas páginas da Revista, debate que era internacional, e que remetia a uma consolidação do esporte que não tinha necessariamente a ver com a política do Brasil-Grande. [...] O autor, a partir de algumas premissas que são mais ideológicas que epistemológicas, confirma suas inferências a partir de uma leitura apenas parcial dos documentos. Havia um debate na Revista por ele utilizada e havia denúncias da própria orientação esportiva para a Educação Física brasileira (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 55, sic).

Estudos sobre a Educação Física no período ditatorial também foram realizados por Mauro Betti (1991). Esse autor analisou documentos oficiais dos anos de 1969 a 1979 e aponta que nesse período houve a “ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo” (p. 100) e isso pode ser explicado por dois aspectos. O primeiro foi porque a Educação Física passou a ser tratada ao nível de outro sistema, inserida em um contexto geral de desenvolvimento de recursos humanos; e o outro por ter sido utilizada pelo Estado sob o prisma de “aptidão física”, para, a

partir da incorporação do esporte como conteúdo escolar no 1º e 2º grau, formar novos talentos esportivos, e assim, elevar o país como potência por meio do esporte de alto rendimento (BETTI, 1991).

São inegáveis os contrapontos demonstrados nas pesquisas de Tabora de Oliveira (2001a), Ghiraldelli Jr (1988), Castellani Filho (2010) e Betti (1991). No entanto, esses diferentes pontos de vista enriquecem o debate, pois, como Tabora de Oliveira (2003a, p. 173) mesmo avalia, “a análise da norma legal, exclusivamente, apenas empobrece a compreensão dos conflitos pela definição dos parâmetros legais”.

O caráter tecnicista que ligava a Educação Física à “Educação do Físico” estava sempre regulamentado numa compreensão de saúde de caráter biofisiológica (CASTELLANI FILHO, 2010). Essa percepção ficou clara na legislação esportiva brasileira, quando em 1975 foi promulgada a Lei n. 6.251, na qual o Governo Federal criou a Política Nacional de Educação Física e Desportos (PED), com a finalidade de “criar e desenvolver uma mentalidade favorável à Educação Física para produzir uma mentalidade desportiva” (MEC/DED, 1976).

A PED visava aprimorar a aptidão física da população; elevar o nível dos desportos em todas as áreas; elevar o nível técnico-desportivo das representações nacionais; implantar e intensificar a prática dos desportos em massa como forma de utilização do tempo de lazer. A PED gerou o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos (PRODED); o Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física (PATEF); e o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC).

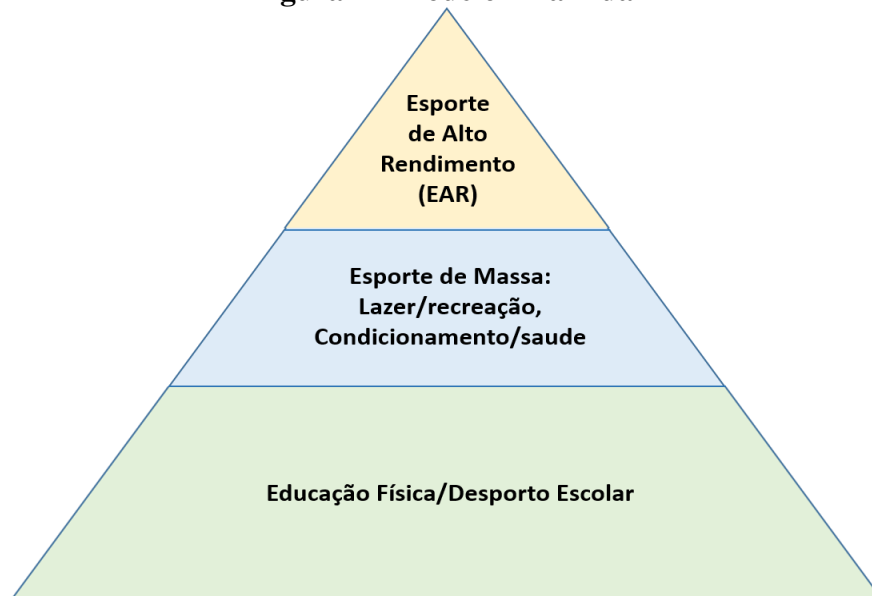
As funções de cada um desses programas eram: PRODED foi o programa que mais recebeu recursos financeiros da Loteria Federal e tinha como projetos: a integração das escolas de Educação Física às Universidades Federais, especialmente; a integração das Escolas aos clubes; o desenvolvimento de pesquisas em Educação Física e Desporto; o aperfeiçoamento do magistério e dos técnicos desportivos; e a implantação de centros de pós-graduação. O PATEF recebeu menos recursos financeiros que o PRODED, porém, com maior número de projetos, tais como: construção de Centros de Educação Física e Unidades Avulsas; construção do Centro Olímpico Desportivo; incentivo as competições desportivas estudantis; planejamento e execução de colônia de férias; melhoria do equipamento desportivo nacional; aquisição de material desportivo; melhoria da representação desportiva nacional; assistência técnica e financeira a entidades desportivas; e Competições desportivas (nacionais e internacionais). E, o PIDIC foi formulado com três projetos: Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), Preservação do Patrimônio Histórico Desportivo e o

Incentivo à Criação e Difusão de Assuntos Culturais e Desportivos. Esse programa recebia a menor receita da Loteria Esportiva, mas sua atuação e importância na divulgação dos demais foram imperativas para a concretização das políticas implantadas pelo DED (PINTO, 2003).

Foi elaborado também o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) para o período de 1976 a 1979, o qual deveria atribuir prioridade a programas de estímulo à Educação Física e Desporto estudantil e ao desporto de alto nível (MEC/DED, 1976). Destacamos que, nesse Plano, a inclusão do Desporto de Massa foi influenciada pelo Professor Lamartine Pereira DaCosta, sendo posteriormente elevado ao mesmo patamar de importância das áreas anteriormente elencadas. Desta forma, as práticas esportivas no âmbito escolar e não-escolar eram incentivadas com o intuito de aumentar os adeptos na base da pirâmide, visando conquistar um maior número de atletas de alto nível no topo, ou como eram chamados no período, Esporte de Alto Rendimento, a elite esportiva que representaria o país em nível nacional e internacional (GONÇALVES JUNIOR, 2002).

O modelo apresentado na figura abaixo (Figura 1), mesmo considerado como um padrão europeu era o pretendido, ou seja, a partir da Educação Física e do Desporto Escolar se formaria a elite esportiva. A pirâmide era tida como uma fórmula universal para elaborar projetos e direcionar recursos para o desenvolvimento do setor.

Figura 1 - Modelo Piramidal



Fonte: Baseado nos dados de DaCosta (1971) e Gonçalves Júnior (2002).

O decreto que regulamentou a PED previa, também, a criação de centros interescolares de treinamento desportivo nos estabelecimentos oficiais de ensino fundamental e médio que possuíssem instalações desportivas próprias, aproveitando os horários disponíveis durante o

período regular e o período especial, com caráter extracurricular, ficando visível, mais uma vez, o cunho esportivo das aulas de Educação Física a partir da 5ª série.

A gênese da elite esportiva seria concebida a partir da formação dos professores, como pode ser visto nos depoimentos de professores entrevistados por Taborda de Oliveira (2001a):

a visão que a faculdade nos passava era exatamente esta da busca de talentos e que a escola era um grande celeiro onde você poderia formar ou forjar atletas. Mas de qualquer forma nós saímos da faculdade voltados para o esporte e assim chegamos à escola para dar aula. Era realmente a formação de atleta; nossas aulas de Educação Física eram voltadas para isso [preocupadas] com a questão física (Entrevista concedida a TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 296, sic).

Outro professor falava sobre o perfil do professor de Educação Física:

Na década de 70 a identidade dele era muito clara. Ele era um esportista, um professor de esporte, um professor técnico. Tinha uma identificação muito grande. A gente tinha simbolismos muito fortes para a nossa identidade. Por exemplo, na década de 70, quase ninguém usava agasalho, usava tênis. Ninguém! Era muito raro. Então essa indumentária nossa dava uma identidade *sui generis*. Em qualquer lugar que você estivesse você já era identificado como o professor, como a professora de Educação Física. E a gente tinha, polarizava um discurso, que era a questão do esporte, da competição, aquela coisa toda. (Entrevista concedida a TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 285, sic).

O depoimento de outra professora entrevistada por Taborda de Oliveira (2001a) corrobora com os depoimentos desses professores, no entanto, ela apontava que, apesar da orientação recebida ser a do *professor-atleta* ou *professor-atleta*, desenvolvia a prática de maneira diferente:

Quando eu passei a lecionar eu dizia: “O bom professor não é aquele que é atleta!”. Porque eles queriam que todo mundo fosse atleta na faculdade. Você tem que saber transmitir e dar o gosto. Eu tinha gosto pela atividade mas não queria competir. E depois, como professora, fiz o contrário: desenvolvi o gosto e fazia os alunos que tinham presença, competir. Agora, a Educação Física, para mim... Eu nunca vi a Educação Física só como competição. Como eu tive uma vida muito livre, eu achava que eles tinham... A Educação Física... Eles não tem mais espaço para nada! E é na hora da Educação Física que eles voltam às raízes das brincadeiras antigas, tudo. Nesse momento... a gente tem que ver a Educação Física não só como esporte. E não como hoje em dia como o pessoal quer: teoria, teoria, teoria! Tem que pôr a criança brincar, tem que pôr a criança participar, sentir o que está fazendo. (Entrevista concedida a TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 294, sic).

No depoimento de outro professor entrevistado, podemos notar que haviam divergências nas experiências vividas por esses profissionais:

[A Educação Física] tinha um caráter formativo, que seria uma coisa mais ou menos baseada no modelo americano. Se prepararia a criança, o jovem, em um processo contínuo de descoberta de talentos, e quando chegassem na universidade, na universidade seria o esporte de elite. O ápice. E a coisa não funcionou. Não funcionou por “n” motivos. [...] o governo trabalhou em cima disso. A partir da preocupação com a questão física [...] (Entrevista concedida a TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 295, sic).

Por isso, é necessário levar em consideração vários aspectos que possam contribuir para o entendimento dessas diferenças que perpassam os entrevistados do Professor Taborda de Oliveira (2001a), e uma delas pode ocorrer justamente por conta da formação universitária desses professores.

Ainda buscando meios para modernizar o setor, em 1975 o órgão responsável pela Educação Física passou a ser dirigido pelo Coronel Osny Vasconcelos e em 1978 houve mais uma mudança nesse órgão e o departamento foi transformado na Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). Entre os secretários estava o Coronel Péricles de Souza Cavalcanti, que assumiu em 1979 e permaneceu até o final do regime militar.

No Quadro 1 apresentamos o período de atuação dos dirigentes desse órgão responsável pela Educação Física no País:

Quadro 1 - Dirigentes do Órgão (durante o ciclo da RBEFD)

Período	Dirigente
1968-1970	Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira
1970-1975	Coronel Eric Tinoco Marques
1975-1978	Coronel Osny Vasconcelos
1979-1984	Coronel Péricles de Souza Cavalcanti

Fonte: RBEFD (1968-1984).

Como pode ser percebido no Quadro 1, os militares sempre tiveram presença significativa no setor da Educação Física. Fato iniciado, como já posto, com a sistematização da Educação Física no contexto escolar pelos militares que utilizavam como meio de aplicação os métodos ginásticos oriundos da Europa.

Em 7 de abril de 1982, a SEED/MEC emitiu a Portaria n. 001 estabelecendo que a esse órgão caberia promover e realizar eventos esportivos escolares em caráter nacional, selecionar

e preparar equipes representativas do esporte escolar para participar de competições internacionais e difundir e incentivar, em todos os níveis escolares, a prática dos esportes, ficando mais evidente ainda, que as escolas de ensino fundamental seriam as entidades básicas do esporte escolar. Nesse caso, ocorreria a ampliação dos treinamentos, o que ocasionaria numa maior participação dos *alunos-atletas* em competições com maiores chances de êxito, o que faria transparecer para a população brasileira um clima de prosperidade e de desenvolvimento nacional (DARIDO, 2003).

Dessa forma, essa disciplina escolar acabou assumindo como uma de suas funções, a formação física de pessoas aptas para desempenhar de forma mais eficiente as atividades relacionadas ao mundo do trabalho e atingir o controle social, cabendo ao esporte como conteúdo, o papel de auxiliar na manutenção da ordem, o que contribuiria sobremaneira para o fortalecimento da *moralidade* imposto pelo regime.

1.3 Estratégias para divulgação da Educação Física e dos esportes

Durante a ditadura militar houve entre diversos setores educacionais, como as secretarias estaduais de educação e de esportes e as associações de professores de Educação Física, uma discussão que se estendeu até o fim do período, que tinha como objetivo incorporar de forma efetiva a prática da Educação Física no processo da educação geral e integral devido ao valor do esporte como fenômeno social.

Dentre as diversas empreitadas para conscientizar os professores para aderirem aos projetos de divulgação da Educação Física, estava a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) do PIDIC, estabelecido pelo PNED:

A campanha foi pensada e articulada para atingir os diversos públicos e reforçou sistematicamente a representação de que o esporte era um conteúdo que deveria ser praticado e ensinado em todos os espaços possíveis, especialmente na escola, por meio da Educação Física, configurando um amplo movimento de esportivização do social. Esses dados permitem considerar a CNED como um marco na intervenção do Estado no esporte, tanto pela variedade de dispositivos utilizados como pelo investimento de recursos financeiros e humanos (PINTO, 2003, p. 58).

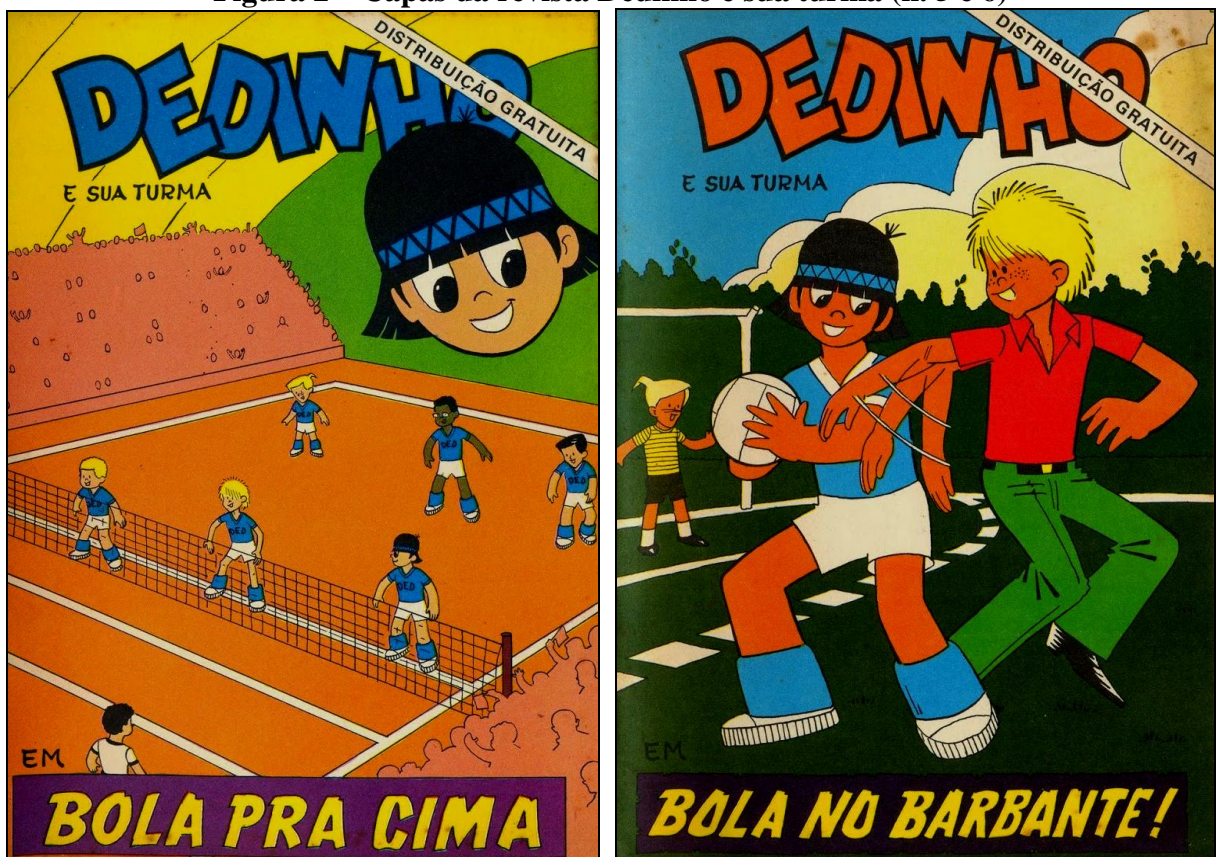
Além da RBEFD lançada em 1968 como BTI, o PIDIC também produziu outros materiais para integrar a CNED: a revista de história em quadrinhos *Dedinho e sua turma*; os *Cadernos Didáticos*; os *Cadernos Técnicos*; o jornal *Podium*; os cartazes *Desporters*; os

fôlderes *Trifólios*; e os filmetes. Logo abaixo apresentamos resumidamente, a importância desses impressos, que assim como a RBEFD, também foram fundamentais para a divulgação da Educação Física e dos esportes durante o regime militar.

A revista de história em quadrinhos *Dedinho e sua turma* – Dedinho vem a ser o diminutivo da sigla do DED – era voltada para o público infanto-juvenil e teve uma produção de cerca de 9 milhões de exemplares, sendo distribuída gratuitamente nas escolas no período de 1971 a 1979, fato que indica que intenção do DED/MEC era fazer “circular no âmbito escolar as representações sobre esporte por ele defendida e legitimadas, e o uso dessa revista configura uma tentativa de conformar práticas pedagógicas” (PINTO, 2003, p. 2).

A *Dedinho* teve 6 números, publicados no período de 1971 a 1974, com duas reedições, em 1975 e 1979. Na 3ª reedição de 1979 foi acrescentada na última página a personagem *Sedinha*, ligada à nova nomenclatura do órgão. As edições tinham temas específicos relacionados a diferentes modalidades esportivas: n.1 - *Pernas, pra que te quero!* (Atletismo: corridas); n. 2 - *O Pulo do gato* (Atletismo: saltos); n. 3 - *Braço é braço* (Atletismo: arremessos); n. 4 - *Cesta, minha gente!* (Basquetebol); n. 5 - *Bola pra cima* (Voleibol); e n. 6 - *Bola no barbante* (Handebol).

Figura 2 – Capas da revista *Dedinho e sua turma* (n. 5 e 6)



Fonte: DED/MEC (1973; 1974).

Os *Cadernos Didáticos* circularam no ano de 1968 e eram uma reedição do livro *Introdução à Moderna Ciência do Treinamento Desportivo* de autoria de Lamartine Pereira DaCosta. Esse impresso buscava atender os alunos das escolas superiores de Educação Física, mas era constantemente solicitado pelos professores em atuação, público esse que passou a ser atendido posteriormente por meio de cursos e palestras.

Figura 3 – Capas dos Cadernos Didáticos n. 1 e 2



Fonte: DED/MEC (1968).

Os *Cadernos Técnicos*, assim como os outros impressos produzidos pelo DED, tinham distribuição gratuita. Destinado às secretarias de educação dos estados, e delas para as escolas superiores de Educação Física, tinha como função atuar na formação em exercício e de futuros professores de Educação Física. Os temas abordados foram corridas, voleibol, recreação, handebol, saltos ornamentais, avaliação física, ginástica olímpica e natação para principiantes. Os dois primeiros temas tiveram uma tiragem de 15 mil peças cada um e os demais, 25 mil (PINTO, 2003).

Figura 4 – Capas dos Cadernos Técnicos n. 3 e 5



Fonte: DEC/MEC (1973; 1974).

O jornal *Podium* tinha uma produção mensal, que somada, totalizou cerca de sessenta e cinco mil exemplares durante seu ciclo. Esse jornal divulgava informações do andamento das construções de áreas esportivas nos estados da federação, os resultados de classificação nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), bem como notícias sobre as escolas de Educação Física.

Os pôsteres denominados *Desporters* foram produzidos numa quantidade superior a seiscentos mil cartazes que deveriam ser afixados em lugares de grande movimentação de pessoas, como: escolas, creches, postos de saúde, aeroportos, rodoviárias, entre outros. Segundo Pinto (2003), o projeto inicial previa doze peças com temas diferentes, no entanto, apenas seis foram produzidas: 1) Calção nele; 2) Quero crescer forte; 3) Educação física é educação; 4) Use as nossas bolinhas; 5) O quente é ser campeão; 6) Desporto é saúde; 7) Isto é saúde; 8) Força e coordenação; 9) Equilíbrio e segurança; 10) Vigor é vida; 11) Vida é confiança; 12) Confiança e harmonia.

Os seis primeiros pôsteres foram produzidos no tamanho de 68 cm x 50 cm. Os demais foram reproduzidos nas quarta capas da revista em quadrinhos *Dedinho e sua turma* e da RBEFD, e também, no jornal *Podium*.

Figura 5 – Foldêres *Desporters* n. 1 e 11



Fonte: DED/MEC (1971; 1975). Publicados na quarta capa da revista *Dedinho e sua turma* n. 1 (1971) e n. 6 (1975).

Os *Trifólios* eram fôlderes que incentivavam a prática de atividades físicas por meio de ilustrações e advertências. Foram produzidas quatro peças, com tiragem de 50 mil exemplares cada uma. O impresso era distribuído nas companhias de transporte aéreo e nas secretarias de educação dos estados. Elaborados pelo GT do DED, objetivavam reforçar a CNED em outro segmento da sociedade: a classe média. Os temas foram: *Receita da aeromoça*; *Você suicida*; *Não culpe a moda*; *Servicinho duro, taí!*. Na Figura 6, o *Trifólio* n. 4, é dirigido às “donas de casa”, mostrando “a necessidade de elas se cuidarem para dar conta de seus afazeres domésticos e, principalmente, do marido” (PINTO, 2003, p. 53).

Figura 6 – Trifólio n. 4

A coisa não é tão difícil como poderia parecer. Estes são os 10 minutos mais importantes do dia, e você vai ver como tudo vai se modificar.

Se você pensa que sua movimentação diária já é uma forma de ginástica, enganou-se!!!

Comece o dia cuidando de você e terá mais disposição para cuidar de tudo o mais. Não se esqueça de que o mais importante, dentro de um lar, é a dona deste lar. Cuide-se desde já, e todos viverão muito melhor — ponha a ginástica em sua vida e ela lhe dará o sorriso que talvez esteja faltando.

EDUCAÇÃO FÍSICA
— um direito de todos nós —

A saúde nem sempre depende só do médico. Se você não colaborar, só um santo poderá resolver os seus problemas — e, cá entre nós, os santos andam muito ocupados, ultimamente. Uma série de exercícios é como a revisão do automóvel da família, que, mesmo não estando com defeito, precisa ir para a oficina, levando um aperto aqui e ali! Seus filhos já estão crescendo em uma outra época: para eles, a educação física será um direito e não uma obrigação ou um recurso. Ajude-os, verificando a frequência às aulas de educação física, pois é na infância que se formam os hábitos, e eles talvez ainda não possam avaliar a importância deste momento. Educação física, o melhor meio de se obter um sorriso sadio!!!

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Distribuição gratuita.
Imp. Aberti S.A.

servicinho duro, taí!

Fonte: Pinto (2003, p. 53)

Visando atingir um público maior, o PIDIC produziu os filmetes *Educação Física é educação*; *Começar cedo*; *Renovação*; *Ordem para o progresso*; e *Sequência*, para serem veiculados nos cinemas e na televisão. Com mensagens que destacavam os benefícios da prática esportiva, os filmes foram dirigidos pelo Capitão Roberto Jenkins Lemos, responsável pelo setor de Comunicação Social do DED.

Esses projetos desenvolvidos pelo PIDIC seguiam as orientações do Manifesto elaborado CIEPS, órgão da UNESCO aprovado pela Federação Internacional de Educação Física (FIEP)⁷.

Considerado como “potencialmente forjador de diretrizes” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2012, p. 121) para a área da Educação Física, o Manifesto examinava as principais questões relativas ao esporte no mundo moderno e delineava as ações que iriam direcionar a condução dos assuntos relativos à área. Constata-se no documento que as proposições nele contidas privilegiavam três campos para a atuação do esporte: a escola, o lazer e a competição de alto nível. Baseados nas propostas do Manifesto, DaCosta (1971) indica, no Diagnóstico, os três princípios gerais para a organização desportiva:

⁷ Fundada em 1923, é a mais antiga organização internacional de Educação Física. Reúne associações, escolas e institutos superiores de Educação Física de mais de 60 países.

- 1) A organização da EF/Desportos é assentada sobre a prática de atividades físicas no âmbito do sistema educacional, abrangendo todas os níveis com ênfase no ensino fundamental;
- 2) O objetivo prioritário da EF/Desporto é o da melhoria da aptidão física da população com um todo. Assim sendo, as instalações para a atividade física fazem parte do equipamento básico urbano, da mesma forma as destinadas à recreação passiva. A tendência prospectiva, localizada diante das crescentes possibilidades econômicas e do tempo livre disponível, é a de deslocar progressivamente a recreação – tanto passiva quanto ativa – para posição de realce na sociedade. Portanto a Educação Física, Desportiva e Recreativa deve regular o enfoque de lazer, a fim de preparar as populações urbanizadas no que se refere às necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais advindas da vida sedentária.
- 3) A organização desportiva comunitária – associações desportivas (clubes), ligas, federações, comitês olímpicos, etc. – para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa. Considerada um setor de gênero *labor intensive*, no qual a rentabilidade depende de multiplicidade de decisões e comunicações individuais, a intervenção por administração direta estatal mostra-se pertinente (DACOSTA, 1971, p. 19-20, grifo do autor).

Publicado na *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* n. 10 (1971), o Manifesto afirmava que a “ação ‘física’ é considerada, hoje em dia, como um meio educativo de alto valor, porque empenha o ser na sua totalidade. O caráter de ‘unidade’ da educação, por meio das atividades físicas, é universalmente reconhecido” (FIEP, 1971, p. 11).

Apesar desse discurso sobre as ações educativas do esporte e sua contribuição para a formação do ser humano ser remanescente de outros períodos, a partir das regulamentações previstas em leis, passaram a serem administradas e promovidas, principalmente, por métodos científicos específicos:

O meio específico da Educação Física é o exercício físico, isto é, a atividade física sistemática concebida para exercitar (educar, treinar, aperfeiçoar). Não é a natureza do exercício que fixa o papel preponderante, mas a intenção que anima o ato, dando-lhe orientação geral e formas particulares, ao mesmo tempo que, determina em definitivo, seus resultados sobre o indivíduo (FIEP, 1971, p. 12).

Outra preocupação da FIEP (1971) era a formação científica dos professores, já que “a missão educativa, por meio de atividades físicas, exige sólidos conhecimentos biológicos, psicológicos e sociológicos e boa preparação pedagógica [e deveria] ser confiada [aos] educadores que receberam sólida formação de nível universitário” (p. 16). Nesse processo deveria predominar a “cultura geral, nos conhecimentos científicos e técnicos fundamentais (dados que têm valor geral e permanente), nas intenções educativas e no desenvolvimento do espírito científico” (p. 16). O Manifesto trazia, ainda, que

Para assegurar a eficácia da Educação Física é indispensável que os poderes públicos e os administradores diretamente responsáveis [...]: Empreendam um grande esforço em particular de propaganda (em particular pelos jornais e a televisão) e deem ajuda eficaz às atividades físicas higiênicas e recreativas dos adultos (ginástica voluntária) e o ‘desporto para todos’. As atividades de lazer não devem ser inteiramente entregues as empresas comerciais, para as quais os fins educativos[...] ficam logicamente em plano secundário. Esperemos que, no mundo de amanhã, as condições políticas e econômicas possibilitem a todos os indivíduos os benefícios de um tempo suficiente para os mais sadios lazeres (FIEP, 1971, p. 16).

Seguindo as orientações do Manifesto, o PNED citava a necessidade de divulgar e promover os benefícios da prática desportiva por ser imprescindível a preparação da opinião pública para atender suas expectativas, visando motivar e estimular a vontade coletiva para a prática de atividades físicas, o que significava democratizar as oportunidades de Educação Física e Desportos pela informação e pela participação comunitária livre (MEC/DED, 1976).

A CNED já realizava essa tarefa desde 1971, ou seja, procurava conscientizar a população brasileira da importância da prática de atividade física integrada à educação, favorecendo o desenvolvimento da “mentalidade desportiva” (BRASIL, 1971a). Parte integrante da estratégia do governo de popularizar o esporte, relacionando-o com o sucesso econômico do período e empregado com finalidade de reforçar a imagem de um país emergente, a CNED foi sempre apoiada pela estrutura de diversos órgãos federais por meio da veiculação de material publicitário e inserções nas diversas mídias.

Para patrocinar o desenvolvimento de projetos, programas de educação física e atividades esportivas, o governo destinou de 70% da renda líquida apurada na exploração da Loteria Esportiva Federal aos órgãos governamentais ligados aos esportes e à educação, além de obras de assistência social, fato até então inédito, pois o investimento do poder público nos esportes e na Educação Física era irregular.

Nesse período, houve algumas tensões entre o DED e os dirigentes das confederações e federações esportivas, pois esses julgavam que ao centralizar os recursos e ampliar a CNED, o governo estaria expandindo as ações dos desportos escolar e comunitário, em detrimento ao sistema esportivo formal. Segundo Linhales (1996, p. 148) tratou-se de: “Uma ‘queda-de-braço’ entre o esporte elitizado e uma falsa democratização esportiva, promovidos por volumosos gastos públicos e financiados pelo sonho de cada brasileiro de se tornar um milionário da Loteria Esportiva”. Nessa *queda de braço*, a mesa de apoio foi o público, pois o discurso do *esporte para todos* permaneceu como tal, a clientela esportiva teve melhor atendimento com a CNED e o sistema esportivo formal permaneceu intocado.

O capítulo 13 (Unidade Funcional do Sistema) do Diagnóstico assinalava que no Brasil o tema Educação Física/Desportos era um dos mais noticiados na imprensa, porém, era um dos que mais necessitava de uma abordagem técnica:

Pode-se, portanto, concluir que a Educação Física/Desportos representa no País um dos mais importantes fluxos de informação quanto a intensidade, como também deve ser essencialmente de caráter noticioso dado aos tipos de veículos mais utilizados (jornais, rádio e televisão). A tiragem insignificante dos livros e folhetos, em termos relativos, e a existência de apenas uma revista técnica efetivamente periódica (“Boletim Informativo”, tiragem de 5.000 exemplares, editado pela Divisão de Educação Física do MEC e recentemente transformada em “Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva”) confirmam essa interpretação (DACOSTA, 1971, p. 332).

Nesse aspecto, ficava clara a intenção do governo em utilizar a RBEFD como estratégia para divulgar suas opiniões a partir da CNED. Essas pretensões foram compartilhadas pelos dirigentes da DEF, como pode ser verificado no editorial *Faça sua revista circular*, da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* n. 13, escrito pelo Coronel Eric Tinoco Marques:

Você deve estar sentindo a modificação gradual da sua Revista. Pelo menos, assim esperamos que aconteça e, neste sentido temos envidado o melhor de nossos esforços. Meridiano se torna que a implantação de uma publicação periódica seja tão atualizada quanto possível, cobrindo a maior área de assuntos que o seu espaço possibilite; destarte, a elevação do seu padrão técnico deve ser acompanhada de perto pela diversificação do conteúdo, sem esquecer a apresentação (MARQUES, 1973a, p. 4).

Ao qualificar a revista como atualizada e elevado padrão técnico, com conteúdo diversificado, procurava-se atrair os profissionais da área para participar do processo de expansão da Educação Física e do Desporto, o que pode ser notado no editorial *Um novo mercado de trabalho* da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 14:

[...] no corpo da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo – e aqui o ponto central -, indo mais além do que os objetivos inerentes à Campanha [...] tivemos a oportunidade de poder começar um trabalho de estímulo ao escritor desportivo. Ora, se a falha central residia na falta de oportunidade, nas dificuldades de editoração, nada mais fácil do que, resolvendo tais problemas, chegar à tão desejada produção; [...] O fato é que em 1972 logramos colocar em circulação a primeira série de nossas publicações, e inauguramos 1973 com a nova Revista, já dentro de um esquema totalmente reformulado. Agora transferimos os problemas para você, caro leitor: esta Revista é sua, até porque, se não fosse você, não teria razão a sua existência, e muito menos o nosso trabalho. Participe, usando-a para veicular a sua

opinião, para difundir seu conhecimento, para permitir que outros se valham de sua experiência. Este é um novo mercado de trabalho à disposição do professor de Educação Física. Não fique por fora (MARQUES, 1973b, p. 3-4).

Ainda no editorial *Uniforme novo* da edição n. 19 da revista, o diretor do DED buscava mostrar aos professores os benefícios que teriam ao utilizarem o impresso como forma de estudos:

Venha para as nossas páginas, não apenas como leitor, mas também, como colaborador, oferecendo sua experiência em proveito de todos os companheiros que aqui buscam novos conhecimentos ou mesmo reforços, com nova argumentação, àquilo que já sabiam, àquilo que compunha o seu dia-a-dia [...] o jogo está dirigido a você, foi criado para sua participação, não na arquibancada apenas, mas dentro das quatro linhas, pois aqui ninguém é dono do time e os titulares serão os que estiverem em campo (MARQUES, 1974, p. 5).

Com o fim do mandato do presidente Médici e de seus programas de relações públicas em 1974, diminuiu a propagação de ideais por meio do esporte, ao mesmo tempo em que as mudanças nos quadros do MEC e do DED determinaram o encerramento da CNED (LINHALES, 1996).

De tal modo, ao expor a importância da CNED em buscar a aproximação do Estado com a sociedade civil, nota-se que havia a expectativa em atender todos os professores de Educação Física, dirigentes e órgãos interessados, pois essa forma seria o meio mais eficaz em disseminar os ideais apresentados nas páginas da RBEFD.

Sob a orientação do Professor Lamartine Pereira DaCosta, a Rede Globo de Televisão lançou em 1975 a campanha *Mexa-se*, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para as práticas de atividades físicas. Como resultado, Teixeira (2009, p. 2) relata que o esporte não se restringiu somente aos “praticantes dotados de habilidades motoras, com o intuito de estabelecer uma seleção entre os esportistas e os não esportistas” incidindo, pois, num “elemento acessível a toda população, independentemente do estágio de capacidade física em que se encontravam os indivíduos”.

Em 1977, surgiu outro projeto nos moldes da CNED: o Esporte para Todos⁸ (EPT). A

⁸ Esse programa surgiu na Noruega, em 1967, quando do lançamento da campanha TRIMM que, “através da utilização do material de *marketing*, procurava estimular os sedentários à prática da atividade física” (HAUGE-MOE, 1977 *apud* CAVALCANTI, 1984, p. 15).

partir de um acordo firmado entre o DED e o MOBRAL⁹, oficializou-se o desenvolvimento da campanha EPT, tendo como coordenador o professor Lamartine Pereira DaCosta, que destacou que o esporte de massa com base na iniciativa privada “descentralizada e comunitária” procurava atender às necessidades de lazer popular, se diferenciando da “massificação desportiva de alguns países socialistas, que simplesmente aumentaram a escala de participação nas atividades” (DACOSTA, 1977, p. 8).

Em articulação com estados, municípios, e também com a iniciativa privada, o EPT priorizou o desenvolvimento de ações de baixo custo e grandes eventos de massa, que, proporcionais ao tamanho das diferentes cidades, ocorriam quase sempre em fins de semana e feriados. Os eventos eram realizados, prioritariamente, ao ar livre, em ruas, praças, praias, parques e similares e, em dois anos de atividade, o EPT treinou 9.700 agentes voluntários em dois terços dos municípios brasileiros, agregando 10 milhões de participantes.

Cavalcanti (1984, p. 15) assegura que o EPT dissimulava as desigualdades ante a educação, constituindo-se em um discurso ideológico “a serviço da despolitização da massa à medida que afasta o indivíduo da sua realidade social para cultivá-lo num espaço esportivo, abstrato, onde se exercita a obediência e a disciplina”. Mesmo ponto de vista partilhado por Castellani Filho (2000), ao dizer que o EPT buscou por meio do esporte, auxiliar o regime militar a disfarçar a composição de classes no Brasil, simulando que o acesso às atividades físicas e de lazer pela camada da população de mais baixa renda significava melhoria da qualidade de vida.

Oposta a esses autores, Linhales (1996, p. 158) defende que o EPT foi o “braço esportivo/recreativo que o Governo Federal utilizou para o enfrentamento das questões sociais”, e avalia o resultado dessa campanha como positivo, principalmente por ter se mostrado como alternativa para o EAR e também porque, apesar de término oficial em 1979, continuou em bases comunitárias. Nessa esteira, Taborda de Oliveira (2001a, p. 55), baseado nas entrevistas realizadas com professores de Curitiba, diz que “talvez seja exagero considerar a tese que afirma que o interesse primeiro da divulgação das atividades esportivas pelo governo fosse de ‘analgésico social’”, pois atividades semelhantes ao EPT já vinham sendo praticadas na capital paranaense desde os anos de 1950, momento em que os militares não estavam à frente do governo brasileiro.

A partir das diferentes perspectivas historiográficas sobre a Educação Física, pode-se

⁹ Criado pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro em prol da Alfabetização (MOBRAL), foi um programa do governo federal iniciado em 1971, cujo objetivo era a erradicação do analfabetismo no Brasil, sendo extinto em 1985.

perceber conflitos nas discussões acerca das finalidades da inclusão do esporte como conteúdo dessa disciplina no período ditatorial militar. Assim sendo, Taborda de Oliveira (2002) diz que é evidente que muitos discursos historiográficos da Educação Física apresentam alguns “vícios” ou “limites” nas suas análises, perdendo de vista a relação entre aspectos micro e macroestruturais que envolveram o cotidiano escolar. Portanto, pensar que a prática pedagógica da Educação Física fosse apenas para distinguir a atuação do *professor-treinador* e a prática do *aluno-atleta* seria reduzir a finalidade do esporte na escola.

Apesar das divergências dos autores referenciados neste trabalho, fica claro que o governo federal procurava meios para que a prática de atividades esportivas, tanto escolares quando de massa, pudessem atingir o maior número de pessoas para cumprir os objetivos propostos nas diversas campanhas realizadas.

CAPÍTULO 2

A REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS COMO FONTE PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Este capítulo encontra-se dividido em três partes. A primeira trata da imprensa periódica pedagógica como fonte de pesquisa, uma vez que ela permite revelar o campo educacional em dimensões distintas, como as particularidades que envolvem a teoria e a prática, os sistemas escolares e processos educativos, além da formação de professores em diferentes períodos. A segunda parte aborda a RBEFD enquanto fonte utilizada para compreender a história da Educação Física no período ditatorial militar. Por fim, a terceira parte apresenta como essa revista foi produzida e colocada em circulação visando chegar às mãos do maior número de profissionais.

2.1 A Imprensa Periódica como fonte de pesquisa

Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 2003, p. 538).

As pesquisas com a utilização de impressos periódicos como fonte de pesquisa passaram a ser ampliadas a partir da década de 1970, já que até esse período, como aponta Luca (2008, p. 111), “eram raros os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História no Brasil”. Segundo a autora, a importância dos impressos era reconhecida e havia a “preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2008, p. 112). Contudo, isso era praticamente impossível já que os limites aplicados à tradição historiográfica do século XIX tinham como pressuposto a busca da verdade. Para realizar esta tarefa, continua Luca (2008), o historiador “[...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, 2008, p. 112).

Um dos motivos que depreciava o uso dos impressos como fonte era o fato desses serem considerados veiculadores de interesses daqueles que os colocavam em circulação com pretensões particulares. Portanto, ao tomá-los como fonte, o pesquisador deve agir com

cautela quanto às condições técnicas e ao momento histórico de sua produção, buscando uma melhor compreensão, como pode ser conferido no esclarecimento de Luca (2005):

[...] refletir acerca das múltiplas decorrências de se tomar os impressos periódicos como fonte e objeto, [...] engloba não apenas a forma como os mesmos se apresentam aos leitores, mas também outros elementos, não imediata e necessariamente patentes àqueles que percorrem suas páginas. Assim, o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, os objetivos propostos, o público a que se destinava e as relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. A estrutura interna, por sua vez, também é dotada de historicidade e as alterações aí observadas no decorrer do tempo resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais. Observações semelhantes aplicam-se aos anúncios, que têm sido alvo de estudos individualizados (LUCA, 2008, p. 118).

A partir do surgimento da *École des Annales*¹⁰ nos anos de 1930, na França, os impressos passaram a ser reconhecidos como fontes para as pesquisas históricas. Apesar disso, foi somente com o advento da terceira geração dos *Annales* – a Nova História Cultural – que os impressos passaram a ser, de fato, utilizados com tais objetivos. Le Goff (2003), considerado um dos principais representantes desse movimento, afirma que a finalidade dessa corrente era:

[...] alargar o campo e os métodos da história [...], o que podia ser verdadeiramente novo, “revolucionário,” nas novas orientações da história: a crítica do documento, o novo tratamento dado ao tempo, as novas relações entre material e “espiritual,” as análises do fenômeno do poder sob todas as suas formas, não só do seu aspecto político (LE GOFF, 2003, p. 143).

No entanto, Barros (2005) esclarece que a expressão Nova História Cultural não é utilizada “para nos referirmos a esta ou àquela corrente historiográfica mais recente [...] mas sim para designar toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de

¹⁰ A primeira geração é a dos fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, responsáveis pelo lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). Em 1956, com a morte de Febvre, Fernand Braudel tornou-se o diretor efetivo dos *Annales* e ocupou lugar dos mais destacados na historiografia e no sistema universitário francês até sua aposentadoria em 1972, tendo ao seu lado nomes como Ernest Labrousse e Emmanuel Le Roy Ladurie. A terceira geração compõe-se de ampla plêiade de historiadores, entre os quais François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michèle Perrot, Mona Ozouf e Pierre Nora (LUCA, 2008).

uma determinada sociedade historicamente localizada” (p. 2). Para Chartier (2002), a Nova História Cultural busca “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e que “as representações do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (p. 16-17).

Cumprido salientar, conforme menciona Chartier (2002), que a Nova História Cultural surgiu da “emergência de novos objetos no seio das questões históricas”, dentre as quais se encontram “as modalidades de funcionamento escolar” (p. 14). Assim, é possível considerar que, dentre os *novos objetos* e as *novas fontes*, passaram a ser pesquisadas pelos historiadores as fontes ligadas à imprensa periódica, como as revistas e os jornais. Schelbauer (2007, p. 7) esclarece que a “imprensa, sem dúvida, tem configurado como uma dessas novas fontes e possibilitado, por meio de diversos olhares, a constituição do retrato de um tempo”. De maneira mais ampla, Barreira (2004) argumenta que a utilização de periódicos como objeto de estudo possibilita a ampliação das fontes tradicionais, permite que o historiador tenha acesso aos “dispositivos discursivos que configuram determinados campos do saber” (p. 402) e que

este tipo de documentação permite que se ultrapasse a mera história das ideias pedagógicas. Ao relacionar o texto e o uso a que foi submetido, o pesquisador consegue fazer o que Chartier (1987) designa por 'captar a história de determinado impresso' e assim, perceber os conflitos, maiores ou menores que ocasionou desde sua produção até sua circulação e sua apropriação pelos leitores (BARREIRA, 2004, p. 402).

Nesse sentido, o impresso periódico é visto como material privilegiado para a “apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional” (CATANI; BASTOS, 2002, p. 7), e isso pode ocorrer numa perspectiva que contribui para ampliar a compreensão da vida escolar, dos seus hábitos, das ações dos professores e das práticas pedagógicas, além de colaborar para a construção do conhecimento e divulgação da cultura brasileira.

Sousa e Catani (1994) explicam que há duas diretrizes para as pesquisas, sendo que a primeira se dá com o uso imprensa pedagógica periódica e a segunda realiza-se a partir dela. Nas palavras das autoras:

de um lado, o estabelecimento de repertórios destinados a informar sobre o conteúdo dos periódicos, classificando-os, organizando seus índices temáticos e registrando o seu ciclo de vida. Tais repertórios fornecem materiais básicos: dados de partida que permitem a localização de informações para pesquisas sobre a história da educação, das práticas

escolares ou do sistema de ensino. Evidentemente, a partir daí, uma outra diretriz de trabalho se configura e o estudo dos próprios periódicos permite situar movimentos de grupos de professores, mapear diferentes situações, detectar disputas e, assim, explicitar em parte o campo educacional (SOUSA; CATANI, 1994, p. 178).

É necessário esclarecer que Catani e Sousa (2001, p. 241) defendem a importância da produção de “pesquisas-instrumentos que gerem catálogos, bancos de dados, repertórios etc., adquire relevância especial ao evitar a duplicação de investimentos dos estudiosos e potencializar o uso de materiais já trabalhados”.

Os impressos periódicos são materiais que permitem revelar o campo educacional em dimensões distintas, como as particularidades que envolvem a teoria e a prática, os sistemas escolares e processos educativos, além da formação de professores em diferentes períodos. No entendimento de Taborda Oliveira (2003b), ter o impresso como fonte ou como objeto de investigação propicia uma maior compreensão aos temas relacionados à educação, uma vez que

É preciso reconhecer a dupla possibilidade de utilização de periódicos pela história da educação: como fonte e como objeto. Partindo das possibilidades apresentadas pela análise de periódicos para a escrita da história da educação, naquilo que diz respeito especificamente à conformação das práticas escolares, bem como os objetivos desse trabalho (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003b, p. 79).

Os impressos podem ser considerados como fonte privilegiada para compreender o campo educacional, pois permite ao “pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social, a partir da análise do discurso veiculado e a ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar” (CARVALHO, 2002, p. 74-75). Além disso, possibilita a percepção da realidade e de metodologias utilizadas em outros momentos, retratando a trajetória da educação em diversos aspectos e permitindo apreender reflexões muito próximas ao acontecimento. Deste modo, a análise desses impressos “permite construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas da sala de aula” (NÓVOA, 2002, p. 13).

Os impressos periódicos fazem circular em seus conteúdos “o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas” (CATANI; BASTOS, 2002, p. 7), bem como permite fazer a relação entre concepções pedagógicas e estratégias editoriais, destacando a produção, a circulação e o seu uso.

Desse modo, os impressos periódicos possibilitam compreender as diversas dimensões do campo pedagógico; entrever o que determinados grupos e atores pensavam em um determinado período; além de proporcionar a compreensão das formas de funcionamento da educação, uma vez que fazem circular elementos que facilitam entender o trabalho pedagógico, o ensino das disciplinas, a organização e outros fatores relacionados à educação, próprio do seu caráter “fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico [...] da educação e da pedagogia” (NÓVOA, 2002, p. 31).

Conforme aponta Nóvoa (2002), a imprensa periódica pedagógica é “o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área”. O autor diz ainda que a imprensa é um meio “para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação” (p. 31).

Sobre isso, Biccás (2006) diz que “tomar os impressos pedagógicos como tema coloca ainda, pelo menos, um grande desafio, o de operar com várias áreas de fronteira, como a da educação, a da linguagem e a dos estudos da leitura, em seus aspectos históricos e sociológicos” (p. 76). Citada por Vago (2006), Biccás (2005) argumenta que analisar o impresso em sua materialidade

implica tratá-lo como objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção e de seus usos. No caso dos impressos de destinação pedagógico-escolar, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção, distribuição, como produtos de estratégias pedagógicas e editoriais determinadas (BICCAS, 2005 *apud* VAGO, 2006, p. 106).

Catani e Bastos (2002) entendem que a imprensa periódica educacional “[...] feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja [...])” (p. 5), institui um *corpus* privilegiado para se compreender os modos de funcionamento do campo educacional, pois nessas publicações circulam informações sobre o trabalho e práticas docentes, a organização do sistema de ensino, reivindicações dos professores entre outros temas. Esses periódicos, segundo as pesquisadoras, contêm e oferecem dados importantes para a compreensão da história da educação e do ensino.

Mais especificamente sobre o uso de revistas periódicas como fonte, Marília Scalzo (2004) pontua que esses impressos buscam entrar na intimidade de seus leitores, oferecendo informações que os ajudarão em seu cotidiano, além de promover “um encontro entre um

editor e um leitor, um contato que se estabelece um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo” (SCALZO, 2004, p. 12). A autora ainda esclarece que

As revistas nasceram, por um lado, sob o signo da mais pura diversão – quando traziam gravuras e fotos que serviam para distrair seus leitores e transportá-los a lugares aonde jamais iriam, por exemplo. Por outro, ajudaram na formação e na educação de grandes fatias da população que necessitavam de informações específicas, mas que não queriam – ou não podiam – dedicar-se aos livros (SCALZO, 2004, p. 13).

Apesar da credibilidade desfrutada, as revistas enquanto fonte e/ou objeto para pesquisas historiográficas requerem do pesquisador cuidados especiais em suas variadas dimensões. Deve-se levar em conta não só os conteúdos textuais e gráficos, mas, também, o contexto em que foram produzidas: “através do periodismo, à veiculação exaustiva de símbolos, configuradores de grupo, classes sociais, partidos, governos, projetos, valendo-se da pluralidade de imagens e tratamentos gráficos” (MARTINS, 2003, p. 74). A autora assinala que

[...] a constância do uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo [...] não iluminam suficientemente o passado. A pertinência desse gênero como testemunho do período só é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia, e em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos (MARTINS, 2003, p. 60-61).

Araújo (2002) diz que, por ser difusora de interesses, a imprensa periódica não deve ser tomada como a única verdade, pois se mantém cheia de intencionalidades, interesses próprios e representações. Por isso, o pesquisador deve estar alerta para tais questões e recusar “terminantemente a ideia de que a imprensa seja apenas veiculadora de informações, [...] embutida de imparcialidade e de neutralidade diante dos acontecimentos, como se essa imprensa pudesse constituir uma ilha diante da realidade histórica na qual se insere” (ARAÚJO, 2002, p. 94-95).

A esse respeito, o autor italiano Carlo Ginzburg (2002) também cita o procedimento que o pesquisador deve realizar ao interrogar suas fontes:

[...] ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial,

depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para ‘escovar a história ao contrário’ [...] como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas (GINZBURG, 2002, p. 43).

Para Catani e Bastos (2002), por ser um valoroso instrumento de pesquisa e por se apresentar como importante fonte de informação para a História da Educação, o impresso deve ser submetido ao crivo de uma apropriada crítica documental, uma vez que a imprensa é tida como um mecanismo que

[...] capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, legítima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos no presente futuro (CATANI; BASTOS, 2002, p. 49-50).

No caso das revistas pedagógicas, Catani e Bastos (2002, p. 7) enfatizam que essas “fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional”. As revistas trazem o embasamento que busca construir uma cultura pedagógica, compondo um repertório de valores e de conhecimentos destinados a balizar a prática docente. Rocha (s.d. *apud* MARTINS, 2001, p. 45) afirma que a revista “é uma publicação que, como o nome sugere, ‘passa em revista’ diversos assuntos o que [...] permite um tipo de leitura fragmentada, não contínua e por vezes seletiva”.

Para a análise dos impressos, Chartier (*apud* PÉCORA, 2001, p. 9-10) sugere a investigação a partir de *protocolos de leitura*, que são fundamentalmente de dois tipos. Um refere-se às senhas e instruções *explícitas* ou *implícitas*, que o autor registra em sua obra de modo a garantir ou indicar a correta interpretação do texto. O segundo é o que se produz na matéria tipográfica, ou seja, a disposição, divisão do texto, ilustração etc., geralmente de responsabilidade do editor livreiro e que podem sugerir uma leitura diferente da sugerida pelo autor. Através desses protocolos de leitura é possível conhecer quem é o leitor-ideal para o qual o autor escreveu e o editor publicou o impresso.

No campo da Educação Física, os impressos pedagógicos como as revistas vêm sendo utilizadas com mais intensidade tanto como fonte quanto objeto de pesquisa. Ao realizar uma

análise da produção atual sobre a história da Educação Física, Ferreira Neto (2006) observa que “a variabilidade no uso de fontes tem se ampliado na última década. É claro que junto caminham novos objetos e abordagens, notadamente com base nas diferentes leituras que a história cultural possibilita” (p. 108).

A utilização dos impressos pedagógicos, como é o caso da RBEFD, com um direcionamento de caráter pedagógico-escolar, tem um acentuado interesse por parte dos pesquisadores, pois expõe várias características como o modo em que ocorreram os processos educativos e a difusão de ideologias, por exemplo, além de oferecerem um valor significativo para o desenvolvimento da História da Educação, permitindo ao historiador a análise do discurso produzido em determinado período e a compreensão de como era procedida a apropriação por parte do público que esses veículos visavam alcançar. Dessa forma, ao tomar a RBEFD como fonte de pesquisa, é possível compreender uma parte da história da Educação Física no Brasil, principalmente no que diz respeito a sua legitimação como disciplina escolar no período pesquisado.

2.2 (Re) Surgimento da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

O ciclo de vida da RBEFD iniciou-se como *Boletim de Educação Física*, editado pela DEF/MEC em 1941, durante o governo de Getúlio Vargas, veiculando a política e as ações governamentais na área, contudo, deixou de circular em 1958. Em 1968, durante o regime militar, esse impresso ressurgiu como *Boletim Técnico Informativo* (BTI), ainda editado pela DEF/MEC, durante o governo de Costa e Silva. No editorial do BTI n.1, o Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira (1968a), então Diretor da DEF/MEC, apontava que

O renascimento do BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO deve-se à pressão imperiosa de uma necessidade. Todos aqueles envolvidos na Educação Física e nos Desportos, em nosso País, sentem a desatualização e a falta de entrosamento de nossas entidades. A tão característica atitude pessimista da maioria de nossos especialistas tem origem indubitável na rotina e na resistência de idéias inovadoras. [...] A deficiência de recursos, para citar o exemplo mais em evidência, independendo da vontade geral, é responsável, em grande parte, pelo estabelecimento “status”. Internamente, dentro do nosso setor, ainda pesa a tendência das soluções políticas para os problemas técnicos, cuja aceitação realista, e conseqüente reformulação, ainda não alcançou nossos dirigentes, ao contrário do visível progresso em outros campos científicos nacionais, após a Revolução de 1964 (FERREIRA, 1968a, p. 5, sic).

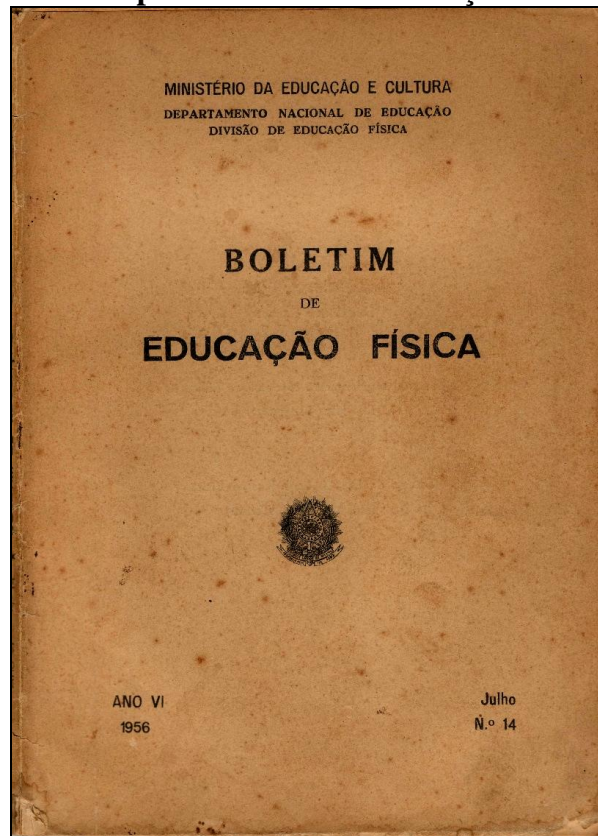
Nesse mesmo editorial, Ferreira (1968a) convocava todos os envolvidos e, principalmente, os professores para um esforço concentrado, já que esses tinham um papel primordial para a renovação da Educação Física. O autor esclarecia que, desde que assumiu a direção da DEF, constatou os “lugares-comuns”¹¹ da Educação Física e que a reativação desse impresso seria uma questão de coragem moral para o retorno à normalidade e ao desenvolvimento, pois

[...] A atual dispersão de esforços não nos conduzirá a resultados reais. Almejamos progressivamente estabelecer a unidade de doutrina em torno da necessidade da aplicação efetiva da Educação Física em todos os níveis educacionais, que - em última análise - é a síntese dos problemas do nosso setor. Para isso, precisamos ordenar os anseios de toda a classe por meio do esforço comum e do combate à personalização das instituições envolvidas. Esta é a razão primordial do ressurgimento do nosso BOLETIM. Pensamos em transformá-lo no veículo de contato dos especializados de todo o Brasil (FERREIRA, 1968a, p. 5-6, sic).

Ainda, o autor explicava que ao título do antigo *Boletim Informativo*, foi adicionado o adjetivo *Técnico*, pois a intenção não era criar um órgão puramente informativo. Apesar disso, de acordo com o mapeamento realizado para trazer a história desse impresso, em nenhum momento foram localizados periódicos ligados à DEF/MEC, versando sobre Educação Física com o título anunciado. Conforme pode ser observado na Figura 7, o único impresso que seguia a mesma linha editorial do BTI era o *Boletim de Educação Física*.

¹¹ Refere-se às deficiências enfrentadas pela Educação Física no período que Ferreira assumiu a direção da DEF em 12 de maio de 1967.

Figura 7 – Capa do Boletim de Educação Física n. 14



Fonte: MEC/DEF (1956).

A partir das informações contidas na parte superior da capa do *Boletim de Educação Física* n. 14, publicado em julho de 1956 (Figura 7), constata-se que esse impresso também era editado pela DEF, fato que o evidencia como antecessor ao BTI.

No BTI n. 4 havia a informação de que esse impresso era o instrumento de estudos e pesquisas da DEF/MEC, pois tinha por finalidade publicar trabalhos de autores nacionais sobre Educação Física e Desportos, bem como transcrever artigos de revistas similares estrangeiras quando avaliados como importantes para o enriquecimento da especialidade no Brasil, visando congrega e refletir o pensamento dos professores de Educação Física do País (DEF/MEC, 1968, s.n.).

Ao criar um recurso de divulgação técnica para preencher as necessidades de atualização e evolução dos conhecimentos da Educação Física e para atingir os objetivos propostos, Ferreira (1968) defendia que a intenção era atender todos os *especializados* do País, mas seria importante a participação dos professores, dirigentes e órgãos estaduais para o cadastro de interessados para a distribuição automática do impresso.

Figura 8 - Capa e quarta capa do BTI n. 4



Fonte: DEF/MEC (1968).

Em suas primeiras edições, o BTI, assim como os livros e as demais revistas técnicas da DEF, não dispunha de diretrizes para a publicação e distribuição, o que fez com que Ferreira (1968c) publicasse no *Editorial* do BTI n. 6, o *Programa de Publicações* da DEF/MEC:

A publicação de base é o “Boletim Técnico Informativo” (BTI) revista periódica técnico-científica que visa divulgar informações atualizadas e resultados de pesquisas. A matéria editorial é prioritariamente nacional mesmo com eventuais prejuízos quanto ao nível: apenas em situações esporádicas serão inseridos artigos de origem estrangeira. O aperfeiçoamento do BTI acompanhará a evolução da Educação Física e os Desportos em nosso País, dando acesso aos elementos de reais qualificações técnicas e criando, assim, condições para estruturar o setor em consonância com os modernos conceitos científicos-educacionais. [...] A distribuição do BTI será feita a todos os especializados - Diplomados ou leigos em atividade desde que estejam devidamente relacionados pelas Inspetorias Seccionais. [...] Sendo o aperfeiçoamento técnico do BTI de interesse geral e sobremaneira importante para o processo evolutivo da Educação Física e Desportos nacionais, recomendo aos Inspetores e solicito aos Diretores de Escolas de Educação Física a criação de uma campanha permanente no sentido do envio de colaborações para o BTI. A DEF, por outro lado, propõe-se a financiar trabalhos de pesquisa desde que sejam apresentados projetos de viabilidade; os resultados serão obrigatoriamente publicados no BTI (restrição válida

apenas para o Brasil). Todas as publicações da D.E.F. são distribuídas gratuitamente. [...] Dessa forma e acreditando ter esclarecido sobre todas as dúvidas até o momento suscitadas, solicitamos dar amplo conhecimento deste programa, uma vez que ele representa um Plano de distribuição das publicações da DEF/MEC do qual não pretendemos nos afastar até que injunções outras possam vir a reformulá-lo (FERREIRA, 1968c, p. 5-7, grifos nossos).

Em entrevista à Tabora de Oliveira (2001a), o Professor Lamartine Pereira DaCosta, editor-chefe da DEF, explicou como esse impresso foi elaborado, bem como as temáticas dos artigos e a carência de autores da área para publicar no BTI:

Nunca houve influência política sobre os conteúdos do Boletim. Apenas o Costa Ferreira fazia aqueles editoriais seguindo a linha que o MEC inteiro seguia. [...] Eu cuidava da parte de conteúdo técnico. Se você examinar bem, só tem coisas técnicas ali. E naquela época nós tínhamos Estudos Sociais na Educação Física. Eu lembro que começou se esboçar ali alguma coisa. E da Pedagogia nós partimos para a Sociedade e depois para a Cultura. Isso foi uma evolução da Educação Física. Quer dizer, uma redescoberta da Educação Física progressivamente do ponto de vista técnico, que era um fenômeno internacional, e que nós já víamos os primeiros sinais ali. Mas, concluindo, não houve influências. Ninguém nunca chegou para mim e disse: “Põe isso, põe aquilo...”. O próprio Costa Ferreira nunca influenciou os autores. Eu assumo inteira responsabilidade pelos autores e por um detalhe até curioso: os autores tinham que ser feitos. Eu *catava* os caras, eu perseguia as pessoas. Não havia o hábito de escrever. Eu tinha que ensinar até a fazer referências! Era tudo assim! Nós estávamos inaugurando uma nova forma de trabalho na época: não existia mestrado nem doutorado, não havia pesquisa. A Educação Física era muito empírica e ali foi uma tentativa, vamos dizer, preliminar, de todos os trabalhos que nós fazemos de natureza técnica. Então eu fui responsável por aquelas pessoas. E é curioso que só pessoas do esporte na Educação Física é que tinham acesso àquela Revista porque eu não encontrava todos, eu tinha que *catá-los*. Inclusive tinha muitos artigos assinados por estrangeiros. Eram traduzidos. (Depoimento do Professor Lamartine Pereira DaCosta em entrevista concedida à TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 74, grifos do autor).

Visando se adequar às políticas de divulgação da Educação Física entre os anos de 1968 a 1984, esse periódico passou por diversas mudanças, como as de nomenclaturas da revista e do órgão, a troca de dirigentes do órgão responsável pela edição do impresso e dos seus editores. Apesar disso, esse periódico sempre permaneceu sob o controle do MEC, o que o caracterizava como um veículo estatal que privilegiava a difusão de princípios e normas acerca da Educação Física.

Quadro 2 – Denominações do Periódico

Período	Edição	Denominação
1968-1969	1 a 8	Boletim Técnico Informativo
1970-1971	9 a 10	Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva
1972-1974	11 a 24	Revista Brasileira de Educação Física
1975-1984	25 a 53	Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

Fonte: RBEFD (1968-1984).

No Quadro 2, observa-se que a partir de 1968, o primeiro número desse impresso foi editado com o nome de *Boletim Técnico Informativo*, nomenclatura que perdurou até a edição n. 8, em 1969. Em 1970 adotou o nome de *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, tendo sido publicados sob esta denominação, as edições n. 9 e 10. De 1972 até o ano de 1974, do n. 11 ao 24, a nomenclatura foi novamente modificada, passando a se chamar *Revista Brasileira de Educação Física*. Finalmente, do ano de 1975 até a sua última edição, em 1984, compreendida do n. 25 ao 53, a denominação passou a ser *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*.

Dentre as modificações ocorridas durante 1968 a 1984, foi confirmada a rotatividade dos editores, como pode ser observado no Quadro 3:

Quadro 3 – Autores dos Editoriais

Período	Edição	Editor	Formação/Cargo
1968-1971	1 a 10	Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira	Oficial do EB; Professor de Educação Física
1972-1974	11 a 20	Coronel Eric Tinoco Marques	Oficial do EB; Atleta de Pentatlo Moderno
1975-1978	21 a 39	Coronel Osny Vasconcelos	Oficial do EB
1979-1980	40 a 46	Coronel Péricles de Souza Cavalcanti	Oficial do EB; Professor de Língua Portuguesa; Atleta de Equitação
1981	47 e 48	Manoel Paulo Nunes	Professor da UFPI; Técnico em Assuntos Educacionais do MEC.
1982-1984	49 a 53	Norma Marquez Eleutério	Coordenadora de Comunicação Social do MEC. Editora executiva do MEC.

Fonte: RBEFD (1968-1984).

No Quadro 3, pode-se constatar que até o n. 46 (1980), os autores dos editoriais da revista eram os militares que dirigiam o órgão responsável pela Educação Física do MEC. Porém, a partir do n. 47 (1981), quando a Divisão de Editoração do Setor de Comunicação Social do Gabinete do MEC assumiu a produção da revista, foram os funcionários desse órgão que passaram a se responsabilizar pelos editoriais. Assim, os n. 47 e 48 foram assinados

por Manoel Paulo Nunes e a partir do n. 49 por Norma Marquez Eleutério.

Inicialmente, o Conselho Editorial da revista foi formado pelos professores Lamartine Pereira DaCosta, que também era o coordenador do conselho (ex-militar da Marinha e professor de Educação Física), Ovídio Silveira Souza (instrutor de Educação Física, professor de Português e Trabalhos Manuais, e redator e inspetor de educação do MEC), Yesis Ilcia y Amoedo Guimarães Passarinho (professora de Educação Física funcionária do MEC) e Lea Milward (professora e inspetora de Educação Física).

Ainda em sua entrevista concedida à Taborda de Oliveira (2001a), o professor Lamartine Pereira DaCosta esclarece os motivos pelos quais o Conselho Editorial da RBEFD apresentava em sua configuração a presença dos profissionais mencionados anteriormente:

[...] em 1967 eu estava entrando no MEC contratado - naquela época éramos contratados por recibos – como professor de Educação Física. Então, assim que eu consegui esse *status* eu caí fora [da Marinha]. E não me arrependo. Eu acho que eu tomei a atitude correta porque eu não tinha mais perspectivas dentro da Marinha. Não tinha mais para onde ir. Isso foi em [19]67, antes do AI-5. [...] E o que aconteceu comigo? Eles me deram uma função de acordo com as minhas inclinações e com o que o Costa Ferreira [então Diretor da DEF] achava. E aí fecha o negócio da literatura: “Você vai ser editor dos livros técnicos que nós temos aqui!”. Aí eu comecei a criar coleções e livros que até hoje repercutem. Tinha uma revista que eu dirigia, onde eu lancei uma grande quantidade de autores [...]. A minha vocação é de editor. Então eu fui editor. [...] O responsável pela publicação era eu. Essas pessoas [do Conselho Editorial] eram funcionárias do MEC. O Dr. Ovídio, de saudosa memória, foi submetido a um IPM [Inquérito Policial Militar] e ele não foi afastado das funções - houve demissões, no caso - porque esse coronel que dirigia, o Artur da Costa Ferreira, interferiu no nome dele. Ele era advogado, funcionário antigo do MEC, não tinha atividades políticas. Ele foi acusado em um IPM porque trabalhava no Gabinete do Ministro e tinha acesso a todas as informações. E houve uma acusação de um outro funcionário de que ele levava para fora do MEC essas informações. Por isso que ele *caiu* na Educação Física, porque era o lugar onde botavam os caras que não podiam comprometer. Essa pessoa trabalhava comigo e era encarregada do cuidado da Língua Portuguesa. Ele que redigia os pareceres; ele era o *alter-ego* do Artur da Costa Ferreira do ponto de vista legal. A Passarinho [Yesis Ilcia y Amoedo Guimarães Passarinho] era parente do Passarinho. O famoso Passarinho que foi Ministro do Trabalho, na época. Yesis Passarinho, professora de Educação Física, casada com um juiz muito famoso. E ela estava ali porque ela era funcionária do MEC, da antiga Divisão de Educação Física, e não tinha outra função. Então colocaram ela para trabalhar conosco. Era uma pessoa que eu respeitava muito, era professora de Educação Física, mas ela não constava; era puramente... e a Milward era professora de Educação Física e Inspetora, que era um cargo que havia na época, de carreira. E ela ficou também como auxiliar porque não tinha outra função. Mas o pessoal que trabalhava mais era justamente os funcionários datilógrafos, essas coisas. Esse Conselho Editorial existia porque tinha que existir alguma coisa. (Depoimento do Professor Lamartine Pereira DaCosta na entrevista concedida à TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 71-74)

Posteriormente, outros profissionais também fizeram parte do Conselho Editorial desse periódico, dentre os quais destacamos Coronel Octávio Teixeira (militar do EB), Inezil Penna Marinho (professor de Educação Física e técnico da DEF) e Sidney de Castro Veras (professor de Educação Física e assessor da SEED).

É oportuno registrar que a partir de uma análise realizada na entrevista do Professor Lamartine Pereira DaCosta concedida à Taborda de Oliveira (2001a), observa-se que nem todos os profissionais que trabalhavam na elaboração da RBEFD tinham conhecimentos específicos em comunicação ou mesmo em Educação Física. Sob esse aspecto, Taborda de Oliveira (2001a) considera que algumas informações dadas pelo entrevistado “fazem pensar se existia um projeto para a Educação Física brasileira, como indica a historiografia, ou se tratava antes, de contemplá-la por dentro das diretrizes de desenvolvimento dos governos autoritários”, e nesse caso, concluiu que “a Educação Física não teria toda a importância atribuída pela historiografia na configuração e consolidação do regime autoritário” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 75). Apesar disso, é evidente que por ter um departamento exclusivo para gerir a Educação Física e os investimentos financeiros disponibilizados para as campanhas para sua divulgação, o governo procurava estabelecer a Educação Física como meio para manter a unificação nacional.

2.3 Produção e circulação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

[...] a constância do uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo [...] não iluminam suficientemente o passado. A pertinência desse gênero como testemunho do período só é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia, e em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos (MARTINS, 2003, p. 60-61).

A RBEFD era apresentada como *uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo* por estar incluída nas estratégias do governo para divulgação da Educação Física e dos Desportos, objetivando fomentar as práticas esportivas, para, então, “transformar a população brasileira numa população de praticantes ativos de atividades esportivas” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 195).

Com o intuito de se tornar o meio para nortear a conduta dos professores de Educação Física, a RBEFD foi planejada para ter uma publicação bimestral, no entanto, já no seu

segundo ano não conseguiu ter essa regularidade, contrariando inclusive as expectativas divulgadas no *Editorial* do BTI n. 6: “o Boletim Técnico Informativo, que no ano de 1968 teve frequência bimestral, passará a trimestral” (FERREIRA, 1968c. p. 7). Mesmo assim, no ano de 1969 só foram editados os números previstos para o primeiro semestre, não havendo publicação no segundo semestre, acontecimento motivado pelos “atrasos nos pagamentos de verbas orçamentárias” (FERREIRA, 1970, p. 5).

No Quadro 4 pode-se observar as interrupções no período de circulação da revista:

Quadro 4 – Periodicidade da RBEFD (1968-1984)

BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO												
Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1968	1		2		3		4		5		6	
1969	7			8								
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA												
Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1970							9					
1971							10					
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA												
Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1972									11		12	
1973	13		14		15		16		17		18	
1974	19		20		21		22		23		24	
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS												
Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1975	25			26			27			28		
1976	29			30			31			32		
1977	33			34			35					
1978	36			37			38			39		
1979	40			41			42			43		
1980	44			45			46					
1981							47			48		
1982	49			50								
1983			51	52								
1984	53											

Fonte: RBEFD (1968-1984).

Observa-se no Quadro 4 que do n. 11 ao 46, quando o impresso se constituiu como

parte da CNED e também como divulgador do EPT, sua produção foi estabilizada, voltando à irregularidade na produção a partir do ano de 1981, quando passou a ser editado pela Divisão de Editoração do MEC.

Com uma tiragem inicial de 2.000 exemplares mensais (do n. 1 ao 3), logo ampliou para 5.000 exemplares e assim continuou até o n. 46 (1981). A partir do número 47 (1981) passou para 50.000 exemplares e o último número (53) da RBEFD (1984) saiu com uma tiragem de 100.000 exemplares. Pode-se observar que no *Editorial* da RBEFD n. 53, no intuito de manter a regularidade da publicação, a editora Norma Marquez Eleutério (1984) anunciou as melhorias realizadas e afirmou que a continuidade do programa editorial do MEC indicava benefícios para o setor: “a partir deste número as nossas revistas passam a ter o dobro de tiragem, ou seja, cem mil exemplares. Mais leitores, regularidades das edições e ampliação e sistematização na captação de matérias e informações – eis o saldo positivo de todo esse trabalho” (ELEUTÉRIO, 1984, p. 1).

Apesar do esforço para manter o periódico em circulação, esse foi o último número publicado, fato esse que pode ser atribuído ao que Ferreira Neto (2006) indica como uma mudança de enfoque nessa área, passando da “imprensa de variedades para imprensa esportiva; para imprensa militar e de ensino; para imprensa de ensino da Educação Física; para imprensa técnica de ensino da Educação Física e Esportes; para imprensa científica de Educação Física [...]” (FERREIRA NETO, 2006, p. 108).

O autor enfatiza ainda que a imprensa pedagógica perdeu seu espaço para a mídia esportiva, ora presente nas editorias da grande mídia impressa, da televisão e da internet, afirmando que:

A imprensa de ensino feneceu, porque seus objetivos foram cumpridos, faltando encontrar o seu lugar no século XXI. Se a Educação Física obteve seu espaço legal com a contribuição dos impressos de ensino e técnico, sua legitimidade, no século XXI, requer impressos de ensino voltados para a orientação da intervenção pedagógica na escola, tanto com chancela da esfera pública como de caráter comercial. Os periódicos técnicos tendem ao crescimento quantitativo e qualitativo associados, sobretudo, ao esporte de alto rendimento. A imprensa de magazine, relativa à área de Educação Física e Esporte, está estabilizada e pode vir a decrescer nos próximos anos, uma vez que há evidências de que o mercado de fitness, atividade física e saúde, associado à performance e ao culto corporal, possui mais força de marketing. Em suma, a comunidade científica tende a pesquisar a comunicação impressa da Educação Física, esporte e correlatos como objeto e fonte de conhecimento (FERREIRA NETO, 2006, p. 108).

Mesmo com essa transformação, que fez com que a imprensa pedagógica perdesse seu

espaço para a mídia esportiva, devido aos interesses financeiros agregados à prática de esportes e disseminado por meio da mídia por seu interesse comercial, há que se considerar os desafios conferidos à imprensa pedagógica por seus conteúdos, sejam artigos, textos, entrevistas ou depoimentos, levando-se em conta o seu cunho científico com um caráter específico que merece destaque. Devemos considerá-los como sendo a unidade mínima da cultura e que todo trabalho investigativo prima pelo levantamento dos elementos básicos, com o intuito de averiguar como esse vem sendo e/ou foi conduzido. Porém, o pesquisador deve estar ciente das dificuldades que poderá encontrar para localizar suas fontes ou objetos, principalmente pelo espaço perdido, como vimos na afirmação do autor.

Outro aspecto importante a destacar é a respeito da distribuição do impresso que foi gratuita até o n. 8, mas, devido às dificuldades encontradas para que assim continuasse e tivesse uma distribuição efetiva, o que não ocorria pela demora e pela elevada taxa de extravio, passou-se a adotar a distribuição por meio de assinatura com ônus para os interessados a partir da edição n. 11.

Além dos profissionais cadastrados nas Inspetorias regionais, a distribuição dos exemplares da Revista seria feita também às Escolas de Educação Física na quantidade suficiente para atender todos os professores, as bibliotecas e os alunos, sendo que estes últimos seriam atendidos na proporcionalidade de 1 exemplar para cada grupo de 5 alunos, pois a “a prioridade da revista [era atender] os professores em atividade que [necessitavam] de maior contato e atualização” (FERREIRA, 1968c, p. 6).

Ferreira (1968b) aborda a importância da colaboração dos professores de Educação Física e que o BTI seria um meio de desmistificar o que

Alguns dirigentes antigos costumam declarar que o professor de Educação Física no Brasil não gosta de ler ou escrever sobre assuntos técnicos de seu setor. Acreditamos que essa afirmativa constitua um erro de avaliação; não havendo o veículo não é possível existir o agente. O BTI nada mais é do que uma tentativa de se eliminar o círculo vicioso (FERREIRA, 1968b, p. 6, sic).

Assim, a participação dos professores apresentando suas experiências e seus estudos seria um meio de contribuir para o enriquecimento das edições do BTI, bem como mostrar que essa visão em relação ao professor de Educação Física estava equivocada. O autor deixava aberta a participação de outras organizações (bibliotecas, clubes, federações desportivas) no *Programa de Publicações* da DEF, desde que se inscrevessem nas inspetorias, e estas por sua vez, deveriam manter atualizados os cadastros dos professores e órgãos ligados à Educação Física e os Desportos, enfatizando que a tiragem do BTI seria regulada de acordo

com o número de inscritos.

Com a nova denominação de *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* a partir do n. 9, em seu *Editorial*, Ferreira (1970, p 4-5) aponta que “a distribuição gratuita do material [...] não surtiu os efeitos desejados por insuficiência de meios locais ou por critérios arbitrários, fora do controle da DEF”, que os “atrasos nos pagamentos de verbas orçamentárias desarticularam a frequência do Boletim Técnico Informativo” e ainda que, diante de “[...] comprovações significativas de desinteresse por parte de assinantes”, a DEF assinou Convênio com a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), buscando alcançar 4 objetivos:

- 1.º) maior eficiência na distribuição para todo o território nacional;
- 2.º) a eliminação dos atrasos nas publicações periódicas e da descontinuidade editorial;
- 3.º) seletividade racional dos usuários das publicações, sem prejuízo para os realmente interessados;
- 4.º) maior número de títulos, ampliando a área da informação técnica (FERREIRA, 1970, p. 5).

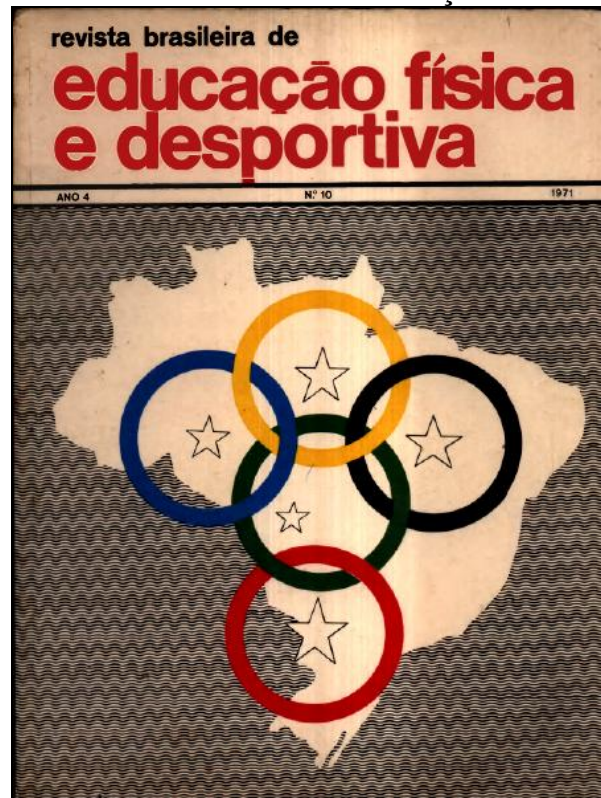
A DEF continuou responsável pela seleção e revisão das matérias e a FENAME ficou responsável pela preparação gráfica, impressão, distribuição e venda das publicações técnicas, o que representaria a aquisição das publicações a preço de custo.

Nota-se que Ferreira (1970) atribuiu o fato de o periódico passar a ter um ônus para o assinante à tentativa de contemplar os leitores realmente interessados e que com o convênio firmado com a FENAME, além de diminuir as atribuições da DEF quanto à parte gráfica, este teria como ampliar as temáticas abordadas.

O autor deixava claro que a *Revista Brasileira de Educação e Desportiva* seria, a partir da substituição ao BTI, o órgão oficial, periódico do DED para divulgar informações técnicas e resultados de pesquisas (apesar de se referir ao DED, nesse período o órgão ainda era denominado DEF). A matéria editorial nacional seria priorizada, embora a qualidade não alcançasse o nível dos artigos internacionais, os quais seriam apenas inseridos de modo a acompanhar as inovações na área. A revista daria acesso às qualificações técnicas do indivíduo, além de acompanhar a evolução da Educação Física e Desportivo no país.

A edição n. 10 da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* (1971) foi reelaborada para fazer parte da CNED. Nesse número foi apresentado o *Manifesto Mundial de Educação Física* da FIEP e trabalhos de autores brasileiros estrangeiros.

Figura 9 - Capa da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva n. 10



Fonte: DED/MEC (1970; 1971).

No editorial *Faça sua revista circular* da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 13, Marques (1973a) enfatiza as pretensões do governo ao divulgar esse impresso:

Você deve estar sentindo a modificação gradual da sua Revista. Pelo menos, assim esperamos que aconteça e, neste sentido temos envidado o melhor de nossos esforços. Meridiano se torna que a implantação de uma publicação periódica seja tão atualizada quanto possível, cobrindo a maior área de assuntos que o seu espaço possibilite; destarte, a elevação do seu padrão técnico deve ser acompanhada de perto pela diversificação do conteúdo, sem esquecer a apresentação (MARQUES, 1973a, p. 4).

Marques (1973a) falava ainda da necessidade da leitura do impresso e das críticas por parte dos professores para “ter a certeza de que o nosso trabalho está realmente sendo de utilidade e compatível com as nossas necessidades” (MARQUES, 1973a, p. 5) e isso seria importante para o aperfeiçoamento da revista.

Com a intenção de atrair a participação dos profissionais brasileiros para publicar suas produções no periódico, Marques (1973b) apontou no editorial *Um novo mercado de trabalho*, publicado na *Revista Brasileira de Educação Física* n. 14, que apesar de haver no país profissionais capazes de produzirem materiais para divulgação da Educação Física no impresso, isso não ocorria pela falta de estímulo e de oportunidade, o que fazia com que ao

utilizar os materiais estrangeiros, a formação dos técnicos e dos especialistas fosse prejudicada. Diante disso, o dirigente prometeu a melhoria do setor com uma programação editorial forte e diversificada.

Conforme abordado anteriormente, a revista passou a ter ônus a partir do número 11. Apesar dessa cobrança constar nas edições n. 9 e 10, taxando a valor de Cr\$ 4,50 (quatro cruzeiros e cinquenta centavos) e Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), respectivamente. Esse fato deve ter causado algumas tensões no setor, pois levou Marques (1973) a se pronunciar acerca da distribuição de materiais para a CNED no editorial *Novamente a distribuição do material...* da edição n. 17:

Já falamos, em ocasiões anteriores, sobre a importância que atribuímos à Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. E, passando das palavras à execução, temos empregado o melhor de nossos esforços no sentido de oferecer o maior número de peças dentro das condições que nossos recursos nos têm permitido. Isto vem a propósito de alguns registros de que o material da Campanha dever ser distribuído desta ou daquela forma, de que o sistema adotado não apresenta a eficiência que seria desejável [...] Estamos produzindo material de informação técnica em números inéditos no País no campo da Educação Física; e o fazemos para uma distribuição nacional buscando atender a todos equitativamente, guardadas as devidas proporções, em qualquer ponto do nosso território. [...] Desejamos que tudo não passe de um mal-entendido. [...] Somente esta Revista é vendida: e o é através do Departamento de Documentação e Divulgação do MEC, mediante a assinatura dos interessados, pelo preenchimento do formulário que vai encartado neste exemplar. (MARQUES, 1973e, p. 4-5).

O editor da RBEFD n. 47, professor Manoel Paulo Nunes (assinava os editoriais somente com as iniciais de seu nome M.P.N.) dizia que, a partir daquele momento, além da função de revista de estudos, o periódico passaria a veicular de forma integrada as atividades desportivas com as ações culturais e educativas que visavam à promoção social do homem brasileiro, e que a ampliação para 50.000 exemplares, distribuídas gratuitamente, estariam ao alcance de todos, como podemos observar na seção Notícias dessa edição:

EM MÃOS UM NOVO RECORDE

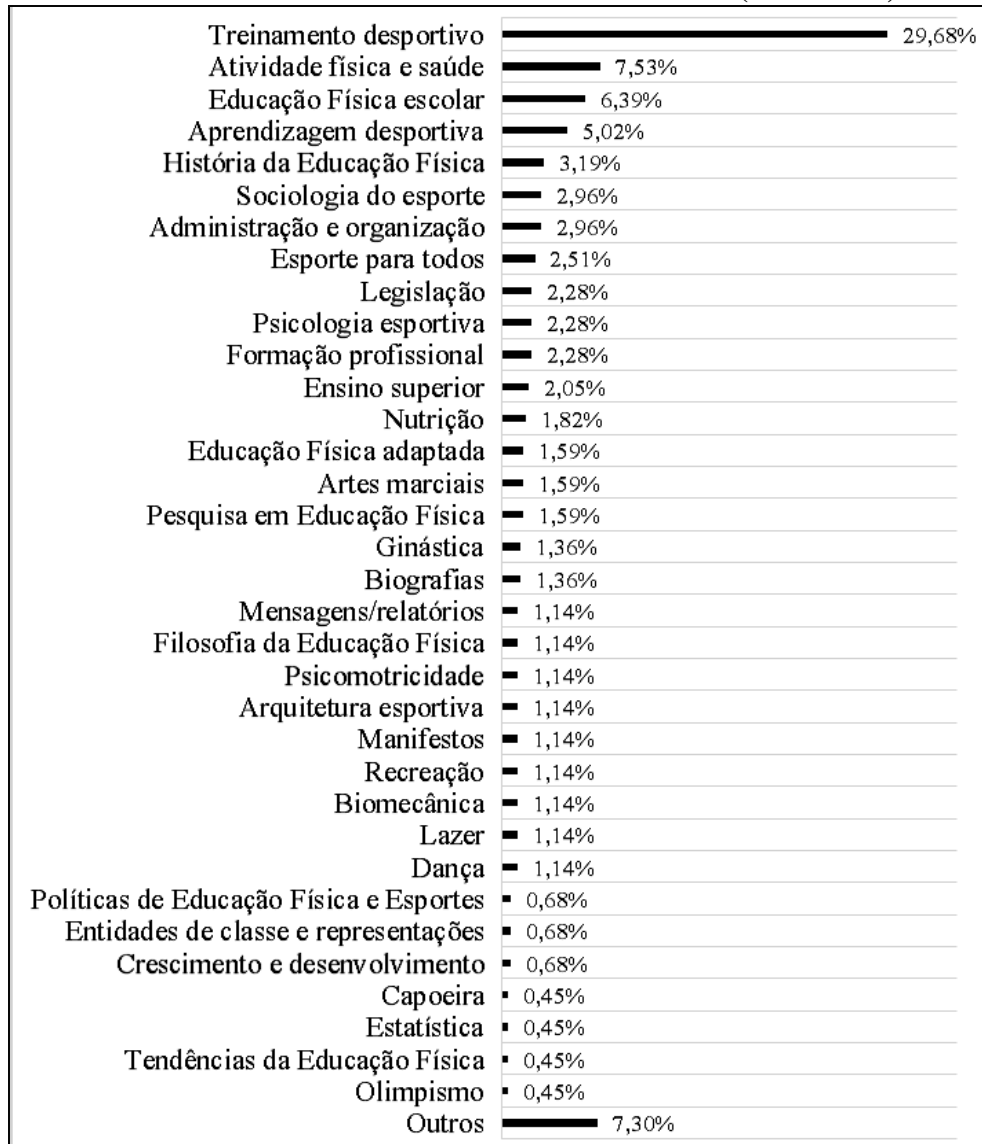
A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos estabelece um novo recorde em sua tiragem: 50.000 exemplares, distribuídos nos quatro mil municípios do País. Assim, um revezamento de 10 leitores por exemplar, a RBEFD passa pelas mãos de meio milhão de pessoas ligadas ao esporte. Vamos mexer com o esporte deste país! (SEED/MEC, 1981, 48).

Na RBEFD n. 51 consta uma promoção da Divisão de Editoração da Coordenadoria de Comunicação Social que buscava novos leitores. Ao indicar uma pessoa ou instituição ligada

à cultura do País, o leitor receberia gratuitamente a RBEFD.

Na revista circularam trabalhos que abordavam, mormente, o tema Esporte computado às suas subáreas (Treinamento Desportivo e Aprendizagem Desportiva), e isso totalizou 34,7% dos artigos publicados, enquanto a Educação Física Escolar, tema principal deste trabalho, totaliza apenas 6,39%, como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Temáticas abordadas na RBEFD (1968-1984)



Fonte: Pereira (1983); Taborda de Oliveira (2001a).

O Gráfico 1 foi elaborado baseado nos trabalhos de Laércio Elias Pereira (1983) e Taborda de Oliveira (2001a). Algumas edições foram dedicadas a determinados temas, o que influenciava diretamente na quantidade de trabalhos apresentados. Taborda de Oliveira (2001a) classificou como “Outros” aqueles artigos que não se enquadravam de forma

predominante em nenhuma das outras classificações (textos sobre torcidas organizadas, criminalidade, direito penal, bibliografias, avaliação, entre outros).

Os trabalhos publicados no início da circulação da revista não apresentavam regularidade na divisão de assuntos ou seções. No entanto, a partir da edição n. 46 até a n. 53, período em que a revista passou a ser produzida pela Comunicação Social do MEC, o impresso foi dividido em seções, mas ainda continuava a irregularidade nas seções, como pode ser observado no Quadro 5:

Quadro 5 – Seções da RBEFD (1968-1984)

Seção	BTI	Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva	Revista Brasileira de Educação Física	RBEFD
Ambiente				52
Arco e Flecha				48
Assunto				48
Atletismo				52
Avaliação				53
Basquetebol				52
Bibliografia				43-46
Cartas				48-53
Classificação Desportiva				50
CND				49
Competição				47
Competição				47
Crítica				48
Debate				48, 50 e 51
Deliberações do CND				49
Depoimento				49
Desporto				50
Desporto Comunitário				48
Desporto de Massa				47
Diálogo				47
Direito do Atleta				48
Editorial	1-8	9 e 10	11-20	26-28; 30-33 e 47-53
Educação Especial				50
Educação Física				52
Educação Renovada				53
Ensino Aprendizagem				52 e 53
Entrevista				47, 48 e 53
Esporte				51 e 52
Estudo				47-49, 51 e 52
Eventos do MEC				47-50

Fisiologia				51
Galeria				47-50
Ginástica				52
Índice Remissivo				26
Informações úteis		10		
Judô				53
Legislação				50
Medicina Desportiva				51
Medicina Esportiva				49
Mensagem aos professores de Educação Física	3			
Nota da Redação				26
Noticiário	1-7 e 8	9		
Notícias				47-53
Nutrição				53
O Atleta				47
Olimpíada 84				53
Personalidade				53
Pesquisa				50, 51 e 53
Ponto de Vista				52
Programação Desportiva				47 e 49
Psicomotricidade				53
Reportagem				48-50
Resenha				48 e 51
Seção Bibliográfica				42
Sociometria				52
Técnica				50 e 51
Tendência				47-52
Terceira Idade				53

Fonte: RBEFD (1968-1984).

No seu ciclo, esse periódico apresentou 59 seções e trouxe 464 textos, excluindo desse total os editoriais. No entanto, verificou-se que algumas seções apenas mudaram o nome, mas o tema tratado era o mesmo, por exemplo, as seções Noticiários e Notícias e as seções Desporto, Desporto de Massa e Desporto Comunitário. Percebeu-se que a partir da edição n. 47, todos os artigos e outros textos estavam divididos nas seções. E, apesar do incentivo para os professores enviarem críticas e sugestões aos seus editores, essa participação foi observada apenas nas edições n. 51, 52 e 53, na seção Cartas, pois a maioria das mensagens era de alunos e professores interessados em receber exemplares do periódico e de leitores que elogiavam a qualidade dos trabalhos publicados.

É importante mostrar, ainda, que ocorreu também a preocupação com a prática de atividades física por outros seguimentos da população (idosos e deficientes físicos, por

exemplo), no entanto, essa manifestação foi vista somente quando o impresso passou a ser editado pela Divisão de Editoração do MEC.

A edição n. 47 trouxe em sua capa a fotografia de dois deficientes físicos em cadeiras de rodas numa quadra. Nessa revista há um artigo com o título *Deficiente: integração pelo esporte*, relacionando o conteúdo com a fotografia da capa.

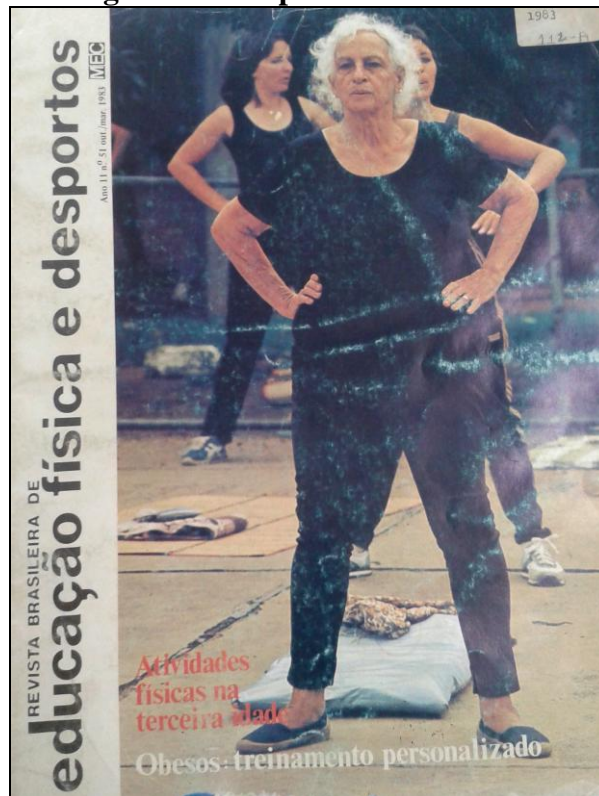
Figura 10 – Capa da RBEFD n. 47



Fonte: SEED/MEC (1981).

A capa da RBEFD n. 51 destacava a valorização de atividades físicas para os idosos. Essa edição apresentou o artigo intitulado *Segurança, descontração e saúde na terceira idade* e outro sobre o *Tratamento personalizado para obeso*, os quais se relacionam aos textos enunciados na capa.

Figura 11 – Capa da RBEFD n. 51



Fonte: SEED/MEC (1983).

Ainda visando a participação dos professores e alunos na divulgação da revista, foram realizados diversos concursos. Exemplo disso foi o *Prêmio FENAME de pesquisa estudantil*, com o tema *O que o governo e a comunidade podem fazer pelo aluno carente?*, publicado na RBEFD n. 49. Esse concurso era promovido em parceria pela FENAME e pelo MEC e contava com a colaboração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, onde todos os alunos do 2º grau poderiam participar para concorrer à premiação em dinheiro para os três primeiros colocados.

Diversas campanhas foram realizadas visando incentivar os profissionais da área para produzirem trabalhos para posterior publicação. Uma dessas campanhas, o *Prêmio Liselott Diem*¹² *de Literatura Desportiva*, divulgada na RBEFD n. 50, foi viabilizada com o apoio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Direcionado aos professores licenciados em Educação Física, técnicos desportivos e médicos especializados em Educação Física, com trabalhos nas áreas pedagógicas e biológicas, esse concurso tinha como lema: *O importante é competir. E vencer.* O resultado dos vencedores da primeira etapa desse concurso foi publicado na quarta capa na RBEFD n. 52.

¹² Professora alemã que criou na década de 1930 a escola *Deutsche Sporthochschule Köln*, para treinar professores em esporte e educação física.

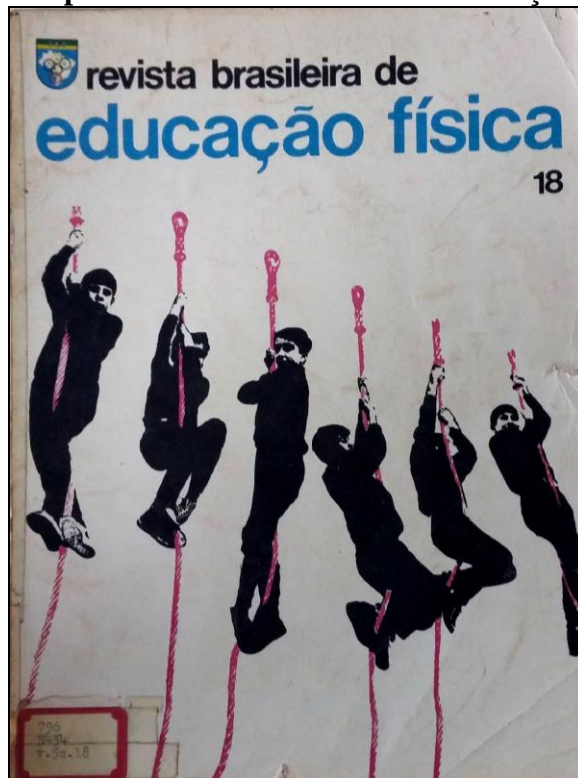
Na RBEFD n. 52 foi divulgada a realização do concurso *Prêmio Grandes Educadores Brasileiros* que visava estimular o estudo e a difusão de obras de educadores brasileiros já falecidos que contribuíram para a busca de soluções para os problemas sócio-educacionais e pedagógicos. Esse concurso foi idealizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do MEC e oferecia premiação em dinheiro aos três primeiros colocados.

Outro concurso divulgado na RBEFD n. 52 foi o *Concurso do Inventor Nacional* realizado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro e pela Petrobrás. O objetivo era incentivar os inventores brasileiros residentes no país a divulgarem seus trabalhos que seriam avaliados de acordo com o interesse nacional, ineditismo, avanço tecnológico e suscetibilidade industrial. Para participar desse concurso, o interessado deveria pagar a inscrição no valor de Cr\$ 5 mil (cinco mil cruzeiros) e teria o direito de receber o livro *A propriedade industrial*, de autoria do engenheiro Clésio Gabriel Di Biasi. A premiação oferecida chegava ao montante de Cr\$ 3 milhões (três milhões de cruzeiros).

A RBEFD n. 53 divulgava a realização do concurso *Prêmio MEC de Literatura Desportiva*, sendo essa a nova denominação do *Prêmio Liselott Diem*. A premiação oferecida era de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para o 1º lugar, de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para o 2º lugar, e para o 3º colocado a premiação seria Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Na quarta capa dessa edição trazia outros vencedores do *Prêmio Liselott Diem*.

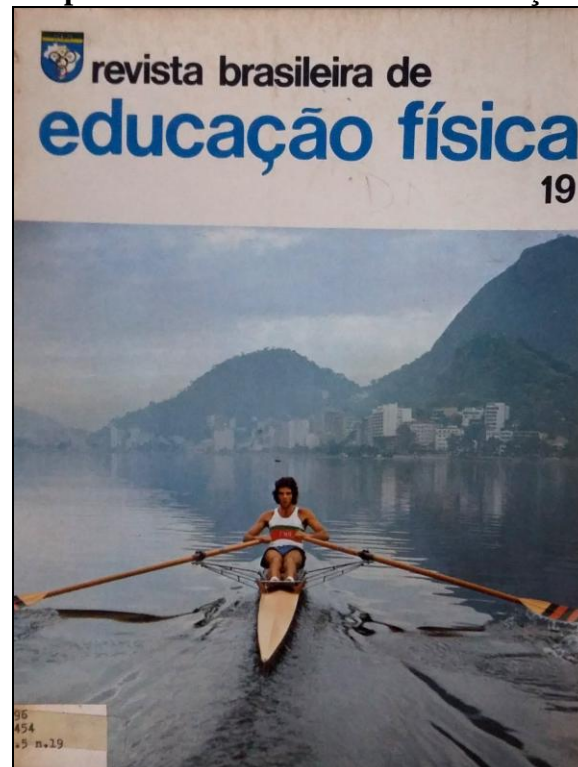
Os editores da revista se preocuparam também com os aspectos gráficos do material posto a circular. Desse modo, na edição n. 19 ocorreu a mudança da capa da revista, que até a edição n. 18 utilizava ilustrações, passou a exibir fotografias. A esse respeito, o Tenente-Coronel Eric Tino Marques escreveu no editorial *Uniforme novo*, dessa edição o significado dessa alteração: “Esta Revista sai diferente, traduzindo o nosso desejo de que isto se constitua em mais uma atração, em mais um serviço [...] Sua revista está de uniforme novo, mas o jogo ainda é o maior espetáculo” (MARQUES, 1974, p. 5). A figura 13 apresenta a mudança idealizada para a capa desse Periódico:

Figura 12 – Capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 18



Fonte: DED/MEC (1973).

Figura 13 – Capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 19



Fonte: DED/MEC (1974).

O impresso foi utilizado ainda para divulgar as ações do governo federal no que se refere às construções de espaços e equipamentos para as práticas desportivas em diversas universidades federais do país, conforme pode observar na figura 14.

Figura 14 – Quarta capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 13



Fonte: DED/MEC (1973).

Nesta quarta capa da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 13 podem ser observadas as fotografias da construção da pista de atletismo do Centro Esportivo Menino Deus, piscina semiolímpica e piscina de aprendizagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instalações para o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria e a piscina olímpica da Universidade Federal de Santa Catarina.

Na quarta capa da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 14, representada pela Figura 15, também apresenta fotos de construções para as práticas esportivas.

Figura 15 – Quarta capa da Revista Brasileira de Educação Física n. 14



Fonte: DED/MEC (1973).

Nesta quarta capa, da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 14 foram publicadas fotos da construção de quadras no Colégio Militar de Curitiba e instalações da Universidade Federal do Paraná (sala de musculação, vestiários, quadras e Centro Desportivo).

De um modo geral, pode-se dizer que a RBEFD tinha como objetivo publicar trabalhos em prol da Educação Física, no intento de equiparar essa disciplina a outras áreas do conhecimento, bem como utilizá-la como um mecanismo para capacitar os professores para atuarem como agentes reprodutores das orientações do governo e difundir as práticas corporais para manutenção da ordem social. Assim, a RBEFD pode ser considerada como um importante instrumento para analisar como se deu esse processo e entender as pretensões dos governantes militares ao estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento da Educação Física no contexto escolar.

CAPÍTULO 3

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Neste capítulo são analisadas as representações sobre Educação Física Escolar que circularam na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Para tanto, busca-se verificar a concepção sobre o tema quando abordado pelos militares autores dos editoriais e pelos demais profissionais autores dos artigos publicados nesse impresso.

3.1 As representações sobre Educação Física Escolar nos Editoriais da RBEFD

Os impressos pedagógicos institucionalizam-se com lugar de poder, de estratégias editoriais articuladas [...] constituem-se como produto de estratégia que deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinação visada; fornecem indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos; o peso documental fortemente marcado por sua relação com as estratégias das quais são produtos (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 153).

A produção da RBEFD se configurou como uma importante *estratégia*¹³ utilizada pelos militares para divulgar a Educação Física e os desportos, bem como um veículo de capacitação profissional, pois se tinha a necessidade de alinhar esses profissionais às ideias do governo e, de certa forma, manter a governabilidade a partir do momento em que as prescrições fossem apropriadas e praticadas nas escolas, iniciando o processo de conformação popular por meios das práticas corporais.

A análise dos editoriais a partir das perspectivas da Nova História Cultural “não só possibilita a reconstrução histórica das práticas específicas desenvolvidas pelos editores, como também permitem redesenhar os leitores visados por essas práticas, os leitores imaginados e construídos pela prática editorial” (TOLEDO, 2001, p. 4). Assim, ao chamar a atenção dos professores para fazerem parte da construção de um impresso para padronizar procedimentos de ensino e divulgar os trabalhos realizados na área de Educação Física em

¹³ “Estratégias, no sentido tomado por Certeau, são as práticas que estão circunscritas a um lugar em que há ‘relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado’ (Certeau, 1994, p. 44). [...] O editor representa o poder decisório e assim o constitui” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 10).

todo o país, era evidenciada, nos editoriais, a intenção de estreitar as relações com esses profissionais dessa área para atingir o propósito visado pelo governo. Isso deixa claro que “as estratégias de escrita e as intenções do autor” (CHARTIER, 1991, p. 182), eram fundamentais para persuadir o leitor para aderir às posições defendidas.

Convém reforçar que a RBEFD dispunha de um conselho editorial composto por militares, professores de Educação Física e funcionários do MEC. Entretanto, como já salientado, apesar de ter um editor-chefe, no caso, o Professor Lamartine Pereira da Costa, eram os dirigentes do órgão responsável pela Educação Física do MEC que assinavam os editoriais, por isso, nos referimos a esses dirigentes como editores das revistas.

A esse respeito, Luca (2008) mostra que além de considerar os demais conteúdos das revistas, pois “em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (p. 139), deve-se também considerar a necessidade de “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos” (p. 140), verificando ainda as ligações com os diferentes poderes, dos responsáveis pelo impresso e dos órgãos e instituições relacionados direta ou indiretamente com as edições publicadas.

Para identificar as representações sobre Educação Física Escolar para os militares autores dos editoriais da revista, devemos levar em consideração dois principais aspectos quanto às estratégias por eles empregadas: a primeira refere-se à estratégia *explícita*, que pode ser fundamentada nos próprios discursos; a segunda estratégia utilizada é a *implícita*, que transforma o texto num mecanismo que demanda de uma compreensão mais acurada do leitor, na necessidade de considerá-la legítima (CHARTIER, 1992).

Sobre a leitura de 27 editoriais escritos pelos dirigentes militares, destaca-se que entre as edições de n. 21 ao n. 25 e das edições de n. 34 ao n. 46 não foram apresentados editoriais. Assim, selecionamos para este trabalho 15 editoriais publicados entre os anos de 1968 e 1977, por tratarem de temas relacionados à Educação Física no contexto escolar, como pode ser observado no Quadro 6:

Quadro 6 - Editoriais de autoria dos dirigentes da DEF/DED/SEED

BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO		
Autor (a)	Título¹⁴	Edição
Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	n. 1
Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	n. 2
Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	n. 7
Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	n. 8
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA		
Autor (a)	Título	Edição
Não Identificado	Editorial: Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa	n. 10
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
Autor (a)	Título	Edição
A.E.J.	Editorial: É tempo de somar	n. 11
Eric Tinoco Marques	Editorial: O tempo de colher	n. 12
Eric Tinoco Marques	Editorial: Desporto estudantil	n. 15
Eric Tinoco Marques	Editorial: Competir é o importante	n. 16
Eric Tinoco Marques	Editorial: De novo e ainda, um professor de Educação Física	n. 20
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		
Autor (a)	Título	Edição
Osny Vasconcellos	Editorial: O momento decisivo	n. 26
Osny Vasconcellos	Editorial: Os JEBS e o futuro	n. 27
Osny Vasconcellos	Editorial: Estamos no caminho certo	n. 28
Osny Vasconcellos	Esporte para Todos	n. 32
Osny Vasconcellos	Editorial	n. 33

Fonte: RBEFD (1968-1984).

Para a apresentação desses editoriais foram considerados dois pontos principais: o primeiro se refere aos objetivos do impresso e, o segundo, aos desdobramentos que ocorreram a partir do primeiro. Assim, buscou-se encontrar nos discursos dos editores não só as pretensões em cumprir os objetivos que trouxeram esse impresso ao contexto educacional, mas, também, as representações sobre Educação Física Escolar daqueles que produziram o impresso e o colocaram a circular. Tabora de Oliveira (2001a) ressalta que os editoriais da RBEFD se caracterizavam como:

¹⁴ Alguns editoriais não tinham título, apresentavam somente a expressão Editorial.

panfletos apologéticos dos feitos do governo autoritário, quase sempre de autoria de um militar. Quando procuravam desenvolver um enfoque mais técnico os editoriais fazem a apologia do esporte de rendimento e advogam a necessidade de um maior desenvolvimento das atividades esportivas no Brasil (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 77).

O primeiro editorial dessa nova fase de circulação da revista (BTI n.1) apresentava-se com um caráter inaugural, trazendo a necessidade de criar um *veículo de contato* entre os professores de Educação Física e os dirigentes da DEF, além de estabelecer uma *unidade de doutrina* para aplicação da Educação Física em todos os graus escolares. Nesse editorial, Ferreira (1968a, p. 5) advertia que o distanciamento existente entre as partes poderia ser “eliminado por uma ação vertical, partindo dos órgãos de chefia”, e concluiu que “certamente a problemática desse fenômeno é bastante complexa, sofrendo diversas influências externas e internas”.

Sobre essa relação entre a DEF e dos professores, Ferreira (1968b, p. 5) complementa que “certamente a culminação desse objetivo não depende exclusivamente da Divisão de Educação Física e da infraestrutura montada para publicação do BT[I]”, avaliando, ainda, que as providências tomadas pela DEF para estreitar essa relação não surtiram os resultados esperados e isso só se concretizaria se todos os envolvidos dessem a sua parcela de contribuição.

O editorial do BTI n. 7 apresentado por Ferreira (1969a) ratifica o que já apresentamos anteriormente sobre a necessidade que o governo demonstrava em alinhar os professores de Educação Física ao modelo patriótico proposto, no qual visava à valorização do sujeito e do civismo e, dessa forma, esse professor sairia da “marginalidade” e daria a “contribuição de que é capaz e que nossa Pátria dele espera” (p. 7), passando a ter reconhecimento profissional à medida que fossem equiparados aos professores de outras disciplinas. O autor destaca que as autoridades estavam criando condições para a implantação de uma política nacional de Educação Física, Desportiva e Recreativa escolar e extraescolar que atendessem as necessidades de valorização dos brasileiros.

Com um discurso voltado aos formandos da turma de 1969, da Escola de Educação Física de Bauru-SP, apresentado no editorial do BTI n. 8, o paraninfo da turma Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira (1969b) destacou a importância da formação dos profissionais de Educação Física, referindo-se principalmente ao compromisso e dedicação, abordando ainda sobre a atuação dos novos professores para enfrentar “os novos invasores travestidos de missionários de ideologias perniciosas, que pretendem inocular no espírito desavisado de nossa juventude para fragmentar a unidade nacional e corroê-la de dentro para

fora” (p. 11). Acredita-se que os “invasores” os quais o autor se refere seriam as pessoas que não aceitavam o regime de governo dos militares.

Ferreira (1969b) mencionou, ainda, aos formandos que os professores de Educação Física eram “líderes” e não poderiam aceitar ser conduzidos por minorias e estariam prontos para ajudar o governo na construção de “uma grande Nação, mais forte, mais acatada e acreditada no conceito das demais Nações: O BRASIL GRANDE”, e deveriam combater “a malquerência, a malediscência, a crítica destrutiva, que dividem, que desunem” (FERREIRA, 1969b, p. 14). Diante disso, a eles caberia exercer o papel de liderar a juventude, não cedendo à incitação à que viesse perturbá-los e desviá-los das funções de agentes da ordem social e a tarefa de romper com os modelos arcaicos e elevar o país a condição de potência mundial, e isso favoreceria a difusão do regime político.

A leitura do editorial do BTI n. 8, que apresentou o discurso do diretor da DEF aos formandos de Educação Física, permite entender o forte interesse dos militares de difundir entre os futuros professores dessa disciplina os ideais políticos do regime militar, sobretudo no que diz respeito à manutenção desse regime. Fato esse bem evidenciado quando Ferreira (1969b) menciona que os professores de Educação Física eram líderes e não poderiam ser conduzidos por minorias, e por essa razão precisavam ajudar o governo na construção de “uma grande Nação”.

No editorial da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* n. 10, com o título *Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa* – que apesar do órgão ainda estar sob a direção do Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, não foi assinado –, destacava que a Educação Física na escola não cumpria a sua função na formação do sujeito e havia a necessidade em integrar a atividade física no processo total da formação da personalidade, estabelecendo relações entre atividades desportivas e os outros componentes da educação.

Com demasiada frequência, a atividade física continua sendo, na escola, uma forma de recreação, uma atividade de compensação ou uma válvula de escape. A atividade física não cumpre plenamente sua função educativa senão quando as mesmas disposições e atitudes morais da personalidade do estudante são desenvolvidas consciente e sistematicamente, tanto nos exercícios físicos como nos intelectuais ou práticos (DED/MEC, 1971, p. 5).

Em relação a esse editorial da revista, fica evidente que a disciplina Educação Física não estava cumprindo a sua função na formação do sujeito, demonstrando que havia certo distanciamento entre o que era prescrito pelo currículo e o que de fato ocorria no cotidiano escolar.

Como meio para amenizar essa situação, o desporto deveria ser inserido como parte integrante do sistema educativo por ser uma atividade adaptada às necessidades do mundo contemporâneo, marcado pela industrialização, urbanização e mecanização, além de auxiliar na manutenção da ordem e favorecer o fortalecimento dos *padrões de moralidade* impostos pelo regime, principalmente por ser capaz de contribuir “para no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para a expansão do homem e para sua melhor integração social” (DED/MEC, 1971, p. 7). Nesse aspecto é tangível que a Educação Física Escolar estava representada como instrumento para o aperfeiçoamento e a conscientização dos jovens da importância da atividade física.

O editorial da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 11, de autoria desconhecida, já que estava atribuída a A.E.J. (1972), com o título *É tempo de somar*, responsabilizava várias esferas sociais pelo aperfeiçoamento e conscientização dos jovens da importância da atividade física, devido a necessidade do homem “cada vez mais, se afirmar face à máquina” (p. 5). Isso deixa evidente que a participação dos professores e da escola nesse trabalho, deveria se iniciar de forma intensiva, mas, realizado paulatinamente, “não em 10 dias, mas em 10 anos, quando pretendemos contar com uma geração sadia e, efetivamente, de grandes atletas” (p. 5). O autor afirma ainda que o governo dava posição de destaque a Educação Física e ao professor dessa disciplina cabia:

um papel especial no engajamento nacional com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico do contexto. Cada vez mais, a sociedade vai tomando conhecimento de que o Professor não é tão-somente “aquele que faz a garotada chegar a casa mais corada”, mas, sim, e principalmente, um formador de homens, um plasmador de caracteres (A.E.J., 1972, p. 5).

Nesse editorial, o autor informava que o MEC acompanhava esse trabalho para o desenvolvimento da Educação Física e tinha uma nova política de estruturação desportiva para atender as crianças desde seus primeiros anos. No entanto, para que despertasse a consciência desportiva e produzisse os efeitos pretendidos era necessária a efetiva atuação dos professores que seriam os divulgadores do conhecimento em âmbito nacional. Desse modo, pode-se mencionar que a apresentação da proposta de uma nova política de estruturação desportiva para crianças nesse editorial, pretendia que o currículo escolar realizasse determinados objetivos humanos específicos (GOODSON, 1995).

É possível entrever nesse editorial que atuação do professor de Educação Física sempre era exaltada e tida como fundamental para a construção de uma *geração sadia*: “Do Professor de Educação Física aguardamos um desempenho destacado no quadro geral.

Esperamos muito dele, e, mais do que nós, esperam os jovens, os quais caminharão com maior desenvoltura, se aprenderem a calçar os seus tênis mais cedo” (A.E.J., 1972, p. 6).

A preocupação em ter os professores ao lado do governo pode ser percebida pelas palavras do novo diretor do DED, Coronel Eric Tinoco Marques no editorial da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 12, quando este destaca as necessidades de apoio desses profissionais às demandas do governo: “Sabemos que você, o professor de Educação Física, será o executante de uma tarefa que não ganhará as manchetes e que, por tão anônima, se reveste de um significado ainda mais transcendental. Mas sabemos que podemos contar com a sua participação”. É evidente que o interesse em ter os professores de Educação Física afetos às políticas do governo visava a participação desses profissionais na divulgação de seus projetos e assim alinhar parte da sociedade aos seus interesses para garantir a concretização dos objetivos em fazer dos esportes uma alavanca para projetar o país no cenário internacional.

O Desporto Estudantil é o tema do editorial da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 15. Nesse, Marques (1973c) assinala que o desporto estudantil tinha a sua importância em si mesmo e estava associado ao futuro desportivo nacional, ou seja, a aplicação de atividades esportivas na escola seria um meio para a preparação de atletas para representar o país nas diversas competições: “apontar acertos e desempenhos é antever performances e alegrias. Neste quadro, cabe sempre uma pergunta sobre a competência, e responsabilidade pela promoção da categoria” (MARQUES, 1973c, p. 3).

A partir da estruturação organizacional do sistema desportivo estabelecida pelo Decreto n. 66.967, de 27 de julho de 1970, o mesmo que criou o DED, transferiu aos departamentos estaduais de Educação Física e Desportos, esses subordinados as Secretarias de Educação dos Estados, a execução das atividades relacionadas ao desporto estudantil. O autor deixa claro que “os colegiais são razão primeira do desporto estudantil, são escolares antes de mais nada, e assim, regidos pelas Secretarias de Educação. Logo, é meridiano que o tratamento do assunto está dentro de casa e nem poderia ser diferente” (MARQUES, 1973c, p. 3, sic). Contudo, é importante observar a preocupação e os investimentos realizados pelo governo federal ao esporte estudantil naquele período. Nota-se, ainda, o tom incisivo nas palavras do editor ao finalizar esse editorial para que não pairasse dúvidas sobre a responsabilidade sobre o desporto estudantil: “A quem cabe a competência acreditamos tenha ficado bem claro” (MARQUES, 1973c, p.3).

Foi possível perceber que com o passar dos anos os discursos dos dirigentes nos editoriais acabaram mudando de foco, pois até então, os editoriais que eram direcionados à

adesão dos professores às normas estabelecidas pelo governo, passaram a focar também na formação e na participação do aluno, como pode ser notado pelos termos *estudantes-atleta*, *talento esportivo*, *aula-treinamento*, dentre outros, utilizados por Marques (1973d) no editorial *Competir é o importante*, da *Revista Brasileira de Educação Física* n. 16.

O autor foi enfático ao dizer: “Competir ainda é importante, e não podemos aceitar nenhuma outra concepção” (MARQUES, 1973d, p. 5), no entanto, a vitória seria uma consequência. Para a obtenção do resultado esperado seria necessário um avanço nos treinamentos, pois venceria “o melhor preparado, o mais capacitado para dominar as técnicas” (MARQUES, 1973d, p. 5) e os professores de Educação Física deveriam realizar um trabalho desde a iniciação desportiva dos *alunos-atletas* conscientizando-os que o êxito nas competições era importante, mas não era tudo:

Você, professor de Educação Física, que sabe e conhece que só a competição em alto nível é benéfica para o atleta, pode e deve começar o trabalho agora, mostrando que o vencido hoje poderá ser o vitorioso de amanhã com muito mais tranquilidade do que aquele que encastelar a vitória como propriedade cativa e necessária (MARQUES, 1973d, p. 5).

Assim, a Educação Física Escolar apresentada como meio para a preparação de alunos para competição de alto nível tornou-se *educação esportiva*, a partir dos interesses oficiais, da mídia, dos professores e também dos alunos. O autor ressalta que aqueles que manifestavam posições filosóficas contrárias às competições no desporto estudantil não estavam envolvidos na *disputa*, não eram nem atletas nem técnicos, e por isso não tinham argumentos para criticar.

No intento de conhecer como a competição era percebida pelos professores daquela época, recorreremos às entrevistas realizadas por Taborda de Oliveira (2001), e pudemos constatar que duas professoras viam como positivas essas participações dos alunos em competições esportivas, como observado nesses depoimentos:

Só dele [o aluno] participar de uma cerimônia de premiação e ser chamado lá para receber uma medalha... Eu acho que é importantíssimo. E depois é um trabalho, digamos, a nível escolar. Ele se motiva a aprender aquilo. Não tem aquele... Tem o *espírito de competição* porque a vida é uma competição. Mas para ele, educativamente, é muito importante [...]. Porque a partir do momento em que o indivíduo aprende a competir dentro de sala de aula, dentro da escola, ele vai ser um lutador durante toda sua vida. Ele nunca vai dizer: “Eu não posso fazer!”. Ele sempre vai além. Acho que é só isso! (Entrevista concedida a TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 292, grifos do autor).

Outra professora também compartilha do ponto de vista da primeira citada:

Eu sempre fui a favor da competição. Só que eu sou a favor da competição dele com ele mesmo, primeiro de tudo. Toda escola em que eu estou eu atijo, eu vou, eu levo para participar e competir sempre, sempre, sempre. Mesmo que a gente saia, perca, as crianças nunca voltaram... Então eu digo que a competição é prejudicial dependendo de quem está conduzindo aquela criança, da forma que ela compete. Porque perca ou ganhe, eu nunca tive uma criança que dissesse assim: “Ah, eu nunca mais quero competir, professora!”. [...]. Eu brigo muito, assim, brigava na época, sobre a história da competição, porque eu acho que é um ponto positivo a competição. Porque é uma vivência [...] Sempre foi assim. Sempre levei a competir, sempre gostei de competir. E eu acho que agita a escola. (Entrevista concedida a TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 292-293).

Como pode ser observado nos depoimentos dessas duas professoras, as mesmas acreditavam que a competição era um meio educativo e contribuiria com outros fatores sociais, contudo, asseguravam a importância que o professor tinha nesse processo de assimilação do vencer ou perder.

Logo que assumiu a direção do DED, o Coronel Osny Vasconcellos (1975a) publicou na RBEFD n. 26 o editorial *O momento decisivo*, retratando que desde o ano de 1941, durante o Estado Novo, foram estabelecidas as bases da organização desportiva para tornar o desporto um processo de educação física e espiritual da juventude brasileira e que a participação desses era necessária para projeção mundial do País.

Ao comparar os resultados das Olimpíadas de Los Angeles e de Munique, em 1932 e 1972 respectivamente, e os avanços tecnológicos que possibilitaram aos brasileiros acompanhar ao vivo os jogos das copas de 1970 e 1974, o editor procurava convencer sobre os valores que os desportos poderiam favorecer, buscando, assim, atrair adeptos a essas concepções que estavam vigorando a nível mundial naquele momento:

O desporto tornou-se, definitivamente, um fator de coesão social; as conquistas e vitórias desportivas refletem-se no moral nacional, além de traduzirem prestígio internacional [...]. Por todas estas razões, acreditamos que estamos nas marcas da saída de uma nova era e que, em educação física e desportos, estamos vivendo um momento decisivo (VASCONCELLOS, 1975a, p. 5).

Nota-se o Coronel Osny Vasconcellos (1975b) seguia a mesma linha adotada por seu antecessor Coronel Eric Tinoco Marques, instituindo, assim, uma corrente na sequência editorial, reforçando a necessidade da participação dos jovens em competições esportivas, como pode ser visto no editorial *Os JEBS e o futuro* na edição n. 27:

A mocidade brasileira, uma força pujante do desenvolvimento nacional, é objeto da máxima atenção do setor esportivo, seja através de oferta de oportunidades aos estudantes-atletas de todo o território nacional que desejam competir dos JEBs [Jogos Estudantis Brasileiros], seja proporcionando estágios anuais no exterior aos mais destacados, não só como atletas excepcionais, mas, antes de tudo como bons alunos (VASCONCELLOS, 1975b, p. 5)

Vasconcellos (1975c) no editorial *Estamos no caminho certo*, da edição n. 28, considerava a intervenção do governo como positiva ao incorporar o esporte aos ideais desenvolvimentistas da nação e que a Educação Física era a disciplina fundamental para a formação de campeões provenientes das camadas populares. No entanto, destacava a filosofia esportiva do governo que equacionava de forma estratégica em três frentes:

a) educação física geral, para todos, visando melhorar a aptidão física do povo brasileiro; b) esporte de massa, ao alcance de todas as camadas da população, em todos os recantos do território nacional; e, conseqüentemente: c) esporte de competição ou de alto nível, conseguindo resultados que se traduzem em prestígio internacional para o Brasil, que já vem se impondo em outros aspectos (VASCONCELLOS, 1975c, p. 5).

Baseados nas estratégias apresentada nesse editorial fica evidente que a Educação Física era vista única e exclusivamente como uma atividade para desenvolver a aptidão física dos alunos com a finalidade de transformá-los em atletas. Esses discursos sobre a Educação Física na RBEFD deixaram de focar o *esporte de alto rendimento* para dar lugar à participação popular no que se refere à prática de atividades físicas (TEIXEIRA, 2007) com a posse do General Ernesto Geisel na presidência da República e a troca do dirigente da SEED/MEC.

Outras duas campanhas funcionaram nesse período: a *Mexa-se* (1975) e o EPT (1977), que devido à demanda populacional a ser atendida, foi necessário ampliar os agentes para difundir o esporte, criando a figura do voluntário esportivo, uma pessoa selecionada entre a população, capaz de liderar e organizar as multidões, não necessitando ser especialista em Educação Física, uma vez que, seria mais adequado preparar um conjunto de voluntários do que convencer professores de Educação Física para participarem dessa campanha.

Diante dos editoriais aqui apresentados, pode-se dizer que essa representação social da Educação Física Escolar dava-se unilateralmente, pois, apesar dos editores falarem em nome do MEC, órgão no qual esse periódico estava subordinado, nota-se de modo particular que eles utilizavam suas palavras, indicando, nesse caso, essa disciplina como responsável pela aptidão física e, por conseguinte pelo *esporte de alto rendimento*.

Observa-se, contudo, que os discursos apontados nos editoriais da RBEFD “ocorrem em um campo conflituoso e localizado, pois a *lutas de representações* ocorrem no *lugar* em que as estratégias são esboçadas, pois é um *lugar* de disputas de poder” (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 12-13, grifos do autor). Nesse sentido, a adesão dos professores às normas estabelecidas pelo governo para que a Educação Física Escolar fosse utilizada como meio para a preparação de alunos para competição de alto nível e a incorporação do esporte aos ideais desenvolvimentistas da nação, possibilitam perceber, também, que o mesmo governo que estava representado por meio dos editoriais veiculados pela Revista, que defendia a necessidade de vincular o esporte à educação, acabava por utilizar esse periódico para divulgar e reforçar os seus ideais políticos, uma vez que a escola aparecia como uma instituição importante para o desenvolvimento de seus propósitos.

As análises dos editoriais permitem dizer que a Educação Física contribuiria para que a educação escolar permanecesse subordinada a um modelo político que pretendia tornar o Brasil numa potência econômica ao estabelecer uma tentativa de conformação por meio da prescrição de práticas pedagógicas.

Assim, fica claro nos discursos dos dirigentes que o esporte como conteúdo da Educação Física é destacado como recurso necessário à política educacional do período militar, que além de mostrar a preocupação com a qualidade de vida da população, integração, cooperação e a harmonia social demonstravam a preocupação com o prestígio internacional do país. Isso esclarece que essa revista foi projetada como a aliada do governo, uma vez que em suas páginas estavam postos os conteúdos que poderiam ajudar na construção e colocar em circulação as representações sobre a Educação Física Escolar no Brasil.

Cabe enfatizar ainda que a representação de Educação Física Escolar estava ligada diretamente à prática desportiva, ensejando que além da descoberta de *novos talentos esportivos*, essas atividades produziram benefícios à saúde de seus praticantes e ainda favoreceriam a ordem social e a disciplina.

3.2 As representações sobre Educação Física Escolar nos artigos da RBEFD

Para que as *estratégias* utilizadas pelos dirigentes da RBEFD tivessem os resultados esperados e atendessem os interesses do maior número possível de professores e esses participassem fielmente das políticas criadas em prol da Educação Física, o impresso trazia

um conteúdo que abrangia as mais distintas áreas da Educação Física (conforme Gráfico 1 - Temáticas abordadas na RBEFD).

As representações sobre Educação Física Escolar dos dirigentes em seus editoriais e as representações construídas pelos autores dos artigos é institucionalizadora de estratégias e práticas. Desse modo, as práticas eram traduzidas em lutas de representações que ocorriam no lugar em que as estratégias são delineadas – neste caso, na RBEFD –, pois é um lugar de disputas de poder (CHARTIER, 2002).

No campo das relações de poder e dominação, as “lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender o mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17). Era justamente isso que ocorria quando indicava a necessidade de fazer com que as pessoas se tornassem obedientes às regras do regime militar. Porém, há que se observar o distanciamento das ações entre aqueles que desejavam uma Educação Física totalmente subserviente os interesses oficiais e as dificuldades enfrentadas pelos que a executavam, principalmente nas escolas.

Apesar da insistência contida nos editoriais para que os professores socializassem os trabalhos desenvolvidos nas escolas e suas experiências com os demais profissionais por meio da RBEFD, não foi possível encontrar a participação dos professores do ensino básico no periódico, mas, sim, de professores do ensino superior e profissionais de diversas áreas (pedagogos, advogados, médicos, entre outros), conforme Quadro 7:

Quadro 7 - Artigos sobre Educação Física Escolar

BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO			
Autor (a)	Formação/Cargo	Título	Edição
Léa Milward	Professora de Educação Física; Inspetora do MEC	Sugestão para um planejamento anual de Educação Física na escola primária	n. 1
Fernando Campos Furtado	Professor de Educação Física/UFMG	A Educação Física em estabelecimentos de ensino secundário	n. 4
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA			
Autor (a)	Formação/Cargo	Título	Edição
Guiomar Meirelles Becker	Professora de Educação Física/UFMG	O professor de Educação Física em face da pedagogia moderna	n. 19
Pedro Ad-Vincula Veado Filho	Médico; Diretor da Escola de Educação Física/UFMG	Educação física e desportos e a escola	n. 19
Wilson Veado	Bacharel em Direito/UFMG; Ex-combatente na 2ª Guerra Mundial; Desembargador/MG	O professor de Educação Física: um autêntico educador	n. 20
Roberto Diniz Saut	Bacharel em Direito/FURB	O aspecto social da Educação Física	n. 24

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS			
Autor (a)	Formação/Cargo	Título	Edição
José Augusto C. Cysneiros	Diretor do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação da Guanabara (atual RJ)	A Educação Física elemento indissociável da educação	n. 27
Jacinto Francisco Targa	Professor de Educação Física/SEC-RS; Oficial da BM-RS; Instrutor da EsEFEx	Princípio da educação físico-desportivo-recreativa para o ciclo fundamental	n. 28
Maurette Augusto	Professora da Escola de Educação Física e Desporto/UFRJ	Valores positivos do desporto	n. 29
Attila Jozsef Flegner	Professor de Educação Física/UFRJ	Critério de avaliação escolar em educação física de 11 anos em diante	n. 30
Luiz Irineu Cibils Settineri	Médico; Coordenador do Curso de Medicina Desportiva/UFRGS	Princípios de orientação das atividades física escolares	n. 30
Bruno Edgar Ries	Graduado em Pedagogia/UFRGS		
Jacinto Francisco Targa	Professor de Educação Física/SEC-RS; Oficial da BM-RS; Instrutor da EsEFEx		
José Benedito Martins Beozzo	Professor de Educação Física	A interação professor aluno	n. 31
Airton Negrine	Professor de Educação Física/IMEC	A finalidade da educação física nos primeiros anos escolares e a atuação do professor especializado em educação física	n. 42
Vitor Marinho de Oliveira	Professor de Educação Física/UGF	Psicologia da aprendizagem e Educação Física Escolar	n. 43
Airton Negrine	Professor de Educação Física/IMEC	A progressão pedagógica e o resultado da aprendizagem no ensino dos desportos	n. 43
José Rizzo Pinto	Médico; Professor da UCB	Educação e aptidão	n. 43
Raimundo Nonato de Azevedo	Professor de Educação Física/UERJ	A atividade física na sociedade contemporânea	n. 44
Airton Negrine	Professor de Educação Física/IMEC	A educação física e a educação psicomotriz	n. 44
Péricles de Souza Cavalcanti	Oficial do EB; Professor de Língua Portuguesa	As atividades físicas e a realidade brasileira	n. 47
Péricles de Souza Cavalcanti		Os movimentos da criança	n. 48
Herbert de Almeida Dutra	Professor de Educação Física/UFGM; Subsecretário de Educação Física da SEED	Atividade física na infância	n. 49
SEED/MEC	-	A Educação Física começa mais cedo	n. 51
Nataniel Dantas	Redator da Coordenadoria de Comunicação Social/MEC	Educação Física na pré-escola	n. 51
Haimo Fensterseifer	Professor visitante/Alemanha; Diretor do CEFD/UFSM	Formação do professor de Educação Física: avaliação do processo	n. 51

Alfredo Gomes de Faria Junior	Professor de Educação Física/UFF e UFRJ	O comportamento verbal do professor	n. 51
Péricles de Souza Cavalcanti	Oficial do EB; Professor de Língua Portuguesa	A lógica do Sistema Desportivo	n. 52
Maria Isabel da Cunha	Professora da Faculdade de Educação/UFPel	Educação Física, um ato pedagógico	n. 53
Flávio Medeiros Pereira	Coordenador de Educação Física/ETP	Educação Física, uma prática permanente	n. 53

Fonte: RBEFD (1968-1984).

No Quadro 7 estão os 28 artigos que foram tomados para compreender como a Educação Física Escolar estava representada nas páginas da RBEFD, no seu ciclo de vida (1968 a 1984), optando-se como critério de escolha por aqueles de autoria de brasileiros e/ou residentes no país, por estarem vivenciando a realidade política daquele período.

Dentre os trabalhos apresentados, estão 3 de autoria do Coronel Péricles de Souza Cavalcanti, então Secretário da SEED/MEC, e outro que a SEED figurava como autora. Esses 4 trabalhos foram escritos no período em que a edição da revista estava sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social/MEC, momento em que os editoriais eram assinados pelos chefes desse setor.

Iniciamos a apresentação dos trabalhos com o artigo intitulado *Sugestões para um planejamento anual de Educação Física na escola primária*, publicado no BTI n. 1, de autoria da professora Léa Milward (1968). O referido artigo trata de um plano de trabalho que consiste na previsão e execução de atividades para serem ministradas em um ano letivo (março a novembro), apresentando os objetivos e as atividades a serem empregadas:

Objetivos gerais:

- a) Contribuir para assegurar as condições de saúde da criança.
- b) Desenvolver hábitos de boa postura e correção de vícios de atitudes.
- c) Formar atitudes reais.
- d) Promover a aprendizagem de atividades específicas.
- e) Desenvolver física, psíquica e socialmente, visando, portanto, a educação integral (MILWARD, 1968, p. 57).

Era evidente que Milward (1968) procurava ressaltar a necessidade de fazer com que o aluno soubesse seu lugar no contexto onde estava inserido, promover o patriotismo e a valorização da autoridade e a hierarquia, como se pode observar nas atividades propostas para os meses de agosto a novembro:

AGOSTO

Objetivo - Interessar as crianças que retornam das férias, nas atividades do currículo, favorecendo a aquisição de hábitos e responsabilidade de bom

estudante. Valorizar o respeito a autoridade e preparar a criança para compreender seu lugar na Escola e na Sociedade. [...]. Atividades a empregar: Evoluções e marchas [...].

SETEMBRO

Objetivo - Procurar maior desenvolvimento do amor à Pátria, por meio da educação para a Cidadania. [...]. Atividades a empregar: - Jogos – campeonatos. - Marchas, desfiles, concentrações [...].

OUTUBRO

Objetivo - Preparar o respeito à autoridade constituída por meio de torneios e campeonatos interescolares. Proporcionar um entrosamento entre as diversas turmas de alunos, desenvolvendo o verdadeiro espírito esportivo (boa aceitação da vitória ou da derrota). Promover um entretenimento útil e sadio, de acordo com o calendário do mês - Dia da Criança. Meios a empregar: jogos - esporte, danças, dramatizações. - Atividades complementares - teatro, cinema, excursões.

NOVEMBRO

Objetivo – Desenvolver a atividade de acordo com as normas de civismo e dentro da unidade de trabalho de cada turma [...] Meios a empregar: - Evoluções e marchas [...] (MILWARD, 1968, p. 58-59, grifo nosso).

Os aspectos destacados no plano para o ensino primário, como o amor à Pátria, o respeito à autoridade e a disciplina são fatores que contribuiriam para que a Educação Física Escolar fosse um meio para a materialização de um modelo de comportamento social. É notório que já nesse período escolar o ensino do esporte na forma de torneios era utilizado como meio de reforçar práticas disciplinadoras.

Dentre as atividades propostas por Milward (1968) pode-se notar que os elementos ligados às atividades militares (evoluções, marchas, desfiles) se faziam presentes. Acredita-se que visando reforçar essas orientações, foi publicada no BTI n. 8 a Lei n. 5.443, de 28 de maio de 1968, que regulava a forma e a apresentação dos *Símbolos Nacionais* (Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e Selo Nacional), bem como as penalidades impostas pela lei para quem atentasse de qualquer forma contra esses símbolos. Atrelada a essa lei, nessa edição do BTI foi publicado o Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967, que definia os *Crimes Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social*, provavelmente um modo de conter ou afastar quaisquer possibilidades de manifestações que porventura pudessem estar sendo organizada contra os atos do governo no âmbito escolar.

Em relação ao plano de trabalho proposto por Léa Milward (1968) para a disciplina Educação Física, com os conteúdos a serem ministrados nas escolas se caracterizava no que Goodson (1995) define como *processo de construção social do currículo*, ou seja, *a invenção de uma tradição*, na qual as matérias escolares passam por uma sequência de estágios. Partindo da marginalidade com um *status* inferior no currículo, passando para um estágio utilitário e por fim alcançando uma definição como disciplina.

Para o ensino secundário também foi elaborado um plano de ensino. Esse foi publicado no BTI n. 4, de autoria de Fernando Campos Furtado (1968), intitulado *A Educação Física em estabelecimentos de ensino secundário*. O artigo apontava as dificuldades enfrentadas pelos professores, principalmente no que se referia ao pouco tempo destinado à aula.

Furtado (1968) expõe que dos 45 minutos destinados à aula de Educação Física, pelo menos 5 eram utilizados para a troca de uniformes e outros 10 para o banho dos alunos no final da aula, restando apenas 30 minutos para as atividades previstas. A esse respeito, o autor sugere que o tempo destinado à Educação Física fosse chamado de *Sessão Especializada Esportiva*, já que as sessões se tornaram especializadas, por ser aplicada somente uma atividade por aula e propôs a seguinte divisão:

SESSÃO ESPECIALIZADA DE VELOCIDADE [...] SESSÃO ESPECIALIZADA DE FLEXIBILIDADE [...] SESSÃO ESPECIALIZADA DE AGILIDADE [...] SESSÃO ESPECIALIZADA DE ESPORTIVA [...] SESSÃO JOGOS RECREATIVOS [...] SESSÃO ESPECIALIZADA DE FORÇA [...] SESSÃO ESPECIALIZADA DE RESISTÊNCIA [...] SESSÕES ESPECIALIZADAS DE DANÇAS FOLCLÓRICAS [...] SESSÃO ESPECIALIZADA DE VELOCIDADE [...] (FURTADO, 1968, p. 126-127).

Para cada sessão, o autor apresentava os conteúdos a serem ministrados, inclusive cita como exemplo uma atividade que deveria ser ministrada na Sessão Especializada de Velocidade: a *Oração com Movimentos*, na qual ao recitar cada frase do *Salmo 130 – Presença de Deus*, o aluno deveria fazer um movimento coreográfico, como por exemplo: sentar com pés cruzados; deitar em decúbito dorsal; girar o corpo etc. Não foram vislumbrados quais os objetivos que essas sessões deveriam atingir, denotando-se, assim, que a preocupação do autor era somente com o tempo de realização da atividade.

No trabalho *Educação física e desportos e a escola* presente na *Revista Brasileira de Educação Física* n. 19, o médico Pedro Ad-Vincula Veado Filho (1973) assinalava que o progresso da nação dependia das potencialidades do seu povo: “antes do capital econômico e financeiro assegurado pelos recursos naturais, cumpre compor o capital humano, consubstanciado na saúde, na educação, na aptidão física, na capacidade profissional, na elevação moral de toda a população” e que isso ocorreria somente com “a mobilização e o bom uso de ambos os recursos - natural e humano [...]” (VEADO FILHO, 1973, p. 60).

É perceptível pelo autor sobre o papel que a Educação Física poderia desempenhar ao “habilitar a juventude técnica, intelectual e fisicamente para o trabalho”, nessa ação, caberia

ao professor de Educação Física desenvolver e aprimorar as habilidades corporais de um indivíduo, no entanto, não adiantaria desempenhar a sua tarefa profissional se não transmitisse aos jovens as lições de amor fraternal, respeito, disciplina e de ordem e outros atributos que evidenciassem uma personalidade bem formada (VEADO FILHO, 1973).

Desse modo, a autor salienta que o professor de Educação Física não poderia agir com improviso, pois as crianças e adolescentes em formação que estavam sob sua responsabilidade seriam a “matéria-prima do futuro da Nação – cujas qualidades físicas e morais ele deve plasmar e aprimorar como legítimo educador” (VEADO FILHO, 1973, p. 61).

O autor defendia ainda que o desporto era a atividade física que mais atendia o interesse dos adolescentes e adultos e “só [teria] validade se [fosse] considerado sempre como um agente de educação no seu mais amplo sentido” (VEADO FILHO, 1973, p. 62), porém seu principal problema era a falta professores.

Para tratar sobre a atuação do professor frente à modernização da Educação Física, Guiomar Meireles Becker (1974) publicou um artigo na *Revista Brasileira de Educação Física* n. 19, intitulado *O professor de Educação Física em face da pedagogia moderna*. A autora enfatizava que a Educação Física era uma causa nacional e os resultados poderiam dar aos brasileiros, o que para eles foi planejado: “musculatura flexível, visão clara, pele sã, agilidade, esperteza, direitura, entusiasmo, alegria, fortaleza, imaginação, autodomínio, sinceridade, honestidade, pureza de pensamento e ação, sentimento de honradez e de justiça, complacência, trazendo o amor de Deus em seu coração” (BECKER, 1974, p. 49).

O discurso da autora permite entrever que, além de estar preocupada com a eugenia, ela se alinhava e estava engajada em levar aos outros professores as pretensões do governo, para desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do homem. Tal situação ficou ainda mais evidente quando a autora se dirigiu aos demais professores e os conclamou a participarem do projeto do governo: “Nossa missão é um apostolado. Os feitos dos nossos antepassados, um Evangelho. Sejamos nós, professores de Educação Física, missionários da grandeza do povo brasileiro!” (BECKER, 1974, p. 49).

Denota-se nas palavras de Becker (1974) que não só os dirigentes da revista, mas outros profissionais também começaram a insistir na necessidade em fazer que os professores se aproximassem dos interesses dos governos militares em relação à Educação Física. Todavia, é evidente a defesa da autora aos princípios de uma formação integral, tendo a Educação Física como a atividade capaz de aperfeiçoar o físico e a conduta do sujeito, mais uma vez afastando a dicotomia entre corpo e mente.

Na mesma proposição de Becker (1974), o jurista Wilson Veado (1974) em seu

trabalho *O professor de educação física: um autêntico educador*, publicado na *Revista Brasileira de Educação Física* n. 20, também propunha uma educação integral e, nesse caso a Educação Física seria a base para a educação plena

Veado (1974) defendia que os professores de Educação Física deveriam ser equiparados aos demais professores de outras disciplinas, no entanto, deveriam se esforçar para adquirir não só um conhecimento científico sobre a disciplina, mas, tomar uma postura que os fizessem ser respeitados pelos outros professores.

Capacitado, o professor de Educação Física “educará para a vida, pois os indivíduos enfrentam entrecosques (competição, jogo da vida) e precisam, então, ter aprendido como topiar as barreiras que se levantarão à sua frente” e para atender esses jovens, deveria “objetivar a conquista da força, como a capacidade motora, a socialização, a conduta moral, e ainda a capacidade criadora e a compreensão humana”, sendo esse o suporte para conduzi-los ao “desenvolvimento social, mental e moral. Daí, rumo ao espiritual” (VEADO, 1974, p. 53).

Assim como foi destacado por Becker (1974) e Veado (1974), a importância da Educação Física para a adequação social dos indivíduos também foi a temática do artigo *O aspecto social de Educação Física*, publicado na *Revista Brasileira de Educação Física* n. 24, de Roberto Diniz Saut (1974) que se referiria à educação integral como algo capaz de elevar os aspectos animal (cultura física) e racional (intelecto, moralidade, vontade) do ser humano.

Saut (1974) explicava que a educação moral, a preparação intelectual e mesmo a preparação física se correlacionam com o aspecto social, porém, podem ser analisados separadamente. A prática da educação física não podia mais ser realizada sem uma finalidade social e deveria alcançar dois objetivos:

O objetivo primeiro e lógico é o conforto do corpo, a conservação da saúde, o alívio da carga mental (relaxamento muscular), a perfeita circulação sanguínea, o bom preparo físico, enfim. Em segundo, a aplicação de métodos científicos, de preparação física para o alcance de uma vitória, dos famosos recordes em diversos setores do esporte – atletismo, natação, ou até da simples dança (SAUT, 1974, p. 66).

Isto posto, o *aluno-atleta* ao cultivar a educação física no seu amplo sentido para alcançar seu objetivo, ou seja, o êxito na modalidade praticada, traria à tona a sua personalidade, a busca de um sentido social da prática do esporte, tornando-se “um protótipo do esperado pela sociedade; um ser que, através do esporte, de exercício e recreação vai-se tornando um fruto de educação integral, podendo sadiamente ser um ser completo dentro da sociedade (SAUT, 1974, p. 68). Nesse mote, esse autor relata que a sociedade esperava que os

alunos se tornassem importantes para o meio onde estavam inseridos através da educação aliada ao esporte.

Destacando o desporto como uma escola de civismo e sociabilidade e um importante lugar entre as técnicas da Educação Física, Maurette Augusto (1976) em seu artigo *Valores positivos do desporto* publicado na RBEFD n. 29, afirma que devido aos valores positivos e pelo excelente meio de educação, a Educação Física, poderia desenvolver nos jovens personalidades integradas e capacitadas, o que contribuiria com o futuro do país.

Ao tecer elogios ao governo militar, principalmente sobre as políticas governamentais de Educação Física no que se referem à inserção das questões físicas, materiais e humanas da área, Augusto (1976) assegurava que o governo se preocupou em “equipar convenientemente a escola, dotando-a de instalações e material de Educação Física, bem como esclarecendo os próprios professores de modo a propiciar aos jovens as mais amplas oportunidades de crescimento e desenvolvimento global” (AUGUSTO, 1976, p. 75).

Nesse período, com a implantação do projeto governamental PNEFD foram estabelecidas as bases para a prática de atividades e outros assuntos ligados ao esporte, sendo a partir desse momento que os trabalhos publicados na RBEFD passaram a evidenciar “a saúde da população aos mesmos níveis da saúde econômica da nação” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 174).

Diante da polêmica envolvendo os rumos da Educação Física e a concretização de um modelo desportivo no Brasil na década de 1970, Taborda de Oliveira (2001a), aponta que, por conta disso, houve uma grande confusão sobre o tema no Brasil naquele período, porque,

para muitos, Educação Física e esporte eram sinônimos, para outros, coisas absolutamente distintas; para outros ainda, uma era nobre (a Educação Física) e o outro altamente nefasto (o esporte) em termos educacionais; por fim, para uns o esporte representava avanço e a Educação Física, obsolescência. Assim, para alguns só a Educação Física poderia ser educativa, pois o esporte tem um fim em si mesmo, que não é educativo, enquanto para outros o esporte poderia ser explorado pedagogicamente (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 151).

Outra questão debatida foi a *Educação Física Infantil*, e isso foi tratado no artigo *A finalidade da Educação Física nos primeiros anos escolares e a atuação do professor especializado em Educação Física*, de autoria do Professor Airton Negrine (1979a), publicado na RBEFD n. 42. Nesse trabalho, o autor mostrava a preocupação sobre a Educação Física estar sendo ministrada por professores com formação em Curso Normal (nível médio), pois, esse nível escolar deveria ter um currículo que atendesse as necessidades de desenvolvimento

da criança nos aspectos biopsicossociais, sendo assim, seria na *Psicomotricidade* que se encontrariam bases para estruturação curricular.

Com essa característica, a *educação psicomotora* passou a ser considerada como uma educação geral do ser humano por meio do seu corpo, promovendo a intervenção de outros aspectos da ação educativa, aos quais deveria ser intimamente associada: funções motrizes, neuromotrizes e perceptivos-motores das funções puramente intelectuais (PICQ, 1969; LE BOULCH, 1969; LAPIERRE, 1971; VAYER, 1973; LOURDES, 1973 *apud* NEGRINE, 1979b, p. 43), de tal modo, o autor defendia que a necessidade de favorecer os métodos pedagógicos de ensino dos desportos deveria obedecer a uma progressão.

Negrine (1979a) defendia que a finalidade da Educação Física nesta fase era criar na criança o hábito pela atividade física como um meio de conservação da saúde e ao aprender uma ou mais modalidades esportivas, estaria constituindo uma forma de lazer na vida adulta, porquanto, se assim não fosse, não teria sentido esta disciplina ser obrigatória no currículo escolar. Ainda propõe um currículo para a Educação Física nos primeiros anos escolares para atender os seguintes aspectos:

3.1 – Afirmação de Lateralidade e Direção [...] 3.2 – Conhecimento e Tomada de Consciência das Diversas Partes do Corpo [...] 3.3 – Diminuição ou Desaparecimento da Hipertonia Muscular [...] 3.4 – Ajuste Postural [...] 3.5 – Coordenação Motora [...] 3.6 – Percepção do Espaço e Estruturação do Espaço-Temporal [...] 3.7 – Jogos (NEGRINE, 1979a, p. 71)

Esses seriam os aspectos que dariam os pré-requisitos às aprendizagens intelectuais, já que, segundo o autor, várias clínicas e escolas utilizaram currículo similar e tiveram resultados satisfatórios, levando-se em consideração a evolução do comportamento social e do caráter da criança não somente pelo nível, mas também pelo tipo neuromotor.

Quanto à atuação do professor de Educação Física, Negrine (1979a, p. 72) entende que este deveria “atuar em conjunto com a professora unidocente, tanto no planejamento como no processo de avaliação, dentro de um sistema interativo”.

Em outro trabalho do Professor Airton Negrine que trata sobre a psicomotricidade foi apresentado na RBEFD n. 43, com o título *A progressão e o resultado da aprendizagem no ensino dos desportos*. Nesse artigo, os objetivos da Educação Física estavam classificados em quadro domínios: o psicomotor, caracterizado pelo verbo fazer; o cognitivo, caracterizado pelo conhecimento; o afetivo, caracterizado pela motivação e mudança de valores; e o domínio, caracterizado pela conduta, estabilidade emocional e a relação interpessoal (NEGRINE, 1979b).

Nessa fase, o discurso contido na RBEFD passou a apresentar uma perspectiva mais educacional e social da Educação Física, buscando preencher algumas lacunas deixadas enquanto o *esporte de alto nível* era o foco das discussões, como percebido no artigo *A atividade física na sociedade contemporânea*, de Raimundo Nonato de Azevedo (1980), publicado na RBEFD n. 44:

A atividade física é de caráter interdisciplinar e, por isso mesmo, imprescindível à vida cotidiana do ser humano não pelo valor intrínseco da atividade física como um fim, mas exatamente pelo enorme campo de atuação proporcionada pelo seu caráter interdisciplinar, o que faz com seus efeitos, em termos quantitativos, possam ser definíveis, descritíveis e mensuráveis (AZEVEDO, 1980, p. 8).

O *esporte de alto nível* ainda era tratado como “fenômeno social, como fator motivador e como fonte de informações úteis em termos de fisiologia desportivas e métodos científicos de treinamento, faz com que sua utilidade social seja a razão maior de sua própria evolução” (AZEVEDO, 1980, p. 7-8). Todavia, “a atividade física, em suas múltiplas variações e adaptações, pode e deveria ser praticada por todas as pessoas de qualquer idade e sexo” (AZEVEDO, 1980, p. 12).

Notadamente, a Educação Física Infantil tornou-se objeto de preocupação, como se pode notar nos trabalhos já apresentados e com uma maior ênfase no artigo *A Educação Física e a Educação Psicomotriz* publicado na RBEFD n. 44, no qual Negrine (1980) reforça que a Educação Física vinha sendo estudada com um enfoque científico, porém havia divergências entre pedagogos, psicólogos e professores de Educação Física, no que se referia aos objetivos da Educação Física e da Educação Psicomotriz.

O autor assinala que um dos objetivos da Educação Física era o desenvolvimento físico do indivíduo e a *educação psicomotriz* utilizava todos esses para atingir os seus objetivos, que se existissem diferenças são de cunho filosófico, e

o grande erro atual é quererem separar a educação chamada “intelectual” da educação chamada “física”, o que se constitui, em parte, no fracasso do ensino de 1.º grau. [...] para se ter um ensino bem mais eficiente e com finalidades definidas é necessário que se tenha professores de Educação Física especializados para trabalharem desde a 1.ª série do 1.º grau (NEGRINE, 1980, p. 63).

Na prática, pode-se perceber a apropriação da psicomotricidade por duas professoras entrevistadas por Tabora de Oliveira (2001a). Uma delas declara que “com a questão da

psicomotricidade [...] queria resolver um problema da escola, que era a questão das deficiências de aprendizado” (Entrevista concedida à TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 281). A outra depoente fala sobre “o discurso da psicomotricidade sendo veiculado pelo Estado”:

Você tinha um caderninho verde do MEC, também, do DED, da Secretaria, da SEED, um caderno verdinho com as diretrizes da Educação Física de 1ª a 4ª série, que eram diretrizes psicomotricistas. Então era uma coisa assim: era super contraditório o que a gente fazia. Ao mesmo tempo que a gente criticava a Prefeitura [de Curitiba], a gente se aliava ao DED, porque o DED estava com um discurso psicomotricista que vinha ao encontro do que a gente acreditava que era a verdadeira Educação Física: “Descobrimos a pólvora!”. Eu entendo que naquele momento a psicomotricidade veio ao encontro do professor de Educação Física de um modo interessante para ele, porque ela permitia que a Educação Física fosse verdadeiramente integrada ao discurso pedagógico da escola, que era também um discurso psicomotricista, da prontidão para a aprendizagem, da preparação para a alfabetização, aquelas coisas todas, da linguagem como processo mais desenvolvido da psicomotricidade. Então, digamos, das *condutas motoras*... todos os professores sabiam o que eram *condutas motoras*. Eles trabalhavam com a linguagem, nós com o motor (Entrevista concedida à TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a, p. 281-282).

Por esses depoimentos, pode-se entrever que a psicomotricidade foi concebida como um método para contribuir para o processo de aprendizagem por meio de atividades lúdicas, o que estimularia desenvolvimento integral do aluno.

Alguns trabalhos apresentados tratavam da saúde individual ou social de forma explícita, o discurso era praticamente o mesmo, porém utilizando outra abordagem, que passava incluir a então denominada educação pré-escolar nas preocupações do MEC, como pode ser exemplificado no artigo *Os movimentos da criança*, escrito pelo Coronel Péricles de Souza Cavalcanti (1981), então Secretário de Educação Física e Desportos do MEC publicado na RBEFD n. 48:

Já na fase pré-escolar [...] deve a criança desenvolver as habilidades que conduzam à formação de hábitos e atitudes, que a levem a aprender a viver e conviver, socializar-se, enriquecer a base de suas experiências, ajustar-se ao ambiente escolar, enfim, crescer física, mental e emocionalmente. No 1º grau, as atividades de educação física devem estimular o educando, essencialmente, para a utilização do próprio corpo como meio de comunicação, o desenvolvimento da coordenação psicomotora, o aproveitamento saudável das horas de lazer, o desenvolvimento de novas habilidades esportivas (CAVALCANTI, 1981, p. 2).

A implantação da Educação Física na pré-escola tornou-se, de fato, o foco da

SEED/MEC, pois visava preparar a criança para o ingresso no então 1º grau, desencadeando, desse modo, o processo de desenvolvimento de habilidades e destrezas. Sobre isto, Dutra (1982, p. 7) aponta que essa fase da infância, ou até mesmo anterior a ela, era o “momento propício” para a inserção do hábito de aprendizagem, uma vez que o adiamento desse processo poderia ser “tarde demais”.

Na RBEFD n. 51 foi publicado o artigo *A Educação Física começa mais cedo*, sob a responsabilidade da SEED/MEC (1981) que divulgou as *Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos, 1980/85, no ensino pré-escolar e nas quatro primeiras séries do 1º grau*, que visavam contribuir para a execução das atividades didático-pedagógicas das aulas de Educação Física. Esse plano buscava atender crianças na faixa etária de 4 a 10 anos de idade e deveria respeitar as suas características de crescimento e desenvolvimento e tinha como objetivos:

- Proporcionar às crianças condições favoráveis ao seu desenvolvimento motor.
- Estimular o desenvolvimento da habilidade perceptiva para melhoria do controle motor.
- Estimular a aquisição e o aprimoramento de padrões motores fundamentais.
- Estimular a aquisição de habilidades motoras básicas e específicas.
- Proporcionar à criança condições que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de solução de problemas motores (SEED/MEC, 1981, p. 10).

Como essas propostas da SEED/MEC que contemplavam novos rumos para a Educação Física no contexto escolar, a edição n. 53 da RBEFD, publicada no ano de 1984, também trouxe o artigo *Educação Física, um ato pedagógico*, de Maria Isabel da Cunha que enfocava outra visão de se trabalhar a Educação Física na escola, totalmente adversa ao que observou na maior parte dos trabalhos apresentados na revista.

Cunha (1984) estava centrada na ideia de que a Educação Física deveria ser tratada como educação, uma ação humana e capaz de manifestar os valores e os interesses da sociedade onde é produzida, justificando que a escola não é o lugar em que o valor maior é a ordem e a obediência, devendo a escola ser “sempre um lugar de conflito, de debate, de crítica, de transformação” (p. 10).

Ao partilhar das ideias de Garcia (1981, p. 2 *apud* CUNHA, 1984, p. 10) de que a *educação tradicional* “está arraigada na cultura, como um componente indissociável da visão do mundo que os mais velhos e as instituições, em geral, procuram transmitir aos mais novos [na qual] o valor maior que se transmite é o da obediência”, onde o aluno melhor educado “é aquele que com mais prontidão e disciplina souber se adaptar a ela, independente da vontade

própria ou da validade que possa ter para a vida atual ou futura do educando” a autora aponta que a melhor solução é uma *educação renovada* na qual o aluno é o ponto central no processo ensino-aprendizagem, em que a transformação será dada a partir de suas potencialidades.

Cunha (1984) afirma que o conteúdo da Educação Física não é neutro, e deve ser utilizado com uma visão prévia do tipo de pessoa que se deseja formar, destacando, ainda que

Fazer Educação Física é relacionar o movimento com a inteligência. O excesso de tecnicismo e a constante repetição são antagônicos ao poder criativo, que desenvolve no aluno a razão dos movimentos e a tomada de decisões acertadas. Trabalhar Educação Física é ainda considerar o aluno como ser afetivo, que desenvolve sentimentos e valores positivos ou negativos frente aos estímulos e onde centímetros a mais ou a menos podem ser os causadores de comportamentos negativos frente a toda uma realidade educacional (CUNHA, 1984, p. 12).

Nesse período, ocorria uma transformação no setor da Educação Física em relação aos rumos tomados por essa disciplina: objetivava-se, a partir desse momento, torná-la um elemento capaz de transformar a vida de seus praticantes. Para isso, a preocupação para com o *rendimento máximo* propiciado por ela foi descartada, dando lugar à perspectiva que se centrava na busca por um *rendimento ótimo* que pudesse auxiliar o aluno em seu desenvolvimento pleno. Ressalta-se, por isso, que os desafios por novas maneiras de transformar o sujeito por meio da Educação Física seriam enfrentados, sem, contudo, desfavorecer o que já havia sido proporcionado pela pedagogia tradicional (CUNHA, 1984).

Nessa perspectiva, o professor Flávio Medeiros Pereira (1984) publicou, também, na RBEFD n. 53, o artigo *Educação Física, uma prática permanente*. Nesse trabalho, o autor avaliava que a Educação Física devia ser entendida como um fenômeno cultural capaz de transformar o educando por toda sua vida e ainda apresentou a pesquisa realizada com 421 alunos da última série do 2º grau de escolas de 19 municípios do Estado do Rio Grande do Sul que objetivou testar os conhecimentos sobre Educação Física. As questões se referiam à história da Educação Física e aos fundamentos dos esportes mais praticados.

Nos resultados, Pereira (1984) mostra a falta de teorização da disciplina, que deveria ser feita pelo diálogo, de discussões e pelas pesquisas. E isso se devia a falta de cultura geral do professor de Educação Física, principalmente por deixar de lado sua função de educador e desempenhar o papel de instrutor, preocupado apenas com a melhoria da *performance* do educando. O autor evidencia a importância do professor de Educação Física para a formação humana e a necessidade de seu aperfeiçoamento profissional:

O educador, além do desempenho [físico], muda também a mentalidade. Para isto, junto com a capacidade profissional específica, deve possuir uma maior cultura geral possível. O professor de Educação Física é um intelectual, um intelectual que sua, que faz força. Se não for ele [...] quem despertará o gosto pela prática esportiva, ao mesmo tempo e, que proporciona conhecimentos sobre as alterações morfofisiológicas dela advindas? (PEREIRA, 1984, p. 22).

Pereira (1984) indicava que o professor deveria dar espaço nas aulas para o diálogo, abordar a parte teórica da disciplina, proporcionando aos alunos o entendimento das alterações morfofisiológicas ocorridas no seu corpo durante a prática de uma atividade física, além de desenvolver uma consciência crítica, capacitando-os para uma *Educação Física permanente*.

As análises desses artigos permitiram perceber que a representação de Educação Física Escolar para esses autores associava a possibilidade de utilizar as práticas escolares para uma formação integral do aluno, favorecendo também, o desenvolvimento de práticas sociais aliadas às capacidades cognitivas, motoras e afetivas, capaz de torná-los críticos e autônomos.

Além disso, a partir das análises foi possível verificar que os artigos apresentados na RBEFD apontavam que a Educação Física estava caracterizada a partir do confronto de duas tendências distintas: a *Dogmática* e a *Pragmática*. A Tabela 1 ilustra a orientação teórico-epistemológica dos trabalhos publicados no periódico, entre os anos de 1968 a 1984:

Tabela 1 – Orientação dos trabalhos publicados na RBEFD (1968-1984)

Trabalhos Apresentados	Orientação Dogmática	Orientação Pragmática	Total
Educação Física Escolar	2 (0,45%)	25 (5,7%)	28 (6,39%)*
Outras subáreas	50 (11,41%)	360 (82,19%)	410 (93,6%)
Total geral de trabalhos	52 (11,87%)	385 (87,89%)	438 (100%)*

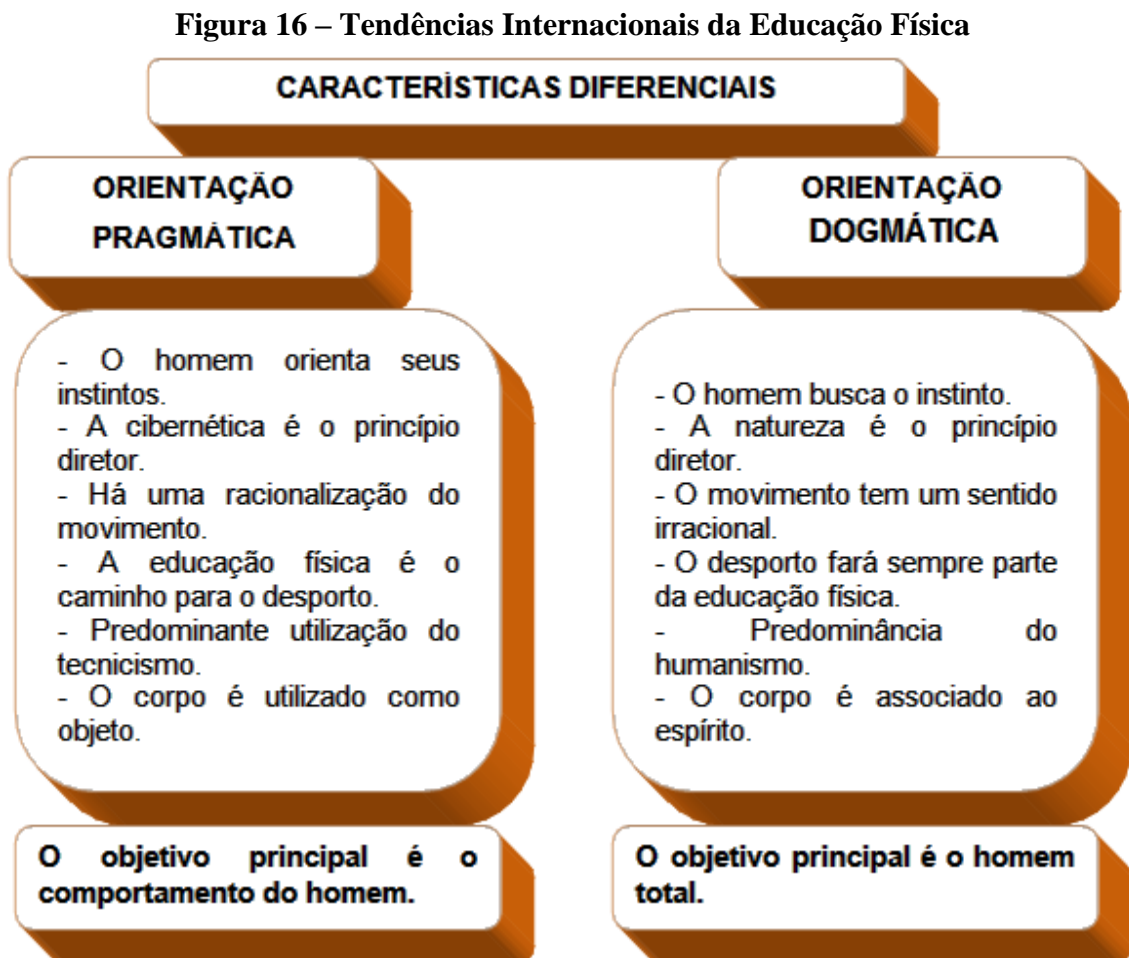
Fonte: Adaptado de Taborda de Oliveira (2001a). * No total de trabalhos apresentados por Taborda de Oliveira (2001a) consta um trabalho referente a Orientação Crítica, tendência essa não abordada nesta pesquisa, e que equivale a 0,22% dos trabalhos.

É oportuno aqui esclarecer o que essas tendências significaram no período pesquisado, por essa razão, será apresentado o artigo *As tendências internacionais da Educação Física*, de autoria do professor Manoel José Gomes Tubino (1975), publicado na RBEFD n. 26, no qual autor observou como essas tendências influenciaram os rumos tomados pela Educação Física e o modo como essa disciplina foi transformada em um instrumento de propagação dos ideais do regime político estabelecido no país naquele período.

A *Orientação Dogmática* seria uma preocupação com a formação humana a partir das atividades corporais e uma contribuição da Educação Física para a educação integral dos indivíduos, que deveria “alcançar o homem total, capaz de neutralizar os nefastos efeitos que acompanham paralelamente, a evolução da sociedade” (TUBINO, 1975, p. 9). Os defensores dessa tendência entendiam o esporte como forjador do caráter e integrador social, um meio de educação e dignificação humana.

Por outro lado, a *Orientação Pragmática* caracterizava-se por uma abordagem fundamentalmente competitiva da Educação Física, seria um fim em si mesma, e referia-se a uma tendência mundial de subsumir a Educação Física ao esporte de alto rendimento ou de competição, a única preocupação era a vitória e tentava “tornar o homem matéria-prima para o resultado desportivo, o que leva a Educação Física Escolar a buscar a iniciação esportiva precocemente” (TUBINO, 1975, p. 9).

A Figura 16 apresentada por Tubino (1975) nos proporciona uma melhor compreensão a respeito dessas Orientações:



Fonte: TUBINO (1975, p. 9).

Até meados da década de 1970, a *Orientação Dogmática* esteve presente no método de ensino da Educação Física no contexto escolar, logo, sendo substituída pela *Orientação Pragmática*, quando as práticas corporais desenvolvidas nas aulas de Educação Física resumiam-se às práticas de determinadas modalidades esportivas, desenvolvidas sob fundamentação técnica, isto é, a partir da repetição do gesto técnico específico de cada modalidade esportiva, fazendo com que as aulas assumissem características de treinamento esportivo (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001a).

Embora os trabalhos presentes no periódico indicassem, de modo geral, apenas essas tendências, pode ser verificado que alguns trabalhos datados a partir de 1980 são caracterizados a partir das perspectivas apresentadas pela *Psicomotricidade*. Segundo Langlade (1974 *apud* NEGRINE, 1979a, p. 60), a *Psicomotricidade* pode ser compreendida como “a ação psicológica e pedagógica que utiliza os meios da educação física [para] normalizar ou melhorar o comportamento da criança, [buscando o] melhoramento da dimensão biológica ou desenvolvimento físico do indivíduo”.

Nota-se que essa *educação psicomotriz* era baseada numa prática pedagógica preocupada em estabelecer o ato de aprender por meio dos processos cognitivos, afetivos e psicomotores, aliada aos movimentos corporais objetivando uma formação integral do educando.

Diante das análises realizadas, tanto dos editoriais quanto dos artigos que abordavam a temática proposta nesta pesquisa, é possível evidenciar que o discurso produzido pelos editores e autores privilegiava a aplicação de práticas esportivas no ambiente escolar, visando tornar o Brasil como uma potência esportiva, subjugando, assim, outros fatores educacionais que a Educação Física é capaz de favorecer aos seus praticantes, desconsiderando, por exemplo, as contribuições que as intervenções nas salas de aula ou quadras esportivas poderiam proporcionar para a produção de saberes intrínsecos às práticas pedagógicas.

Tal circunstância acaba por reafirmar o ponto de vista de Bastos (2002): que o discurso social presente nas estratégias editoriais face aos fenômenos educacionais “revela-se rico de observações ao pesquisador, para o resgate do discurso pedagógico, das práticas educacionais [...] do grau de submissão dos professores aos programas e instruções oficiais, da ideologia oficial [e das] contradições do discurso” (p. 48). E isso, pode ser corroborado com os dizeres de Chartier (2002), sobre a identificação de diferentes representações sobre um mesmo tema para grupos distintos, que apesar de participarem de um mesmo projeto, mantinham-se numa relação de poder e dominação.

Pode-se argumentar que por algumas vezes, os conteúdos da RBEFD caracterizavam a Educação Física como atividade, com uma tendência utilitarista ao divulgar a necessidade de um trato científico e uma orientação humanista para essa disciplina no interior da escola, atrelados à noção de um conhecimento a ser abordado, abrindo um debate entre a prática de uma atividade e a reflexão sobre uma área de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 70, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre os Estados) e na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como na tentativa de desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da força de trabalho para o “milagre econômico brasileiro”. Nesse período estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um bom exemplo é o uso que se fez da campanha da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970 (BRASIL, 1997, p. 21).

A partir dessa citação dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física (PCNEF) de 1997, sobre o que foi a Educação Física durante a Ditadura Militar, e após examinar as páginas da RBEFD, que circularam no período de 1968 a 1984, com o objetivo de analisar como a Educação Física Escolar estava representada pelos editores e autores de artigos nesse periódico, pode-se constatar que nesse período o Ministério da Educação e Cultura, representado inicialmente, pelo DEF e a partir da década de 1970, pelo DED procurou aproximar o esporte da Educação Física.

No intento de compreender a história dessa disciplina, seus conteúdos e métodos que a relacionavam com as finalidades que lhe estavam designadas e os resultados concretos que seriam produzidos, conforme aponta Chervel (1990), foi necessário também compreender as políticas públicas implantadas no período pesquisado em torno da Educação Física.

No final dos anos de 1960 difundiu-se uma preocupação com a “renovação” da Educação Física, culminando, então, em mudanças no âmbito político-educacional: O ano de 1969 foi marcado por diversas iniciativas federais nas áreas da Educação Física (como componente curricular) e dos esportes, pois, além da produção do *Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil*, destacam-se também: a instituição dos Jogos Estudantis Brasileiros (Portaria n. 29, da DEF, de 22 de maio de 1969); a instituição da Loteria Esportiva Federal (Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969); a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os equipamentos destinados à prática de desportos (Decreto-Lei n. 608, de 4 de junho de 1969); a alteração da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estendendo obrigatoriedade da prática da educação física a todos os níveis e ramos de ensino (Decreto-Lei n.705, de 25 de julho de 1969); e a autorização para o MEC

constituir um GT para elaborar um *Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação*, que, por convênio, seria realizado com recursos provenientes da Loteria Esportiva Federal.

Nesse período, a Educação Física era tida como uma disciplina escolar que poderia auxiliar na promoção da saúde e o esporte seria o seu principal conteúdo de ensino, o que contribuiu sobremaneira para a reorganização dessa disciplina. Contudo, em 1971 foram apresentados os resultados do Diagnóstico, sobretudo, recomendando a necessidade de romper com a dicotomia Educação Física-Desporto criada pelo Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, no governo de Getúlio Vargas.

Os objetivos pretendidos com a Educação Física Escolar visavam a valorização da aptidão física em todos os níveis escolares. Nota-se que foi dado ênfase à aptidão física e à iniciação esportiva na Educação Física Escolar, sendo necessário, para isso, investir na formação esportiva da criança, tendo como base a escola e as aulas de Educação Física.

Além do Diagnóstico, foi elaborado também o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) para o período de 1976 a 1979, o qual atribuía prioridade aos programas de estímulo à Educação Física e Desporto estudantil e ao desporto de alto nível (MEC/DED, 1976). Entre as diversas empreitadas do MEC, com o objetivo de conscientizar os professores para aderirem ao projeto de divulgação da Educação Física, estava a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), do PIDIC, estabelecido pelo PNED. O PIDIC, além do BTI (posterior RBEFD) lançado em 1968, também produziu outros materiais para integrar a CNED: o jornal *Podium*; a revista de história em quadrinhos *Dedinho e sua turma*; os pôsteres *Trifólios*; os cartazes *Desporters*; os *Cadernos Técnicos*; os *Cadernos Didáticos*; e os filmetes.

O BTI, que antecede a RBEFD, lançado em 1968, era um instrumento de estudos e pesquisas da DEF/MEC, que tinha por finalidade publicar trabalhos de autores nacionais sobre Educação Física e Desportos, bem como transcrever artigos de revistas similares estrangeiras quando avaliados, visando congrega e refletir o pensamento dos Professores de Educação Física do País. Desse modo, a análise das representações sobre Educação Física Escolar contidas desde o primeiro número do BTI acabam por confirmar os dizeres de Chartier (2002), de que as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam, uma vez que as representações sobre Educação Física Escolar nesse periódico, conforme pôde constatar neste trabalho se encontra associada aos interesses do MEC, na realidade aos interesses do Estado brasileiro no período, representado por governos militares.

Nos editoriais analisados verificou-se que essa representação social da Educação Física Escolar na RBEFD dava-se unilateralmente, pois, apesar dos editores falar em nome do MEC, órgão no qual esse periódico estava subordinado, nota-se de modo particular que eles utilizavam suas palavras, indicando, nesse caso, essa disciplina como responsável pela aptidão física e, por conseguinte pelo *esporte de alto rendimento*.

Observou-se, ainda, que os discursos apontados nos editoriais da RBEFD, tais como a adesão dos professores às normas estabelecidas pelo governo para que a Educação Física Escolar fosse utilizada como meio para a preparação de alunos para competição de alto nível e a incorporação do esporte aos ideais desenvolvimentistas da nação, possibilitam perceber, também, que o mesmo governo que estava representado por meio dos editoriais veiculados pela Revista, que defendia a necessidade de vincular o esporte à educação, acabava por utilizar esse periódico para divulgar e reforçar os seus ideais políticos, uma vez que a escola aparecia como uma instituição importante para o desenvolvimento de seus propósitos.

As análises dos artigos da RBEFD permitiram perceber que a representação de Educação Física Escolar para os autores associava a possibilidade de utilizar as práticas escolares para uma formação integral do aluno, favorecendo também o desenvolvimento de práticas sociais aliadas às capacidades cognitivas, motoras e afetivas, capaz de torná-los críticos e autônomos. Ainda possibilitaram constatar que no período pesquisado, a Educação Física estava caracterizada a partir do confronto de duas tendências distintas: a *Dogmática* e a *Pragmática*. A *Orientação Dogmática* tinha a preocupação com a formação humana, a partir das atividades corporais e uma contribuição da Educação Física para a educação integral dos indivíduos. Enquanto, a *Orientação Pragmática* caracterizava-se por uma abordagem fundamentalmente competitiva da Educação Física.

Além disso, em alguns casos, as análises dos artigos possibilitaram verificar que os conteúdos da RBEFD caracterizavam a Educação Física como atividade, com uma tendência utilitarista, ao divulgar a necessidade de um trato científico e uma orientação humanista para essa disciplina no interior da escola, atrelados à noção de um conhecimento a ser abordado, abrindo um debate entre a prática de uma atividade e a reflexão sobre uma área de conhecimento.

De um modo geral, as análises realizadas, tanto dos editoriais quanto dos artigos que abordavam a temática proposta nesta pesquisa, evidenciaram que o discurso produzido pelos editores e autores privilegiava as práticas desportivas, além de procurar dar visibilidade ao Brasil como potência esportiva, subjugando, assim, outros fatores educacionais que a Educação Física é capaz de favorecer aos seus praticantes, desconsiderando, por exemplo, as

contribuições que as intervenções nas salas de aula ou quadras esportivas poderiam proporcionar para a produção de saberes intrínsecos às práticas pedagógicas.

Antes de finalizar, é importante registrar que a RBEFD teve sua produção caracterizada pelo balizamento da prática docente, constituída por motivações políticas, sociais e econômicas, com concepções educacionais de um período que oferecia um determinado repertório de informações e de orientação, ficando evidenciado que com o enfraquecimento da Ditadura Militar a partir do início do governo do General Geisel, as mudanças na estrutura administrativa do MEC e o início do processo de redemocratização promoveram a abertura para as práticas físicas nas escolas, deixando de privilegiar o tecnicismo, o que nos permite avaliar que a RBEFD deixou de circular por não haver mais a necessidade de ser usada como um mecanismo a favor do governo.

A pesquisa permitiu, ainda, considerar que a RBEFD era uma estratégia do MEC arquitetada para atingir com precisão os objetivos pretendidos com a Educação Física Escolar pelo Estado brasileiro, na época representada pelos governos militares, afinal era uma revista direcionada aos professores de Educação, aos alunos dos Cursos de Educação Física, com o intuito de conformar práticas de Educação Física e esporte na escola.

Espera-se que esta pesquisa que teve o objetivo de analisar como a Educação Física Escolar estava representada nos editoriais de autoria dos editores dirigentes do órgão responsável pela Educação Física e nos artigos da RBEFD, no período de 1968 a 1984, possa fornecer subsídios para outras investigações dessa mesma natureza e contribua para o campo da pesquisa em história da educação, mais precisamente para os estudos sobre a história da Educação Física Escolar no Brasil.

REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939**. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Diário Oficial da União. Seção 1. 20/04/1939. 1939.

_____. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto n. 66.967, de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em Senado Federal – SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Lei n. 5.692, 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto n. 69.450, de 1 de novembro de 1971**. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. 1971b. Disponível em Senado Federal – SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 705, de 25 de julho de 1969**. Altera a redação do artigo 22 da Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em Senado Federal - SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 05 de março de 2015.

_____. **Portaria n. 001, de 7 de abril de 1982**. Estabelece as normas para a organização e funcionamento do desporto escolar. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 05 de março de 2015.

_____. **Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977**. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em Senado Federal - SICON: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

_____. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Publicado no DOU de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 05 de março de 2015.

_____. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

MEC. **Portaria Ministerial n. 148, de 27 de abril de 1967.** Publicada no DOU de 23 de maio de 19. p. 5.617.

MEC/DED. **Lei n. 6.251/75; Política Nacional de Educação Física e Desportos; Plano Nacional de Educação Física e Desportos-PNED.** Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF. 1976.

FONTES

A.E.J. É tempo de somar. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 11. Brasília, 1972. p. 3-6.

AUGUSTO, Maurette. 1976. Valores positivos do desporto. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 29. Brasília, 1976. p. 72-86.

AZEVEDO, Raimundo Nonato de. A atividade física na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 44. Brasília, 1980. p. 7-19.

BECKER, Guiomar Meirelles. O professor de educação física em face da pedagogia moderna. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 19. Brasília, 1974. p. 43-49.

CAVALCANTI, Péricles de Souza. Os movimentos da criança. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 48. Brasília, 1981. p. 2-4.

CUNHA, Maria Isabel da. Educação Física, um ato pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 53. Brasília, 1984. p. 9-12.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Implantação e desenvolvimento campanha Esporte para Todos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 35. Brasília, 1977. p. 5-12.

DED/MEC. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva** n. 10. Ano 4. Brasília, 1971.

_____. Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva** n. 10. Brasília, 1971. p. 5-7.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 12. Brasília, 1972.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 13. Brasília, 1973.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 14. Brasília, 1973.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 18. Brasília, 1973.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 19. Brasília, 1974.

DEF/MEC. **Boletim Técnico Informativo**, n. 4. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva** n. 9. Ano 3. Brasília, 1970

ELEUTÉRIO, Norma Marquez. Editorial. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 49. Brasília, 1982. p. 1.

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Editorial. **Boletim Técnico Informativo**, n. 1. Rio de Janeiro, 1968a. p. 5-6.

_____. Editorial. **Boletim Técnico Informativo**, n. 2. Rio de Janeiro, 1968b. p. 5-6.

_____. Editorial. **Boletim Técnico Informativo**, n. 6. Rio de Janeiro, 1968c. p. 5-7.

_____. Editorial. **Boletim Técnico Informativo**, n. 7. Rio de Janeiro, 1969a. p. 5-7.

_____. Editorial. **Boletim Técnico Informativo**, n. 8. Rio de Janeiro, 1969b. p. 5-15.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva**, n. 9. Rio de Janeiro, 1970. p. 4-5.

FIEP. Manifesto Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva**, n. 10. Rio de Janeiro, 1970. p. 8-17.

FURTADO, Fernando Campos. A Educação Física em estabelecimentos de ensino secundário. **Boletim Técnico Informativo**, n. 4. Rio de Janeiro, 1968. p. 125-131.

MARQUES, Eric Tinoco. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 12. Brasília, 1972.

_____. Faça sua revista circular. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 13. Brasília, 1973a. p. 3-5.

_____. Um novo mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 14. Brasília, 1973b. p. 3-4.

_____. Desporto Estudantil. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 15. Brasília, 1973c. p. 3-5.

_____. Competir é o importante. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 16. Brasília, 1973d. p. 3-5.

_____. Novamente a distribuição de material.... **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 17. Brasília, 1973e. p. 3-5.

_____. Uniforme novo. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 19. Brasília, 1974. p. 3-5.

MEC/DEF. **Boletim de Educação Física**, n. 14. Rio de Janeiro, 1956.

MILWARD, Léa. Sugestões para um planejamento de Educação Física na escola primária. **Boletim Técnico Informativo**, n. 1. Rio de Janeiro, 1968. p. 56-59.

NEGRINE, Airton. A finalidade da Educação Física nos primeiros anos escolares e a atuação do professor especializado em Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 42. Brasília, 1979a. p. 69-72.

_____. A progressão pedagógica e o resultado da aprendizagem no ensino dos desportos. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 43. Brasília, 1979b. p. 42-46.

_____. A Educação Física e a educação psicomotriz. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 44. Brasília, 1980. p. 60-63.

PEREIRA, Flávio Medeiros. Educação Física, uma prática permanente. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 53. Brasília, 1984. p. 18-22.

SAUT, Roberto Diniz. O aspecto social de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 24. Brasília, 1974. p. 64-71.

SEED/MEC. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 47. Brasília, 1981.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 50. Brasília, 1982.

_____. A Educação Física começa mais cedo. [Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos - 1980/85, com uma ênfase especial na educação física no pré-escolar e nas quatro primeiras séries do 1º grau]. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 51. Brasília, 1983. p. 5-10.

_____. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 51. Brasília, 1983.

TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 26. Brasília, 1975. p. 6-11.

VASCONCELLOS, Osny. O momento decisivo. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 26. Brasília, 1975a, p.4-5.

_____. Os JEBS e o futuro. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 27. Brasília, 1975b. p. 4-5.

_____. Estamos no caminho certo. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, n. 28. Brasília, 1975c. p. 4-5.

VEADO, Wilson. O professor de educação física um autêntico educador. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 20. Brasília, 1974. p. 43-55.

VEADO FILHO, Pedro Ad-Vincula. Educação física e desportos e a escola. **Revista Brasileira de Educação Física**, n. 19. Brasília, 1974.p. 60-63.

VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física. **Boletim Técnico Informativo**, n. 1. Rio de Janeiro, 1968. p. 50-59.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 233-247.

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)**. Tese (Doutorado em Educação). PUC, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola. (1920-1921). In: _____; GATTI JR, Décio. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 91-132.

BARREIRA, Luiz Carlos. (Org.). Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **A história cultural francesa: caminhos de investigação**. Revista Fênix, Vol. 2, Ano II, nº 4. 2005. p. 1-17.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.

_____. Apêndice - A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 173-187.

BETTI, Mauro. **A Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período de 1930-1986: uma abordagem sociológica**. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 1988.

_____. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores (as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Impresso pedagógico como fonte e objeto para a História da Educação em Minas Gerais: Revista de Ensino (1925-1940). In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. **História da Educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 71-106.

_____. **O Impresso como Estratégia de Formação Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

_____. Roger Chartier: contribuições para a história da educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Orgs). **Pensadores Sociais e História da Educação II**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 269-296.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cad. Cedes**, v. 19, n. 48, 1999. p. 69-88.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro: e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. GATTI JR, Décio. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 67-89.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 137-167.

_____. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Washington Luiz de. **O corpo administrado: biopolítica e disciplinarização na Revista Brasileira de Educação Física (1972–1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

_____; GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. Fundamentos orientadores para as políticas públicas da educação física no regime militar (1964-1985). **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 583-606, jul./dez. 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 18ª ed. Campinas, Papirus, 2010.

_____. **Notas para uma Agenda do Esporte brasileiro** (23 de novembro de 2000). Acesso em 04 de março de 2015. Disponível em Centro Esportivo Virtual <<http://cev.org.br/biblioteca/notas-para-uma-agenda-esporte-brasileiro/>>

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**. Tese (Doutorado). São Paulo: PG em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1989.

_____; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Um lugar de produção e a produção de um lugar**: a história e historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). Revista Brasileira de Educação, n. 19, jan./abr. 2002. p. 113-128.

CAVALCANTI. Kátia Brandão. **Esporte para todos**: um discurso ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1984.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados - USP, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991. p. 173-191.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

_____. **História Cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Algés: Difel, 2002.
CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação. n. 2, 1990. p. 177-229.

DACOSTA. Lamartine Pereira. **Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, FENAME, 1971.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

_____; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola**: implicações para prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

_____; BROUCO, Gisely Rodrigues. Concurso para ingresso na carreira de professor(a) e as diferentes tendências pedagógicas da educação física escolar. **Pensar a Prática**, Goiânia. v. 13, n. 3, set./dez. 2010, p. 1-17.

DED/MEC. **Caderno didático**: fundamentos do treinamento desportivo moderno, n. 1. Brasília, 1968.

_____. **Caderno didático**: força e velocidade, n. 2. Brasília, 1968.

_____. **Caderno técnico**: handebol, n. 3. Brasília, 1973.

_____. **Caderno técnico**: ginástica olímpica, n. 5. Brasília, 1974.

_____. **Dedinho e sua turma**: pernas pra que te quero, n. 1. Brasília, 1973.

_____. **Dedinho e sua turma**: bola pra cima, n. 5. Brasília, 1973.

_____. **Dedinho e sua turma**: bola no barbante, n. 6. Brasília, 1974.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia possível**. São Paulo: Saraiva, 5ª edição, 1979.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 13 Mar 15.

FERREIRA NETO. Amarílio. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em Educação Física e esporte. In: DACOSTA, Lamartine Pereira (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.** [online]. vol. 24, n. 47, 2004. p. 29-60.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz. **Lazer no período da ditadura militar: o desvelar de depoimentos de sindicalistas da Grande São Paulo - Brasil**. Revista *Corpoconsciência*, Santo André, n. 10, 2º sem, 2002. p. 35-55.

GOELLNER, Silvana Vilodre; *et al.* ESEF 70 anos: o processo de federalização sob o olhar discente. **Movimento**, vol. 16. Porto Alegre, 2010. p. 11-36.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Construção Social do Currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 1996.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República – São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. Franca (SP), **História**, v. 22, n. 1, 2003. p. 59-79.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e dos esportes no Brasil: panoramas e perspectivas**. São Paulo: IBRASA, 1999.

_____; NASCIMENTO, Randeantony da Conceição do. O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**, 1. Rio de Janeiro, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português. In: BASTOS, Maria Helena Câmara. CATANI, Denise Barbara. (Org.). **Educação em revista: a imprensa e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 11-31.

PÉCORA, Alcir. O campo das práticas da leitura, segundo Chartier. In: CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 9-17.

PEREIRA, Laércio Elias. **Índice da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**. Brasília: MEC/SEED, 1983.

PINTO, Joelcio Fernandes. **Representações de Esporte e Educação Física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). **Acta Scientiarum**. Education, v. 37, n. 2, Maringá, Apr.-June, 2015. p. 151-163.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHELBAUER, Analete Regina. Entre anúncios e artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal. In: _____. ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 7-30.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp. 1992. p.63-95.

_____. A Invisibilidade da Experiência. Tradução Lúcia Haddad. In: **Projeto História**, n. 16, São Paulo, 1998. p. 297-325.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física: raízes européias e Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência**. 2001a. 398 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001a.

_____. Para uma crítica da historiografia: ditadura militar, educação física e negação da experiência do professor. In: FERREIRA NETO, Amarílio. (Org.). **Pesquisa histórica na educação física**. v. 6. Vitória, ES: Proteoria, 2001b. p. 5-48.

_____. Educação Física Escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-75, jan./jun. 2002.

_____. Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a Ditadura Militar: uma só representação? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 01, jan./jun. 2003a. p. 151-178.

_____. **Educação Física Escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2003b.

_____. Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a Ditadura Militar: uma só representação? In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; RANZI, Serlei Maria Fischer. **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. 1. ed. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2012. p. 117-131.

TEIXEIRA, Sérgio. **O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como dispositivos educacionais (1968-1984)**. 2008. 251 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

_____. O Esporte para Todos: “popularização” do lazer e da recreação. **Revista de História do Esporte**, v. 2, n. 2, dez/2009. p. 1-28.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 295 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 11, jan/jun 2006. Editora Autores Associados. Campinas-SP, 2006. p. 101-134.

VALÉRIO, Telma Faltz. Ideologia política na Ditadura civil-militar e o ensino secundário/de segundo grau a partir da Lei 5.692/71. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; RANZI, Serlei Maria Fischer. **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1984-1985)**. 1. ed. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2012. p. 51-65.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado:** as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro:** multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.